

Revisão da Carta Educativa de **Sines**



fevereiro 2023

(página propositadamente deixada em branco)

Ficha Técnica

Estudo: Revisão da Carta Educativa de Sines

Documento: Relatório Final

Data: fevereiro de 2023

Número de páginas: 199

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:
Luís Carvalho

Especialistas:
Carla Figueiredo
Gonçalo Caetano
Pedro Henriques
Sónia Vieira

RUR, Estudos e Projectos Urbanos, Regionais e Locais Lda.

Índice

0. NOTA INTRODUTÓRIA	9
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.1. INTRODUÇÃO	11
1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	11
1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR	17
1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO	25
1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS	29
1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL	31
1.7. A CARTA EDUCATIVA DE SINES (2019): GRAU DE EXECUÇÃO	33
1.8. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	35
1.9. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS	36
1.10. OBJETIVOS E DESAFIOS	37
1.11. METODOLOGIA DE TRABALHO	38
2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	40
2.1. INTRODUÇÃO	40
2.2. INSERÇÃO TERRITORIAL	41
2.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL	47
2.4. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA	52
2.5. PERFIL SOCIOECONÓMICO	60
2.6. SITUAÇÃO EDUCATIVA	64
2.7. TRANSPORTES PÚBLICOS	77
3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA	78
3.1. INTRODUÇÃO	78
3.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	80
3.2.1. EQUIPAMENTOS	80
3.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	84
3.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	85
3.3.1. EQUIPAMENTOS	85
3.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	89
3.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO	90
3.4.1. EQUIPAMENTOS	90
3.4.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	94
3.4.3. CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL PRIVADO	95

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL.....	99
4.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO / NÍVEL DE ENSINO	99
4.1.1. EVOLUÇÃO GLOBAL.....	99
4.1.2. PRÉ-ESCOLAR	99
4.1.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	102
4.1.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO.....	105
4.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO	109
4.1.6. PROJETOS ESCOLARES DESENVOLVIDOS PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS	113
4.2. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR	120
5. Estratégia de intervenção.....	125
5.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	125
5.1.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	125
5.1.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR.....	126
5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA	126
5.2.1. VISÃO ESTRATÉGICA.....	126
5.2.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	127
6. Programa de Ação	131
6.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO	131
6.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO.....	131
6.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO	138
6.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	142
6.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR.....	142
6.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO.....	143
7. Modelo de monitorização, avaliação e disseminação.....	144
8. Bibliografia/Webgrafia.....	152
Anexos	155
PRÉ-ESCOLAR	155
Agrupamento de Escolas de Sines	157
Jardim de Infância da Escola Básica n.º 1 de Sines.....	157
Agrupamento de Escolas de Sines	160
Jardim de Infância da Escola Básica n.º 2 de Sines.....	160
Agrupamento de Escolas de Sines	163
Jardim de Infância da Escola Básica n.º 3 de Sines.....	163
Agrupamento de Escolas de Sines	166
Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo.....	166
Porto Covo	166
Rede solidária	169

Centro Infantil de Sines " A Conchinha"	169
Sines	169
Rede solidária	172
Caritas Paroquial de Sines.....	172
Sines	172
1º CICLO	175
Escola Básica n.º 1 de Sines	177
Escola Básica n.º 2 de Sines	180
Escola Básica n.º 3 de Sines	183
Escola Básica de Porto Covo	186
Porto Covo	186
2º/ 3º CICLO E SECUNDÁRIO	189
Escola Básica Vasco da Gama de Sines	192
Escola Secundária Poeta Al Berto	196

Índice de Quadros

TABELA 1: GRANDES OBJETIVOS DA EU PARA 2020 E METAS NACIONAIS	18
TABELA 2: INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020.....	19
TABELA 3: METAS DO OBJETIVO 4 “EDUCAÇÃO DA QUALIDADE” NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA 2030.	24
TABELA 4: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, OPERACIONAIS E MEDIDAS PRINCIPAIS DO PROGRAMA DO XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL 2019-2023 EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO.	27
TABELA 5: OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS DELEGADAS NO ÂMBITO DO PAE, 2015.....	28
TABELA 6: GRAU DE EXECUÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (2019)	34
TABELA 7: INICIATIVAS MUNICIPAIS DE CARIZ SOCIOEDUCATIVO DISPONIBILIZADAS	35
TABELA 8: REFEIÇÕES ESCOLARES, POR ESCALÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, EM 2022.....	35
TABELA 9: REFEIÇÕES DISPONIBILIZADAS FORA DO PERÍODO LETIVO (N.º MÉDIO DIÁRIO), EM 2022/2023	35
TABELA 10: EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO, ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO, 2019/20-2021/22.....	72
TABELA 11: QUADRO RESUMO DAS CLASSIFICAÇÕES- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES	73
TABELA 12: RESULTADOS DAS PROVAS FINAIS DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA – ENSINO BÁSICO (9º ANO), ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO	73
TABELA 13: RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS NACIONAIS (MÉDIAS DOS EXAMES- ENSINO SECUNDÁRIO, ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO	74
TABELA 14: RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO - ENSINO BÁSICO (2º ANO) (%), E PROVAS REALIZADAS (N.º), AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES	76
TABELA 15: RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO - ENSINO BÁSICO (5º E 8º ANO) (%), AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES, ESCOLA BÁSICA VASCO DA GAMA	76
TABELA 16: RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO - ENSINO BÁSICO (8º ANO), ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO.....	77
TABELA 17: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.	80
TABELA 18: APERECIAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.	83
TABELA 19: APERECIAÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021	84
TABELA 20: SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO DE 2020-2021.....	84
TABELA 21: RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021	85
TABELA 22: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.....	86
TABELA 23: APERECIAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.....	88
TABELA 24: APERECIAÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.....	88
TABELA 25: SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.....	89
TABELA 26: RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.	90
TABELA 27: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.	91

TABELA 28: APRECIACÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.	92
TABELA 29: APRECIACÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021. * Razoável, na presente data.	93
TABELA 30: RECURSOS HUMANOS DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.	95
TABELA 31: RECURSOS HUMANOS DA ETLA, NO ANO LETIVO 2020/2021.	98
TABELA 32: CRIANÇAS E ALUNOS MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO NO CONCELHO DE SINES POR ANO LETIVO E NÍVEL DE ENSINO.	99
TABELA 33: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA E SOLIDÁRIA, NO CONCELHO DE SINES.	100
TABELA 34: CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA E SOLIDÁRIA, NO CONCELHO DE SINES, EM 2022/2023.	101
TABELA 35: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SINES.	103
TABELA 36: CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE SINES, EM 2022/2023.	104
TABELA 37: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS QUE FREQUENTAM AEC NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SINES, EM 2022-2023.	105
TABELA 38: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE SINES.	106
TABELA 39: ATIVIDADES COMPLEMENTARES EXISTENTES NO 2.º E 3.º CEB, NO ANO LETIVO 2022/2023.	108
TABELA 40: RETENÇÕES NOS 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE SINES, NO ANO LETIVO DE 2019/2020.	108
TABELA 41: RETENÇÕES NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE SINES, EM VÁRIOS ANOS LETIVOS.	110
TABELA 42: CURSOS PROFISSIONAIS E ALUNOS INSCRITOS, POR ANO LETIVO, NA ESCOLAS PROFISSIONAIS DE SINES.	111
TABELA 42: PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO AE.	115
TABELA 44: AÇÕES ASSOCIADAS À GESTÃO CURRICULAR.	118
TABELA 45: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)	122
TABELA 46: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)	123
TABELA 47: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCOLAR, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)	124
TABELA 48: REDE PÚBLICA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)	124
TABELA 49: FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DE SINES.	133
TABELA 50: FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR	135
TABELA 51: FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO.	136
TABELA 52: FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR	137
TABELA 53: SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO	143
TABELA 54: INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)	149
TABELA 55: INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)	149
TABELA 56: FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE.	151

Índice de Figuras

FIGURA 1: QUADRO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA.....	15
FIGURA 2: ENQUADRAMENTO DO ART.º 31 DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO.....	16
FIGURA 3: ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (18-24 ANOS), 2020.....	21
FIGURA 4: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS COM REDUZIDA COMPETÊNCIA EM MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIA (2018).	23
FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO E FREGUESIAS DE SINES.....	41
FIGURA 6: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES DO CONCELHO DE SINES.....	42
FIGURA 7: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES E DE CONECTIVIDADE DO ALENTEJO.....	43
FIGURA 8: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SINES E NOS CONCELHOS DO ALENTEJO LITORAL.....	44
FIGURA 9: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SINES E CONCELHOS DO ALENTEJO LITORAL.....	45
FIGURA 10: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SINES.....	46
FIGURA 11: CARTOGRAFIA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SINES.....	46
FIGURA 12: MODELO TERRITORIAL DO ALENTEJO.....	47
FIGURA 13: DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS DE SINES.....	49
FIGURA 14: EDIFÍCIOS LICENCIADOS EM SINES.....	50
FIGURA 15: MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO DE SINES.....	51
FIGURA 16: MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES EM SINES, 2021.....	51
FIGURA 17: EVOLUÇÃO DO Nº DE RESIDENTES EM SINES.....	52
FIGURA 18: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SINES.....	53
FIGURA 19: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SINES.....	53
FIGURA 20: PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE SINES.....	54
FIGURA 21: TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO EM SINES.....	55
FIGURA 22: TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL DE SINES.....	55
FIGURA 23: TAXA BRUTA DE NATALIDADE EM SINES.....	56
FIGURA 24: TAXA BRUTA DE MORTALIDADE EM SINES.....	57
FIGURA 25: SALDO MIGRATÓRIO EM SINES.....	57
FIGURA 26: SALDO NATURAL EM SINES.....	58
FIGURA 27: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS EM SINES.....	59
FIGURA 28: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS EM SINES.....	59
FIGURA 29: EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENSINO DE SINES.....	60
FIGURA 30: EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENSINO NAS FREGUESIAS DE SINES, 2021.....	61
FIGURA 31: TAXA DE DESEMPREGO EM SINES, 2011-2021.....	61
FIGURA 32: MÉDIA ANUAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO, EM SINES.....	62
FIGURA 33: CARACTERÍSTICAS DO UNIVERSO DE DESEMPREGADOS EM SINES, 2021.....	62
FIGURA 34: BENEFICIÁRIAS/OS DE RSI POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (‰), EM SINES.....	63
FIGURA 35: PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM SINES.....	63
FIGURA 36: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM SINES.....	64
FIGURA 37: ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NO ENSINO NÃO-SUPERIOR EM SINES.....	65
FIGURA 38: PERCENTAGEM DE ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM SINES.....	66
FIGURA 39: PERCENTAGEM DE ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.....	67
FIGURA 40: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM SINES.....	68
FIGURA 41: EVOLUÇÃO DA TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO EM SINES.....	68
FIGURA 42: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO EM SINES.....	69
FIGURA 43: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.....	70
FIGURA 44: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO EM SINES.....	70
FIGURA 45: EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.....	71
FIGURA 46: EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DAS ESCOLAS, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, 2015/16- 2021/22.....	71
FIGURA 47: RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS NACIONAIS, ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO, 2021, 2022, 2023 (1ª FASE).....	75
FIGURA 48: DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES EXISTENTES EM SINES NO ANO LETIVO DE 2020/2021. FONTE: EQUIPA TÉCNICA.....	79
FIGURA 49: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO PRÉ-ESCOLAR EM SINES.....	100
FIGURA 50: CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE SINES, EM 2022/2023.....	101
FIGURA 51: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO 1.º CEB EM SINES.....	103
FIGURA 52: ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021. FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE SINES (INQUÉRITO PRÓPRIO).....	104
FIGURA 53: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS 2.º E 3.º CEB EM SINES.....	106
FIGURA 54: ALUNOS INSCRITOS NO ESTABELECIMENTO DO 2.º E 3.º CEB NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.....	107
FIGURA 55: PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES FORA DO CONCELHO INSCRITAS NO 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.....	107
FIGURA 56: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.....	109
FIGURA 57: ALUNOS INSCRITOS NO ESTABELECIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.....	110
FIGURA 58: ALUNOS INSCRITOS NOS CURSOS DO ENSINO PROFISSIONAL NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.....	112

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um concelho, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Sines surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despondo a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em abril de 2019, foi aprovada a Revisão da Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo, face ao novo quadro legal e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial | Enquadramento Territorial), Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte V (Estratégia de Intervenção); Parte VI (Programa de Ação) e Parte VII (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação). Integra, igualmente, em anexo, as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição, bem como outra informação considerada relevante.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões como um amplo conjunto de *stakeholders*, com destaque para os Diretores do Agrupamento de Escolas da Rede Pública, da Escola Secundária e das Escolas Profissionais e Artística. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso dessas reuniões, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de (re)negociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que, não obstante, o documento faça parte da Câmara Municipal de Sines e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (RUR), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município de Sines é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

Do ponto de vista geral, sendo um documento que á data espelha a realidade do território e caracteriza as necessidades de médio prazo, deve se entendido como parte de um processo de construção/atualização permanente. A experiência demonstra que a realidade/o contexto evolui de forma muitas vezes não antecipável e, por isso, este deve ser um documento de trabalho aberto e em evolução permanente. O sistema de monitorização e avaliação definido deve assumir-se como uma importante ferramenta de trabalho.

A elaboração deste instrumento coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19. Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacto que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A Carta Educativa constitui-se como um documento de referência estratégica, não só no domínio das políticas educativas e formativas dos municípios, como também para o seu desenvolvimento social e económico, uma vez que enquadra a dimensão demográfica enquanto ativo e forma de valorizar socialmente o concelho.

Esta dimensão está plasmada no próprio enquadramento legislativo da Carta Educativa, proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que entende e define este documento como sendo o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Inicialmente, a Carta Educativa do Concelho de Sines datava de 2007, tendo sido desenvolvida a partir de processos e metodologias que permitiram enquadrar os contributos e a participação ativa dos principais atores da comunidade educativa do concelho. Esta abordagem, assumiu na sua génese, 9 objetivos estratégicos que, essencialmente visavam a promoção da adequação da rede de equipamentos, a promoção da oferta de qualidade dos vários níveis de ensino, nomeadamente do ensino tecnológico e profissional, artístico e ensino intermédio, a promoção de acesso ao ensino superior, da formação contínua da população, assim como a educação para a saúde, proteção civil e intervenção cívica.

Em 2019, este documento foi alvo de uma revisão, constituindo-se como objetivo estratégico fundamental, “[...] proporcionar condições para uma educação de qualidade no município de Sines, através de um sistema educativo que promova o sucesso escolar e o desenvolvimento integral de cada cidadão, dos seus saberes e competências, respondendo adequadamente às necessidades formativas das populações que serve.” (Município de Sines, p.227, 2019)

Os instrumentos de financiamento comunitário enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram desenvolver várias ações enquadradas nos objetivos assumidos, nomeadamente aqueles relacionados com a requalificação e melhoria infraestrutural do parque escolar, contribuindo para a aplicação efetiva de várias das ações identificadas, nomeadamente a remodelação da EB nº2 de Sines.

No entanto, a amplitude temporal que decorreu desde a data da aprovação da Carta até ao momento presente, torna expectável que várias das dimensões que determinaram a sua elaboração estejam já significativamente modificadas, tendo também surgido novas dinâmicas com potencial transformador.

Desta forma, e dando resposta ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e que estabeleceu a obrigatoriedade de Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa ficar desconforme com o princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, sendo esta reavaliação obrigatória de 10 em 10 anos, o presente documento procede à Revisão da Carta Educativa de Sines.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A rapidez com que se processam mudanças económicas e sociais à escala global traduz-se num aumento da complexidade destes processos, assim como num maior envolvimento dos atores numa nova economia baseada no conhecimento, representando, por si só, uma constante necessidade de reorganização económica, social e cultural, de modo a garantir uma capacidade de resposta eficiente aos desafios contemporâneos.

Uma das consequências da dinâmica que se tem verificado ao nível das relações do mercado de trabalho está relacionada com a necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, não só se preparam os mais jovens para responderem de forma eficaz aos desafios e exigências da modernidade, mas também se incentivam e orientam os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação, melhorando e atualizando as suas competências.

Esta dinâmica voltou a colocar a Educação e a Escola num papel de grande centralidade na Sociedade, conferindo-lhe uma dimensão fundamental no contexto das diversas políticas públicas. Por este motivo, têm vindo a ser produzidos vários elementos legislativos de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, nos quais a educação e formação são centrais.

Neste âmbito, destaque-se o seguinte quadro legislativo de referência, apresentado de forma esquemática e que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa de Sines.

Artigos 73º, 74º e 75º da Constituição da República Portuguesa

É dever do Estado promover:

A democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva;

A inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais, através de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.

Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo

São princípios organizativos da LBSE (n.º 3):

Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;

Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local;

Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto e Lei n.º 65/15, de 3 de julho (estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade).

A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade.

Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio.

A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação

Relevem se os pontos do artigo 19º:

Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;

Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais;

Criar os conselhos locais de educação;

Garantir a rede de transportes públicos escolares;

Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;

Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar;

Comparticipar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar;

Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico;

Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro

Estabelece quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios

O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las.

Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto**Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais**

O artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:

É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.

Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:

- Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;

- Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;

- Participar na gestão dos recursos educativos;

- Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;

- Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.

Compete ainda aos órgãos municipais:

- Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;

- Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;

- Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;

- Participar na organização da segurança escolar.

As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.

Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.

Com este diploma mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

FIGURA 1: QUADRO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA.

Fonte: RUR

Para o atual processo de revisão, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no qual se aprofunda a definição, objeto e objetivos da Carta que aprofunda a definição, objeto e objetivos associados à Carta Educativa.

O artigo 5º deste Decreto indica que a Carta Educativa é *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

O objeto da Carta Educativa consta no artigo 7º, consistindo na *identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola.* Prevê-se também a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários prospetivados em matéria de desenvolvimento urbano e escolar.

O perímetro da análise da Carta Educativa inclui os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, sendo que os objetivos da sua análise estão identificados no artigo 6.º do Decreto em causa, nomeadamente:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Este enquadramento permite concluir que a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar de forma unitária o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) promover a adequação da rede de infraestruturas de ensino à procura previsível; iii) melhorar e qualificar o parque escolar existente no concelho.



FIGURA 2: ENQUADRAMENTO DO ART.º 31 DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO.

Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

A dimensão multifatorial que a Carta Educativa observa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que não deve

estar dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM), principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal.

É neste contexto que o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais de incidência local (alínea c) do artigo 70º).

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, veio reforçar a perspetiva na qual o PDM *define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação*.

Em síntese, a associação da Carta Educativa ao PDM, enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental do planeamento, determinante para a decisão estratégica, principalmente no que respeita ao enquadramento e dimensionamento do sistema educativo, garantindo a sua adequação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR

As questões relacionadas com a formação e o conhecimento tem vindo a ganhar um espaço cada vez mais relevante nos fóruns de decisão política. Neste âmbito, destaque-se o Conselho Europeu de março de 2001, que definiu uma estratégia de reforço do mercado de emprego e da coesão social por via de uma “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

A prossecução deste objetivo obriga a que a Educação tenha uma posição central, pelo que a definição de estratégias envolveu os diversos subsistemas educativos e formativos, assim como todos os seus intervenientes, procurando que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências, criando de estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando novas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

O documento Estratégia Europa 2020¹, desenvolvido pela Comissão Europeia em junho de 2010, estabeleceu o objetivo de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), constituindo-se como um importante marco na promoção e valorização de competências.

No âmbito da estratégia, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, às quais estão associados objetivos a atingir até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo que a operacionalização estratégica foi desenvolvida por via de ações específicas ao nível nacional e europeu, sendo algumas centradas, direta ou indiretamente, na componente educativa).

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

5 grandes objetivos da UE para 2020	Metas para Portugal
Emprego	
	- Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos - Taxa de emprego: 75%
I&D e Inovação	
	- Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação - I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações Climáticas e Energia	
	- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 - Redução das emissões de CO2: 20% - Energias renováveis: 31% - Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis - Eficiência energética: 20% (30% no caso da Administração Pública) - Aumentar em 20% a eficiência energética
Educação	
	- Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% - Abandono escolar precoce: 10% - Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior - Ensino Superior: 40%
Pobreza e Exclusão Social	
	- Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. - Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

TABELA 1: GRANDES OBJETIVOS DA EU PARA 2020 E METAS NACIONAIS.

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado).

A ambição associada a estes objetivos contribuiu para a consolidação de 7 iniciativas emblemáticas que visavam uma partilha de responsabilidade alargada às várias escalas, numa lógica colaborativa que abrangia desde as organizações europeias às autoridades locais e regionais.

Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.	União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
	Juventude em movimento	
Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.	Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.	Europa eficiente em termos de recursos	
Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».	Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
	Agenda para novas qualificações e novos empregos	
	Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

TABELA 2: INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado).

Ao nível nacional, são vários os documentos que incorporam a ambição de desenvolvimento, destacando-se os que deram sustentação ao Portugal 2020, já próximo do final, bem como os que se relacionam com o próximo quadro de financiamento comunitário, destacando-se também documentos internos de planeamento, como a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O facto de se enfrentarem alguns constrangimentos de tipologia diversa desde 2008, período de reajustamento financeiro ao nível nacional, não impede que as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, assim como os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuem a manter a sua atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazo.

Ainda no horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal estava balizado por quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Mais recentemente, a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência a apresentar à Comissão Europeia e que contribuirá para definir a forma de atribuição dos fundos comunitários no próximo quadro de financiamento, apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da *aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.*

Noutro domínio, as linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País enquadram alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

A definição destes objetivos está também em linha com as principais tendências emergentes que constituem o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local para os próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforçar a prioridade da alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundar as experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;

- Concentrar espacialmente os investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinir os modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

A materialização destes objetivos tem permitido um avanço positivo em matéria educativa, em que merecem destaque algumas melhorias concretas, de que é exemplo a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário). Este é um aspeto fundamental não só para o aumento das competências, como também para melhorar perspectivas e oportunidades de emprego dos jovens, já que aqueles com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) têm maior propensão de encontrar um emprego e de ter um rendimento superior comparativamente aos que possuem um nível de educação mais baixo.

Conforme já abordado, o objetivo Europa 2020 ambiciona reduzir a percentagem de população (entre os 18 a 24 anos) com baixas qualificações escolares. Em 2021, este valor rondava os 9,7% na União Europeia, bastante inferior ao registado em 2008 (14,4%), apresentando uma evolução positiva². Em Portugal, o mesmo indicador situa-se 3,8 pp abaixo da média europeia, nos 5,9% (34,9%, em 2008). A região do Alentejo, onde se insere o concelho de Sines, não possui informação para os anos de 2020 e 2021, não obstante, em 2019, a taxa era de 12,7%, acima da média nacional desse ano (10,6%), mas muito abaixo dos valores regionais de 2008 (26,3%).

Ainda que esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens), sendo expectável que a tendência se mantenha, ainda que a um ritmo mais lento.

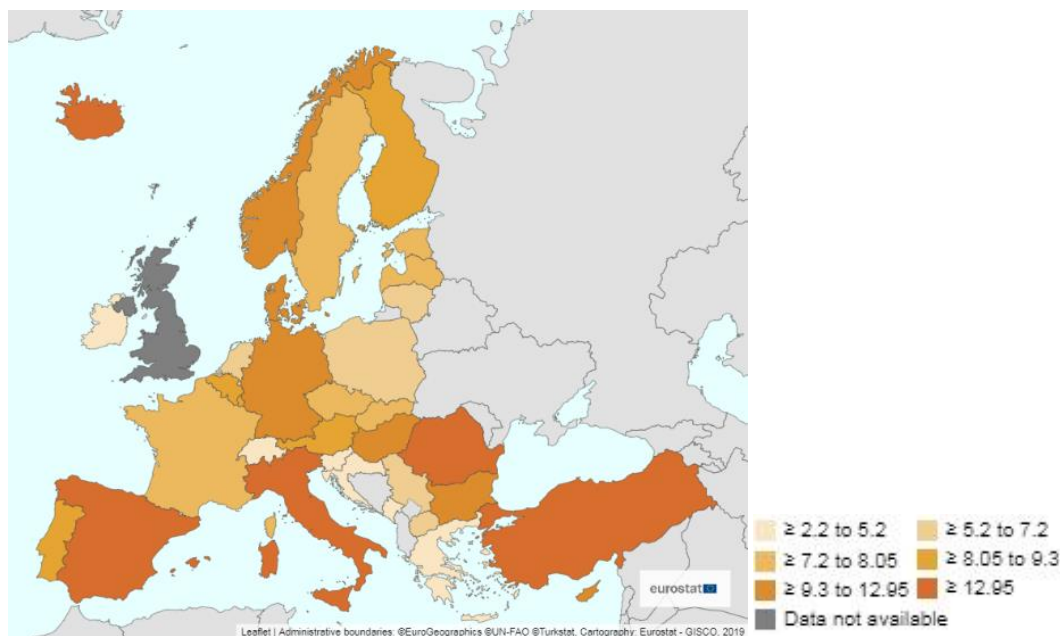


FIGURA 3: ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (18-24 ANOS), 2020.

Fonte: Eurostat.

² https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/t2020_40/default/map?lang=en

Efetivamente, Portugal apresenta uma evolução favorável no que diz respeito ao abandono escolar, situação que também se verifica na proporção de jovens com idade entre os 25 e os 34 anos com um nível de ensino secundário que, em 2020, era superior à média europeia (41,9% a nível nacional e 41,5% a nível europeu), o que reflete uma redução da franja de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, cerca de 1/3 dos alunos escolhem esta via).

Apesar da melhoria verificada no que diz respeito à taxa de abandono escolar precoce, ainda se nota uma ligeira diferença de género, (3,6 p.p.), sendo de 7,7% no caso dos homens e de 4,1% no caso das mulheres (2021).

Como já referido, outro dos objetivos educativos definidos para 2020 passava por atingir os 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2013, era de 30,1%). Entre 2011 e 2021, ocorreu um aumento da população entre os 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo dos 28,6% para os 36,9% (27,5% no Alentejo). Destaque para a população feminina que apresenta valores na casa dos 44%, superando o objetivo de 2020. Por outro lado, de acordo com dados do Eurostat, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) passaram, em Portugal, dos 90,4%, em 2013, para os 96,6%, em 2019, valor já superior ao da média da UE (95,1%).

A qualidade de ensino deve proporcionar aos alunos as competências necessárias para o seu sucesso futuro, sendo este um aspeto determinante mensurar o sucesso das políticas educativas. Neste âmbito, os inquéritos realizados pela OCDE em 2018, revelaram que, em Portugal, 20,2% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática (23,3%). Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

Recorde-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino:

- Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar);
- Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência;
- Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE para 2020 Portugal apresenta uma trajetória particularmente positiva em matéria de participação na educação infantil e pré-escolar, o que se deve principalmente à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, havendo uma intenção governamental de alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim de infância.

Finalmente, em matéria de investimento, dados de 2013 situavam a despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB nos 5,2%, tendo esse valor apresentado trajetória de descida até 2016 (4,69%). Apesar de um ligeiro aumento em 2017 (4,90%), em 2018 esse valor ficou-se pelos 4,59%. Para este ano mais recente não há ainda um valor disponível para a média da EU, sendo que em 2017 essa proporção se situou nos 4,73%.

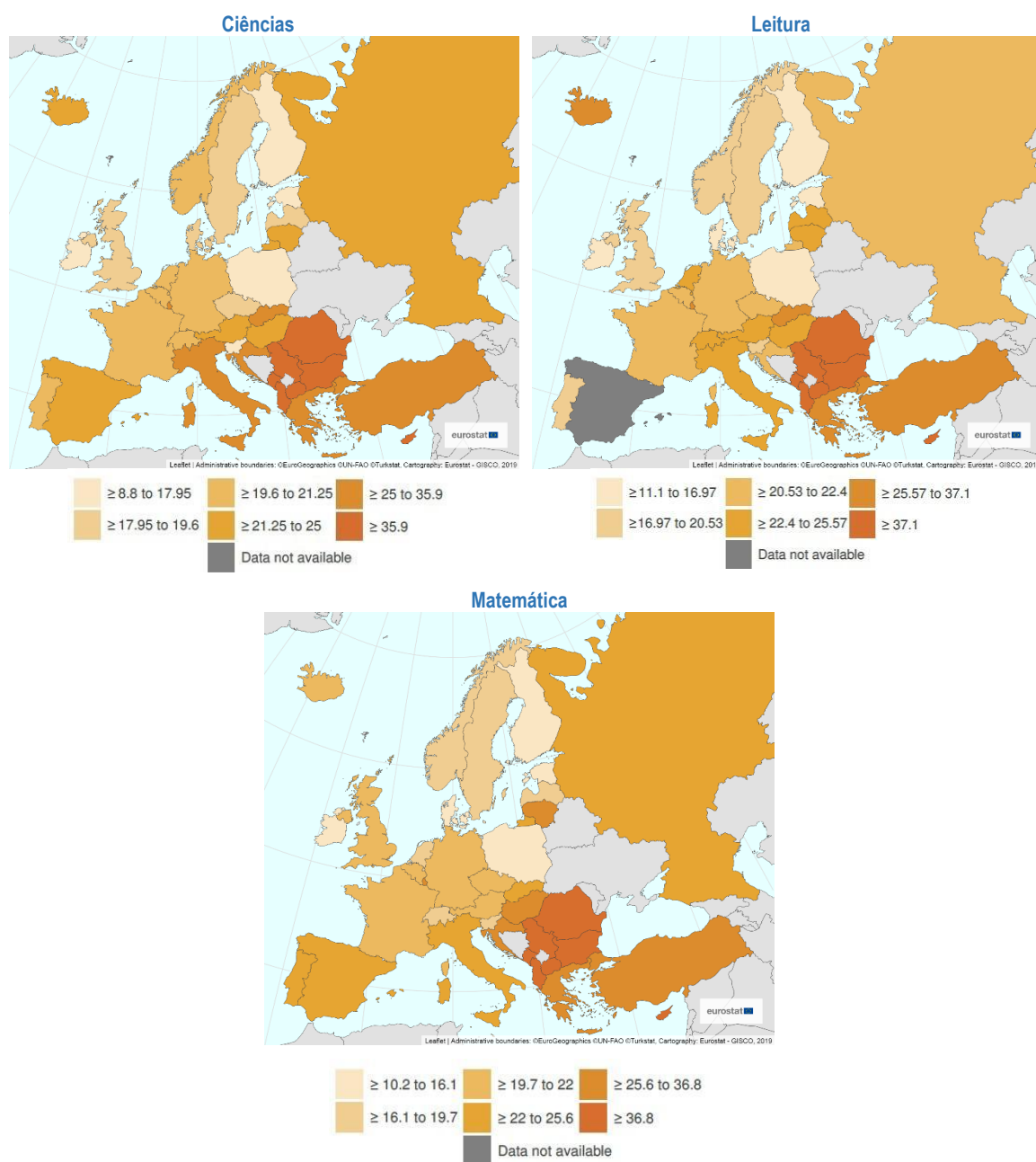


FIGURA 4: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS COM REDUZIDA COMPETÊNCIA EM MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIA (2018).

Fonte: Eurostat

Durante a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Setembro de 2015, foi apresentada e aprovada uma resolução denominada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Esta veio definir um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, tendo para isso sido definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos quais estão integradas 169 metas a alcançar por todos os países até 2030.

Dada a natureza e amplitude temática desta resolução, a educação é assumida como um aspeto central no desenvolvimento das políticas gerais de cada país, pelo que o quarto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é precisamente relacionado com a Educação de Qualidade, visando “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

As metas a alcançar no âmbito deste objetivo encontram-se apresentadas no quadro abaixo, e retomam alguns dos objetivos identificados na Estratégia Europa 2020, instando os países a continuar uma evolução nas políticas educativas que garantam melhores resultados e, em última análise, contribuam para uma sociedade mais inclusiva, coesa e com maior grau de equidade.

Metas para uma Educação de Qualidade	
4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
4.2	Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o ensino primário
4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis
4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade
4.6	Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres
4.7	Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.b	Até 2030, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo - para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos - para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4.c	Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

TABELA 3: METAS DO OBJETIVO 4 “EDUCAÇÃO DA QUALIDADE” NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA 2030.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2030)

1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO

A política educativa nacional resulta da materialização das opções governamentais e de gestão assumidas pelos decisores políticos, no âmbito do quadro legislativo de referência que enquadra e suporta o Sistema Educativo nacional.

Neste âmbito, o XXII Governo Constitucional (2019-2023), identificou 4 desafios a prosseguir durante a presente legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, designadamente aquele que se refere às “Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

A amplitude deste desafio obriga a uma forte articulação entre os vários domínios económicos e sociais relevantes, nos quais se encontram objetivos especificamente relacionados com a educação, nomeadamente a aposta na escola pública como elemento de combate às desigualdades, o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola e a promoção do acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Na sequência das prioridades definidas no plano de governo do quadriénio anterior, considera-se que a consolidação das contas públicas só poderá ocorrer por via de uma maior eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – *“na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”*).

Por outro lado, releva-se a necessidade de valorizar o capital humano, sendo esta uma condição fundamental para um país mais próspero (*o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades*). Desta forma, *“o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos designios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

É neste contexto que o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola é assumido como um designio nacional destacando-se o *“acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023),

Deste enquadramento, conclui-se que o combate ao insucesso escolar é um dos principais referenciais de ação do atual governo, que procura assim diminuir os constrangimentos verificados na qualidade e equidade do ensino, assim como no cumprimento da escolaridade obrigatória.

Recentemente, tem vindo a ser recorrentemente apontada a necessidade de se rever a Lei de Bases que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e que constitui o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação em Portugal.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos	Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências	1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes 5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas

TABELA 4: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, OPERACIONAIS E MEDIDAS PRINCIPAIS DO PROGRAMA DO XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL 2019-2023 EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO.

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

Iniciado em 2015, o Programa Aproximar Educação (PAE), veio reconfigurar o quadro relativo à distribuição de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). Este programa visou assegurar a descentralização através da delegação contratual de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Isto conduziu à valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões por via de um contrato (fundamentado no quadro da ação local), e que permitiu uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Na base deste processo estavam premissas fundamentais como a subsidiariedade, a proximidade, a corresponsabilização, a racionalização dos recursos e a democratização.

O arranque do PAE ocorreu em 2014/2015, tendo para isso sido selecionado um conjunto de 13 municípios, nomeadamente, Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão que iniciaram o projeto de descentralização na área da Educação e cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

No seu total, estes concelhos representavam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil) e 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assumido por estes municípios, enquadrava-se no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado do Sistema de Educação nos Concelhos.

Este contrato estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

As competências que permaneciam no MEC eram as relacionadas com a gestão do corpo docente e seu recrutamento, por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, sendo que a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas propriedade da *Parque Escolar* seriam mantidas nesta empresa pública. Ainda que não existisse qualquer exercício de avaliação relativo ao desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização e transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Objetivos	a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos; b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos; c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo; d) Combater o abandono escolar; e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública; f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.
Domínios com competências delegadas	a) Gestão curricular; b) Gestão pedagógica; c) Gestão de recursos humanos; d) Gestão financeira; e) Gestão de equipamentos e infraestruturas. Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: 1) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; 2) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).

TABELA 5: OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS DELEGADAS NO ÂMBITO DO PAE, 2015.

Fonte: PAE (adaptado)

Com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), bem como do Decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), ficam reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, sendo também consagrada a

participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS

As alterações legislativas nos diplomas que enquadram o tema educativo, fazem com que o poder local tenha um papel mais ativo e relevante na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa é um instrumento de referência para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas de Sines.

A Revisão da Carta Educativa deve ocorrer sempre que existam alterações no ordenamento da rede educativa, tais como o surgimento ou encerramento de novos estabelecimentos, ou ainda sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos subjacentes à sua conceção, tal como o referem o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. Não obstante, caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão ocorre obrigatoriamente de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ou de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.

Para além das questões legais relacionadas com a necessidade de revisão do documento, a revisão do PDM de Sines, que se encontra em fase de elaboração, poderá também ter impacte significativo na preparação e desenvolvimento de um documento com as características da Carta Educativa.

É objetivo primordial da Carta Educativa formular uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. Esta proposta deverá ser desenvolvida a partir da evolução da política e legislação respetiva, das oscilações da procura de educação e ensino bem como da necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa de Sines, permitindo desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, são seus objetivos gerais:

- Identificar e caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Aproximar as ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Definir critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Assegurar a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Promover a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;

- Robustecer os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Prevenir o absentismo e abandono escolar.

Este enquadramento faz com que seja competência da autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, fazendo dessa inter-relação uma prioridade e uma estratégia para os próximos anos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa deverá constituir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando ainda a prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Devido ao conjunto de alterações legislativas ocorridas recentemente, a Revisão da Carta Educativa ocorre num quadro em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação.

Esta articulação não se esgota na dimensão jurídica, sendo que a própria conceção de “Educação”, não se limita a ser entendida como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida.

Disto resultam novos desafios para a Escola e a Sociedade, destacando-se a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, pelo que a consolidação de parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima desempenham um papel fundamental nesta matéria.

Assim, o tempo educativo distingue-se cada vez mais do tempo escolar, sendo este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação, pelo que o espaço escolar tem vindo a alargar a sua influência educativa a outros espaços reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, num contexto de crescente importância das tecnologias de informação e comunicação.

Também esta a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas complicitades e afinidades de vizinhança.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância quer da educação inicial quer da educação de adultos, bem como a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Fica clara a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica através de uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, e de uma expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação das novas gerações. É por isso que a Escola deve ser entendida como o espaço de congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, além de espaço para a aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos.

Reconhecendo a importância do seu papel, o município de Sines assume, no exercício de Revisão, um papel de liderança e de dinamização de processos. Esta posição permite também que se constitua como um privilegiado agente de mudança através da identificação de desafios, respostas e soluções para as situações que se venham a diagnosticar.

1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

O processo de Revisão da Carta Educativa reflete o desenvolvimento e transformações verificadas no Sistema Educativo nacional, aproximando-o das tendências organizacionais ocorrem ao nível europeu, principalmente nos países com que se verifica maior afinidade cultural.

As mudanças atuais são o resultado de reformas, desencadeadas principalmente após a década de 70, e cuja evolução nem sempre corresponde ao desejado. A esta situação não é alheio o facto de a legislação relacionada com a Educação resultar de um cruzamento de competências executivas e legislativas de origens diversas, o que dificulta consensos e atrasou a aplicação das medidas.

Um dos aspetos mais importantes destas mudanças é o crescente envolvimento do poder local no sistema educativo. Isto ocorre principalmente através do aumento das competências de órgãos municipais em temas como as políticas educativas, a organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, a gestão de pessoal não docente, os transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, vieram regulamentar as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, equipamentos e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

É assim que a Carta Educativa, enquanto “instrumento, ao nível municipal, de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município” ganha uma importância central neste tema.

De um modo geral, a realização das Revisões das Cartas Educativas, tem como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), destacando-se os princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, a Revisão da Carta Educativa deve prosseguir a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e cumprir os grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Sines, enquanto instrumento fundamental de planeamento, possibilita:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Concelho de Sines;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;

- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Considerando o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPP, 2000), devem desenvolver-se as ações que permitam atingir objetivos concretos, como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização deste conceito articula duas dimensões – uma pedagógica e outra de ordenamento do território. No caso da componente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear, que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. Relativamente à vertente de ordenamento do território, deve-se procurar responder às novas tendências de organização territorial.

Esta categorização remete para o conceito de escola nuclear, que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio em matéria pedagógica e de infraestruturas.

Devido à organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

Destaque-se também que, de acordo com o enquadramento legal atual, a Carta Educativa deve criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como possibilitar uma gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Assim, a definição da rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino.

Esta visão incorpora a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, bem como novas metodologias e princípios do planeamento estratégico aplicadas ao domínio da educação. Esta planificação permite uma melhor articulação da política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município).

Por outro lado, sendo a Carta Educativa um instrumento em permanente avaliação e atualização, permite agilizar as respostas necessárias para fazer face às transformações territoriais e socioeconómicas no Município, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

O presente quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1.º ciclo de quatro anos, 2.º ciclo de dois anos e 3.º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização, bem como a generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Isto resultou na necessidade de aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa organização do sistema educativo. Esta melhoria deve observar vários critérios subjacentes a esta organização, que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes, ou que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Por outro lado, deve ainda responder à generalização progressiva da educação pré-escolar, ao alargamento da frequência do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior.

Esta organização subentende também uma crescente territorialização das políticas educativas, o que se conclui pela organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que permitem o início e conclusão da escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, cria condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. A CARTA EDUCATIVA DE SINES (2019): GRAU DE EXECUÇÃO

A Revisão da Carta Educativa de Sines data de abril de 2019, encontrando-se o documento estruturado em 3 partes. A primeira parte, expõe a caracterização e diagnóstico da rede educativa concelhia. A segunda apresenta as projeções demográficas do concelho de Sines. E a terceira revela o diagnóstico, a formulação estratégica e proposta de intervenção na rede educativa para o concelho.

O documento, desenvolvido pela Câmara Municipal de Sines e o Instituto Superior Técnico, beneficiou da participação e contributos de vários elementos, departamentos e divisões da CM de Sines, além de responsáveis das escolas do concelho, procurando traduzindo a realidade da política educativa local à data em que foi realizado, bem como as suas principais tendências de evolução.

O propósito da revisão da Carta Educativa de 2019 foi o de implementar a uma política educativa que visava alcançar as seguintes orientações estratégicas:

- Promover a elevação e melhoria da oferta educativa, dando resposta adequada às necessidades e anseios dos residentes no concelho e contribuindo decisivamente para atrair e fixar a população.
- Criar condições para alavancar o sucesso escolar, combatendo eficazmente os fenómenos de abandono e retenção, bem como de isolamento e marginalização de alunos e professores e promovendo o desenvolvimento integral e socialização das crianças e jovens.
- Fomentar a integração dos trajetos escolares, procurando assegurar adequado enquadramento até que os alunos completem a escolaridade obrigatória.
- Proporcionar um parque escolar qualificado, colocando ao dispor de alunos e professores instalações e dotações de equipamento adequadas a uma boa vivência escolar, às atuais exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.
- Promover a racionalização da utilização dos recursos educativos (instalações e pessoal).
- Potenciar a relação entre a escola, a comunidade e o território.

A Carta Educativa tinha previsto um conjunto de propostas de construção e de alteração ao parque escolar existente que visava a melhoria das condições de ensino no concelho.

As intervenções propostas na Carta Educativa resultaram da avaliação do diagnóstico realizado. Na tabela seguinte, consta o seu grau de concretização.

MEDIDA/AÇÃO PREVISTA NA CARTA EDUCATIVA	GRAU DE CONCRETIZAÇÃO	DATA DE EXECUÇÃO E RESULTADOS PRODUZIDOS
Recomendação I.1 – Fomentar sinergias e promover a convergência entre o Agrupamento de Escolas de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto	Realizada	Melhorou de forma significativa a articulação entre as Escolas
Ação I.2 - Plataforma de promoção e articulação do Ensino Profissional Local	Realizada	Criação da plataforma “INFORMA”, fundamental para a articulação da oferta profissional no concelho
Ação I.3 - Adesão à Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras	Não realizada	
Ação I.4 – Criação de um Quadro de Mérito Escolar Municipal	Não realizada	
Ação I.5 - Programa de Capacitação do Corpo de Assistentes Operacionais	Realizada	2019
Ação I.6 - Orçamento participativo da comunidade escolar		
Ação I.7 – Projeto “Aprender fora de portas”	Realizada	2018-2021
Ação II.1 - Modernização e requalificação da Escola Básica Nº2 de Sines	Realizada	20/09/2021 - Conclusão
Ação II.2 - Reapetrechamento da Escola Básica Nº 2 de Sines	Realizada	20/09/2021 - Conclusão
Ação II.3 - Requalificação da Escola Secundária Poeta Alberto	Não realizada	
Ação II.4 - Requalificação da Escola Tecnológica do Alentejo Litoral	Não realizada	

TABELA 6: GRAU DE EXECUÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (2019)

Fonte: CM Sines

Embora não previsto na Carta Educativa anterior, foi realizado um investimento no valor de 81.567€, centrado na requalificação dos parques desportivos existentes nas escolas.

Anualmente, nas interrupções letivas do verão, a Câmara Municipal de Sines desenvolve duas iniciativas de cariz socioeducativo: as Férias Ativas e o Programa Mãos à Obra, o primeiro para jovens dos 6 aos 14 anos e o segundo para jovens dos 15 aos 25. A iniciativa Férias Ativas também é desenvolvida na interrupção letiva da Páscoa.

INICIATIVA	DESCRIÇÃO
Férias Ativas	As Férias Ativas são uma iniciativa da Câmara Municipal de Sines que pretende ocupar no período de férias as crianças e os jovens do concelho de Sines com idades entre os 6 e os 14 anos, através de atividades diversas de carácter lúdico, de forma a promover o desenvolvimento integral dos participantes nas suas variadas dimensões: cognitivo, afetivo, motor e sociocultural. As Férias Ativas aceitam também inscrições de voluntários entre os 15 aos 21 anos para acompanhamento dos participantes
Programa Mãos à Obra	A Câmara Municipal de Sines promove Mãos à Obra - Programa Ocupacional de Verão para Jovens. O programa pretende contribuir para o desempenho de atividades socialmente úteis, que permitam a aquisição de conhecimentos, potenciando a formação cívica do/a(s) jovens residentes no município há mais de um ano, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos.

TABELA 7: INICIATIVAS MUNICIPAIS DE CARIZ SOCIOEDUCATIVO DISPONIBILIZADAS

1.8. Ação Social Escolar

Os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico estão isentos do valor das refeições escolares, quando enquadrados no 1º escalão do abono da Segurança Social ou têm uma redução de 50% do valor das refeições escolares, quando enquadrado no 2º escalão do abono da Segurança Social. No total são servidas 147 refeições por dia aos alunos do 1º e 2º escalão da ação social escolar.

	REFEIÇÕES/DIA
Escalão 1	95
Escalão 2	52
Total	147

TABELA 8: REFEIÇÕES ESCOLARES, POR ESCALÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, EM 2022

Adicionalmente, a Câmara Municipal de Sines disponibiliza, em período de férias escolares, refeições às crianças inscritas nas Atividades de Animação e Apoio à Família, no ATL da Junta de Freguesia de Sines e na Iniciativa Férias Ativas.

	NATAL	PÁSCOA	VERÃO
AAAF	189	189	189
ATL JF Sines	110	110	110
Férias Ativas	-	200	280

TABELA 9: REFEIÇÕES DISPONIBILIZADAS FORA DO PERÍODO LETIVO (N.º MÉDIO DIÁRIO), EM 2022/2023

Releva ainda, no âmbito do apoio social escolar, o facto do Município oferecer o material escolar aos alunos do 1º ciclo do 1º escalão do Abono da Segurança Social e os Cadernos de Atividades a todos os alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico.

1.9. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

É unanimemente reconhecida a necessidade de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo, assim como de melhores condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível dos equipamentos coletivos, por serem considerados essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

É neste contexto que se observa elevada ambição na captação e manutenção de níveis de investimento elevados ao nível da dotação de novos equipamentos e da requalificação daqueles já existentes. No entanto, existe também a necessidade de acautelar a sustentabilidade económica e financeira destes investimentos, assim como a dimensão relativa à equidade de acesso e utilização de equipamentos coletivos.

Assim, é necessário promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve-se conferir aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a integração e priorizando o seu papel no reforço da coesão social e territorial.

De modo a garantir a adequação dos investimentos a realizar, devem ser observados alguns parâmetros relevantes que permitem identificar carências e diferenciar territórios, nomeadamente:

- A **dinâmica demográfica** concelhia, em que importa conhecer o perfil populacional (bem como o da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- A **dinâmica socioeconómica** concelhia, designadamente o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), a dinâmica do mercado de trabalho e dos fenómenos da exclusão social, com base em eventuais deficiências de qualificação e formação.

A partir da análise destas duas dimensões, é possível identificar as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, consequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos. Cada uma destas determinantes incorpora dimensões específicas, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

No que diz respeito às dinâmicas demográficas, assume particular importância o processo de redução populacional (perda de população residente), que afeta alguns territórios com particular incidência ao longo das últimas décadas. Por outro lado, o decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com consequente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens.

Note-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios

de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

Já a análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com naturais impactes na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho por parte de jovens ativos.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização tem permitido a geração de emprego mais qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, contribuindo para o aumento do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem ou com dificuldade em penetrar no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.10. OBJETIVOS E DESAFIOS

A revisão da Carta Educativa de Sines é um desafio e uma oportunidade de planeamento territorial, especialmente se considerada a velocidade com que atualmente transformações económicas e sociais que afetam os territórios se processam.

O trabalho de revisão obedece a um conjunto de princípios e objetivos definidos a partir do quadro legislativo de referência, procurando responder a quatro grandes desafios que resultam também da atual Carta Educativa, nomeadamente:

- **Reforçar a eficácia da monitorização/avaliação:** Enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, a Carta Educativa, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- **Mobilizar atores-chave:** Ao desencadear um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e gerar um compromisso para a ação a revisão da Carta Educativa constitui-se como um momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).
- **Manter/aumentar a qualidade:** O processo de tomada de decisão suportado na atual Carta Educativa, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, foi mais robusto e informado;
- **Compatibilizar o cumprimento da lei com uma dimensão inovadora, que projete uma maior integração intersectorial:** Ainda que neste exercício de revisão se mantenha a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se como uma oportunidade para introduzir conceitos/abordagens inovadoras e geradoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas.

Neste quadro de desafios, é necessário salvaguardar aspetos metodológicos que permitam ultrapassar com o maior grau de sucesso possível as dificuldades que se colocam à Revisão da Carta Educativa, designadamente:

- **Recurso a informação de síntese:** Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas e de intervenção;
- **Participação de atores relevantes:** Realização de reuniões de trabalho com as entidades relevantes em matéria de educação;
- **Abordagem holística e multidimensional:** Potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial;

1.11. METODOLOGIA DE TRABALHO

A complexidade do processo de Revisão da Carta Educativa de Sines reflete-se nas várias abordagens e ferramentas metodológicas integradas de forma coerente, uma vez que a prossecução e alcance dos objetivos propostos está dependente da robustez metodológica adotada.

Assim, o Roteiro Metodológico para a Revisão estruturou-se em fases sequenciais, subdivididas em etapas, que procuraram responder a objetivos concretos através de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também preparado de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Neste âmbito, o presente exercício de Revisão da Carta Educativa de Sines constituiu também uma oportunidade para alargar o debate sobre o papel central e estratégico do Sistema de Educação e de formação, contribuindo para um processo de desenvolvimento sustentado e multidimensional.

Desta forma, ficam reunidas as condições para que a Carta Educativa seja efetivamente um instrumento gerador de compromissos entre entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação, permitindo ainda identificar responsabilidades pelas intervenções preconizadas, além de identificar as elegibilidades possíveis nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

O Roteiro Metodológico adotado contempla duas fases: uma primeira de análise e avaliação da Carta Educativa atual, e uma segunda de revisão e atualização da mesma, incluindo a componente estratégica, programática e de monitorização e avaliação, à luz das mais recentes disposições legislativas sobre o tema.

A primeira fase tem uma particular preocupação com a avaliação da prossecução dos objetivos e do consequente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas. Estas considerações iniciais procuram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas. Esta primeira abordagem permite também detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, possibilitando antecipar situações que limitem a execução proposta no âmbito da Revisão, procurando maximizar a eficiência do “novo” programa de intervenção.

No que diz respeito à segunda fase o foco está principalmente colocado na revisão de conteúdos, pelo que se reflete sobre:

- As tendências dinâmicas demográficas e urbanas emergentes;
- A evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho;
- A oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos de apoio a crianças em jardins-de-infância;
- A oferta educativa no âmbito da aprendizagem ao longo da vida;

- A oferta de equipamentos desportivos, culturais e de ATL, complementares e associados à rede educativa;
- A necessidade de avançar com propostas (presentes ou não na Carta), num quadro de oportunidades proporcionadas pelo futuro período de programação dos apoios comunitários.

É a partir destas etapas que se define a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, o Plano de Ação e o Plano de Financiamento. Estes planos resultam da sistematização das principais propostas apresentadas e após ponderadas as opções alternativas e/ou complementares. No caso do Programa de Intervenção, é contemplado um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacto, assim como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.).

Esta componente estratégica e de planeamento permite estabelecer prioridades de ação para o horizonte temporal em que vigora a Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, considerando que a Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2033/2034), sendo simultaneamente um instrumento flexível, criou-se um processo de monitorização e avaliação através de um conjunto de indicadores que visa validar as opções tomadas.

Esses indicadores podem ser agrupados em dois tipos, concretamente, os indicadores de vertente macro (indicadores de contextualização) e os indicadores de vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacto, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	
CARTA EDUCATIVA	PORTARIA N.º 18/2024, DE 25 DE JANEIRO
Escola Básica Vasco da Gama	Escola Básica Vasco da Gama, Sines
Escola Básica n.º 1 de Sines	Escola Básica n.º 1 de Sines.
Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 2 de Sines
Escola Básica de Porto Covo	Escola Básica de Porto Covo, Sines
Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica n.º 3 de Sines
Escola Secundária Poeta Al Berto	Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines

Nota: ao longo do documento as referências aos estabelecimentos de ensino são efetuadas de forma simplificada para facilitar a leitura (não integrando, no final, a referência ao concelho). Assim, no quadro anterior, associa-se a referência da designação utilizada no documento à que consta na portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro.

2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

2.1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo procura identificar e descrever a situação territorial de referência para a Revisão da Carta Educativa de Sines. Para este efeito, são analisados indicadores e domínios relevantes para a organização do sistema municipal de ensino. Não se pretende uma caracterização exaustiva das dinâmicas ou tendências municipais, mas sim proceder a uma análise de síntese da evolução territorial do concelho nas temáticas relevantes para a Carta Educativa (a oferta e procura educativa, dimensões-chave para o instrumento, serão aprofundadas em capítulos específicos).

A informação analisada está dependente de vários fatores, nomeadamente a data da sua recolha ou o nível de desagregação. Neste âmbito, destaque-se o facto de alguns indicadores reportarem ao período de 2020, uma vez que ainda não foram atualizados com base na informação censitária recentemente publicada. O facto de serem os únicos dados disponíveis com desagregação territorial de maior pormenor, para alguns dos indicadores considerados, tornam o seu uso necessário para a realização de algumas análises.

Não obstante, o presente relatório foi elaborado com base na informação estatística proveniente da operação dos Censos 2021, recentemente publicada. O facto de esta informação ser a mais atualizada permitiu a realização de uma análise de contexto mais próxima da realidade atual de Sines.

Por outro lado, o regulamento do PDM de Sines, que se encontra atualmente em revisão, dispõe de vários elementos caracterizadores das dinâmicas territoriais que são igualmente relevantes, pela sua pertinência, qualidade e atualidade, sendo utilizados sempre que possível nos exercícios de contextualização. Além destes, são também analisados dados provenientes de fontes oficiais cujo grau de atualização os torne pertinentes para o tema em análise, sendo disso exemplo os Anuários Estatísticos Regionais, da autoria do INE, que, em alguns casos, permitem dar sequência às tendências identificadas a partir dos dados censitários, cujos impactes sejam apenas notórios após 2011.

Paralelamente, as análises territoriais têm por base a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), nomeadamente a NUTS III do Alentejo Litoral, sendo estabelecidas as necessárias análises de enquadramento com a Região do Alentejo (NUTS II em que se insere o concelho).

Assim, os domínios a analisar neste ponto são:

- Inserção territorial;
- Sistema urbano municipal;
- Situação demográfica;
- Perfil socioeconómico municipal
- Situação educativa.

2.2. INSERÇÃO TERRITORIAL

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), Sines, a par de Santiago do Cacém e Santo André, constituem uma centralidade fundamental na estruturação do sistema urbano regional que, através do reforço da sua complementaridade, permitirá o crescimento da competitividade e da coesão do Alentejo. O território concelhio de Sines assume particular relevância no sector industrial e de produção energética presentes na sua plataforma portuário-industrial, bem como um elevado potencial turístico. Estes elementos dão forma a uma importante dinâmica económica que conduzirá a um reforço da posição deste concelho no conjunto da economia regional e nacional. Por outro lado, o património arquitetónico e arqueológico contribui para a importante e distinta identidade do concelho que, com investimento na sua valorização, contribuirá para a atual estratégia do modelo territorial do PROT Alentejo.

Do ponto de vista administrativo-estatístico, Sines está enquadrado na sub-região do Alentejo Litoral que, por sua vez integra a Região do Alentejo. Não obstante, o facto de este concelho integrar o principal centro portuário e energético nacional e se enquadrar em importantes eixos nacionais, estabelece um grande potencial para a criação de uma importante plataforma de serviços de logística internacional, de indústria e energia.

O concelho é atravessado por um eixo ferroviário (Linha de Sines) e diversos eixos rodoviários importantes no contexto das acessibilidades metropolitanas (IP8, IC4 e EN 120), tendo-se estabelecido uma certa interdependência com este território, traduzida, por exemplo, por movimentos pendulares com alguma intensidade. Por este motivo, Sines enquadra-se no “Eixo de conectividade com a AML”.



FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO E FREGUESIAS DE SINES.

Fonte: CEDRU

A rede de infraestruturas de comunicação existente é bastante densa. A presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A26/IP8 que estabelece a ligação entre Sines, Santiago do Cacém e Grândola, a A26-1 que estabelece uma ligação direta entre Sines e Santo André, e o IC4 que, com ligação à EN120 são responsáveis pela distribuição do tráfego pelas duas freguesias que integram o concelho, estabelecendo as ligações com a rede viária local, atestam desta densidade.

Identifica-se ainda a presença da linha ferroviária de Sines, que liga o Porto de Sines à Linha do Sul, na estação de Ermidas-Sado. Atualmente, esta infraestrutura ferroviária apenas se destina ao transporte de mercadorias. Não obstante, já se encontra em curso a construção da nova linha, pertencente ao Corredor Internacional do Sul. Assim, o troço de Sines – Ermidas do Sado ficará dotado de uma moderna infraestrutura, mais eficiente e mais competitiva no panorama europeu.

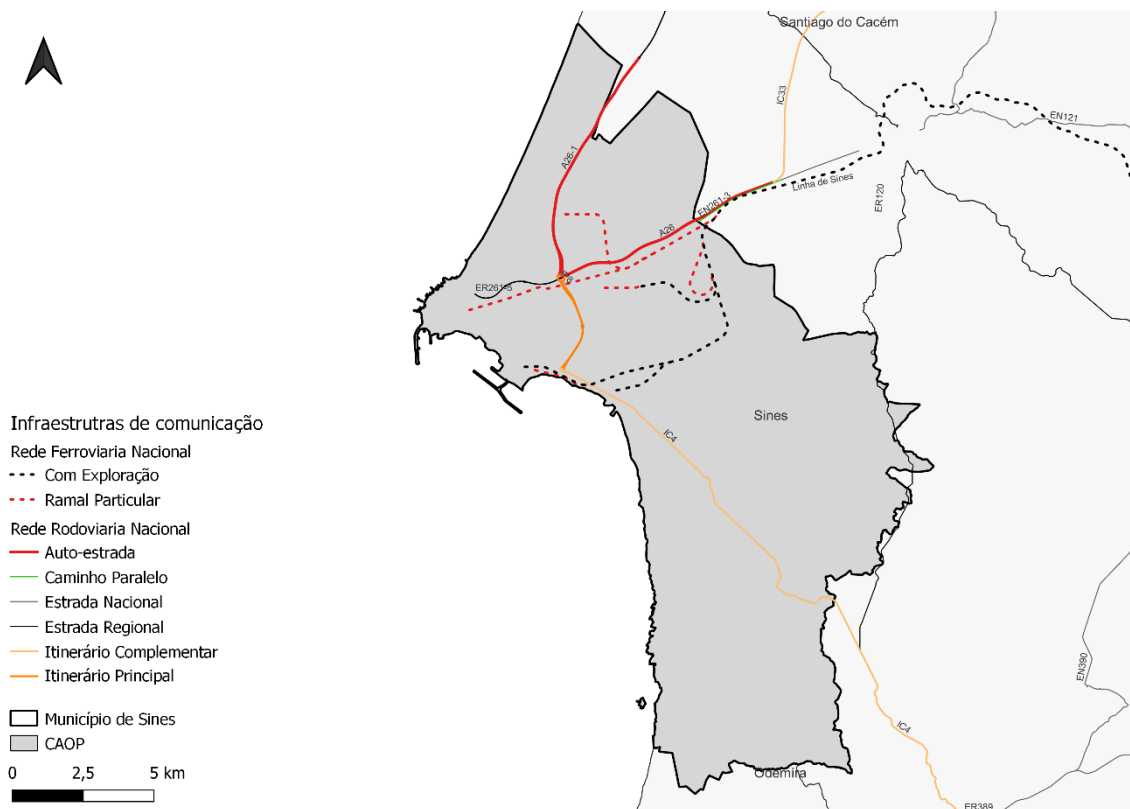


FIGURA 6: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES DO CONCELHO DE SINES.

Fonte: CEDRU; Dados.Gov

Com base no sistema de acessibilidades e conectividade presente no PROT Alentejo, Sines encontra-se integrado em três corredores nacionais/europeus, o eixo longitudinal Lisboa-Setúbal-Grândola-Sines, o eixo latitudinal Sines-Ferreira do Alentejo-Beja-Serpa-Vila Verde de Ficalho-Espanha e ainda o corredor Sines-Évora -Badajoz.

O município integra ainda o sistema urbano polinucleado constituído por Sines-Santiago do Cacém-Santo André que, segundo o PROTA, deverá assumir uma dimensão regional e, como tal, afirmar-se como o principal polo urbano do Alentejo Litoral. Neste sentido, no quadro das deslocações latitudinais, Sines desempenha uma função preponderante nas relações económicas com Espanha.



FIGURA 7: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES E DE CONECTIVIDADE DO ALENTEJO.

Fonte: PROT Alentejo.

Se, por um lado, a concentração de atividades económicas de elevada importância no contexto regional constitui uma oportunidade de articulação económica e social e de rejuvenescimento populacional, por outro lado, pode resultar na intensificação das deslocações pendulares, resultando numa maior exigência dos equipamentos e respostas sociais, especialmente aqueles com um papel relevante em matéria de compatibilização entre a vida familiar e profissional.

Do ponto de vista territorial, Sines tem a menor dimensão dos concelhos do Alentejo Litoral (203,30 km²).

Do ponto de vista demográfico, Sines passou a ser o terceiro município mais populoso da sub-região do Alentejo Litoral. Os dados provisórios dos Censos 2021 apontam para uma ligeira tendência de perda populacional entre 2011 e 2021, caindo dos 14.238 para os 14.200 habitantes, o que corresponde a um decréscimo percentual de 0,3%.

Nos concelhos fronteiriços como Santiago do Cacém e Odemira, verificam-se duas tendências distintas. Santiago do Cacém, à semelhança da Região do Alentejo, regista uma tendência de perda populacional. No sentido oposto, Odemira apresenta um padrão de crescimento populacional, na ordem dos 13,5% para os 29.576 habitantes, constituindo o único concelho que ganhou população face ao ano de 2011.

Note-se ainda que Sines apresenta um decréscimo populacional menos acentuado que o observado na média do Alentejo Litoral, que apresentou uma perda populacional de 1,5% (96.485 habitantes, em 2021).

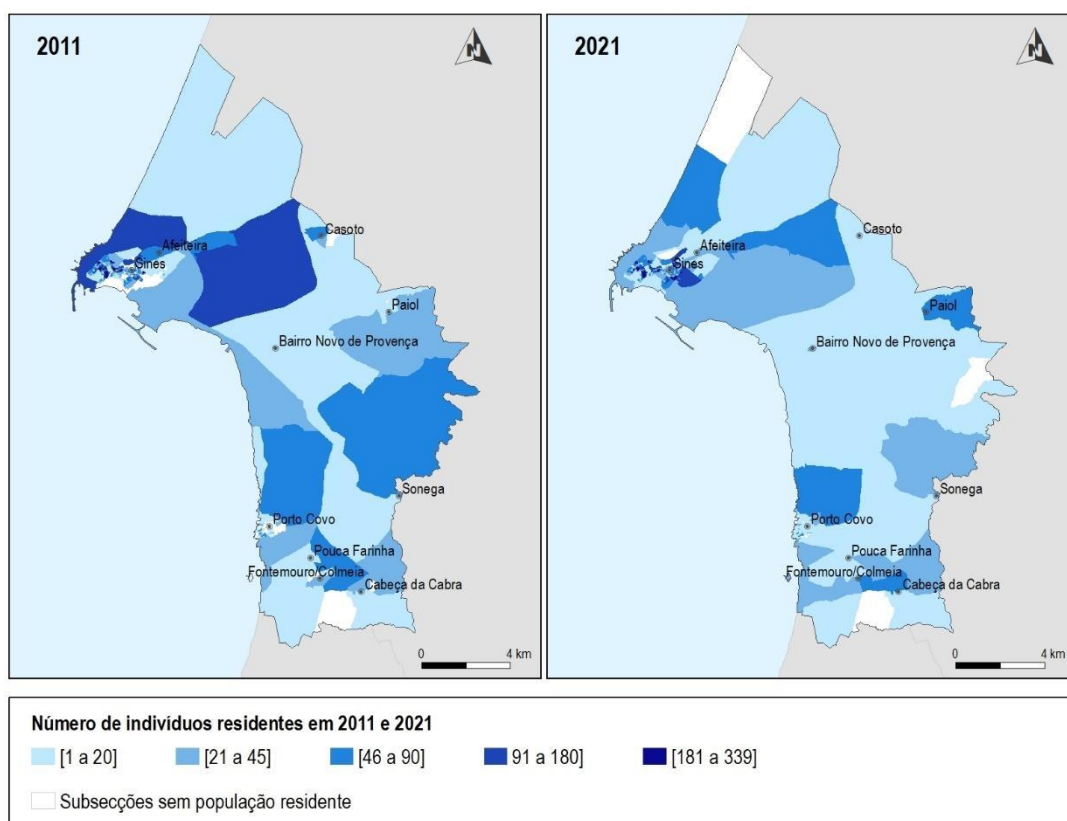


FIGURA 8: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SINES E NOS CONCELHOS DO ALENTEJO LITORAL.

Fonte RUR; INE

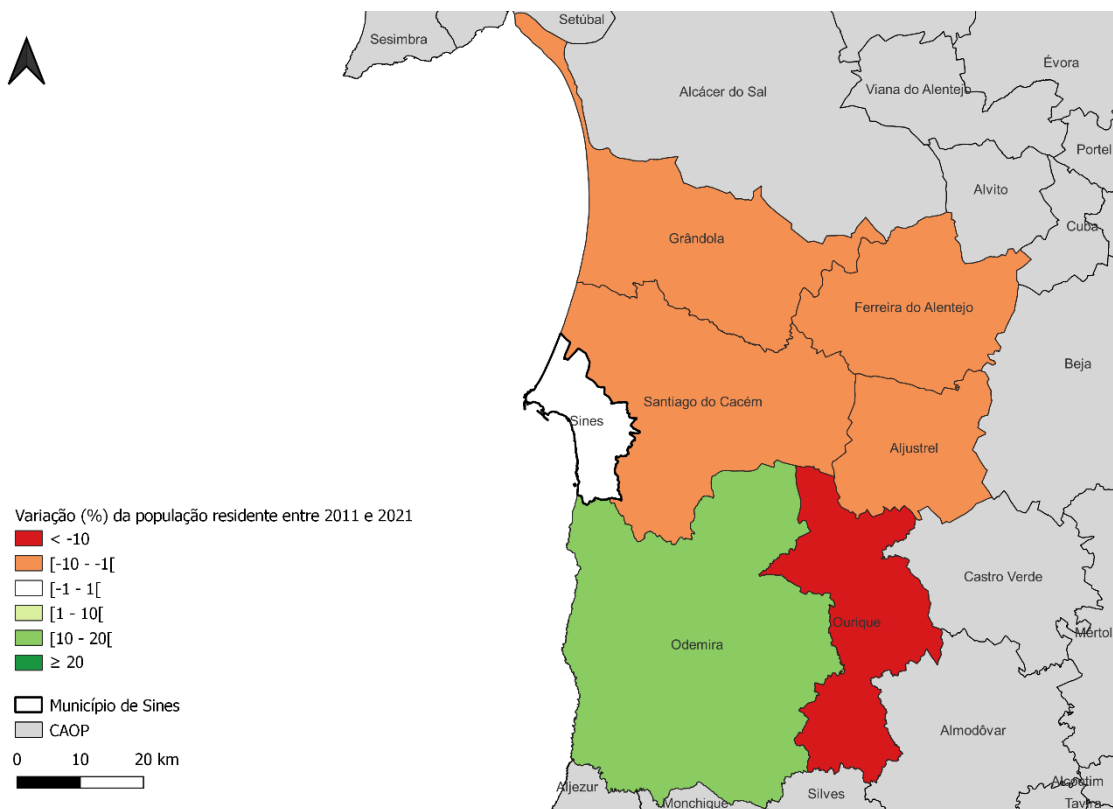


FIGURA 9: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SINES E CONCELHOS DO ALENTEJO LITORAL.

Fonte RUR; INE

Ao nível interno, o município de Sines encontra-se dividido em duas freguesias, designadamente, Sines e Porto Covo. Em 2021, a distribuição da população do concelho apresentava duas realidades desiguais. A freguesia de Sines concentrava cerca de 13.109 habitantes (92,3% do efetivo populacional). A freguesia de Porto Covo, por sua vez, possuía 1.091 residentes (7,7%).

Não obstante, a análise à dinâmica populacional de cada freguesia no período compreendido entre 2011 e 2021, releva que a freguesia de Porto Covo foi a que apresentou taxa de variação populacional mais significativa, com um crescimento populacional de 5,1% (mais 53 habitantes). A freguesia de Sines por sua vez, registou uma evolução negativa de -0,3% (em números absolutos -93 habitantes).

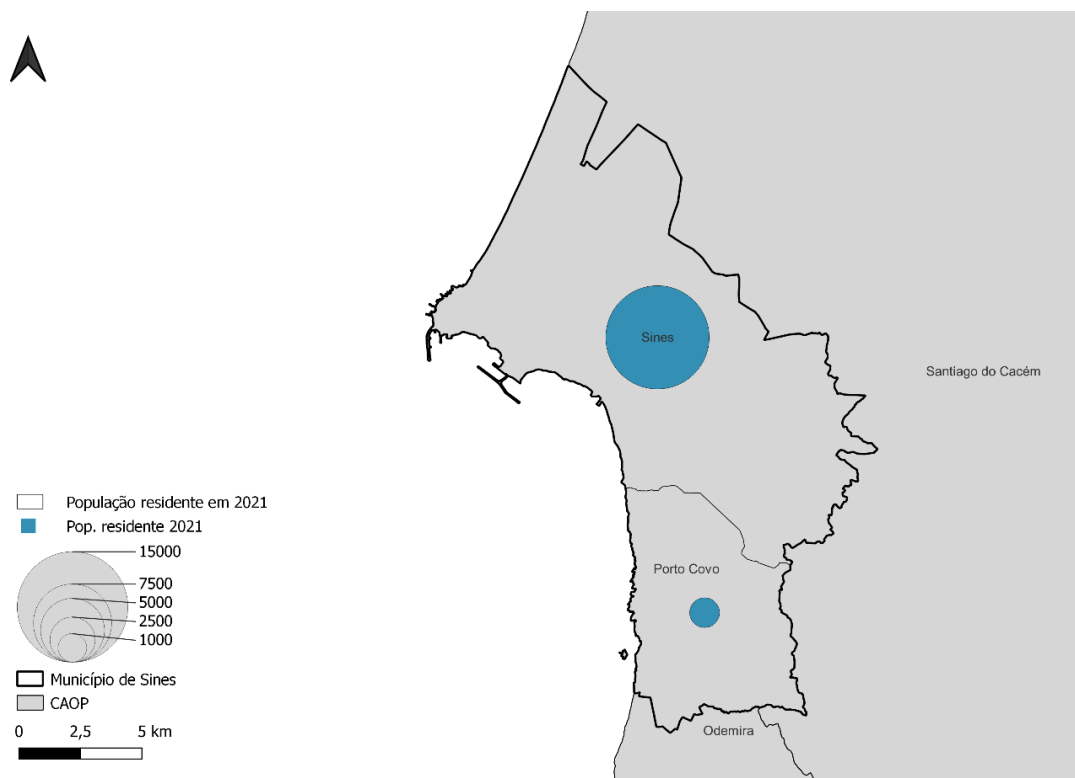


FIGURA 10: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SINES.

Fonte RUR; INE

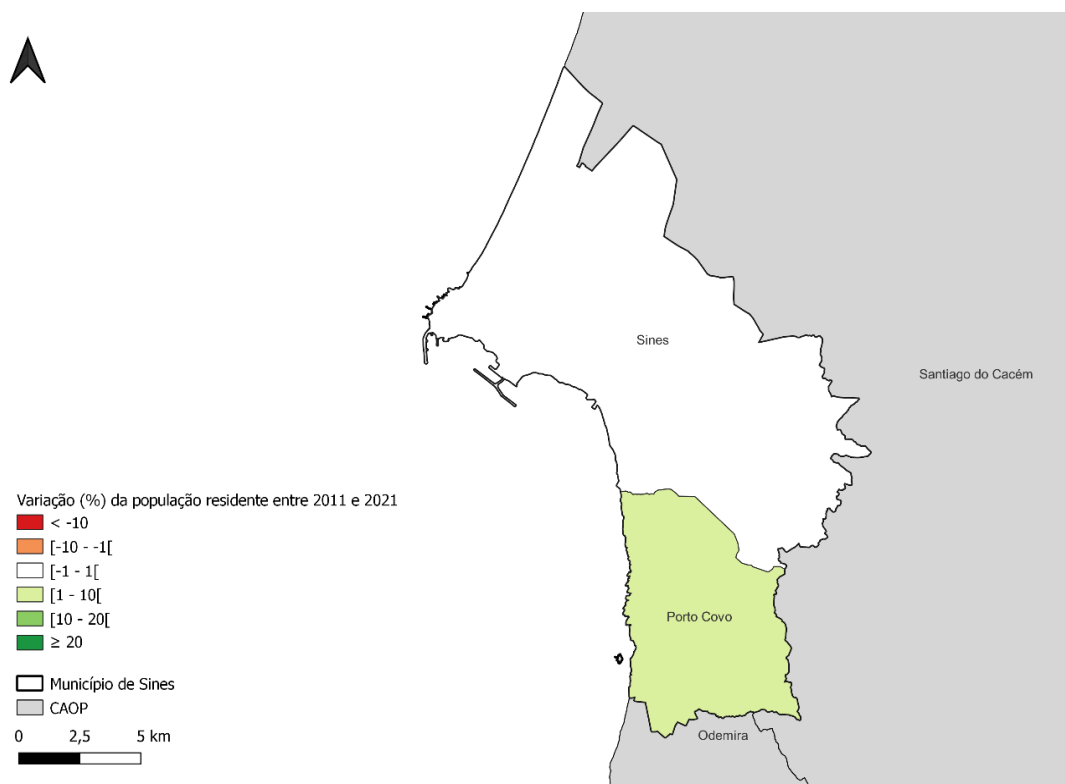


FIGURA 11: CARTOGRAFIA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SINES.

Fonte RUR; INE

2.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL

As características territoriais de Sines refletem as dinâmicas que determinaram os sistemas sociais e económicos de referência da região em que se insere.

O PROT Alentejo identifica Sines como centro urbano regional (CUR) polinucleado. Deste modo, Sines, para reforçar o policentrismo deve assumir o seu lugar enquanto polo nuclear do desenvolvimento do Alentejo, liderando e disseminando processos de inovação regional e de inclusão social; deve desenvolver redes de forte articulação com os níveis hierárquicos superiores e ou inferiores; deve desempenhar funções de articulação regional, liderar processos de inovação e desenvolvimento económico e dinamizar redes urbanas de afirmação externa; deve impulsionar a criação de redes multifuncionais e ou temáticas, como cidades patrimoniais, inteligentes, turísticas e/ou desportivas; deve fomentar a articulação e a governança, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

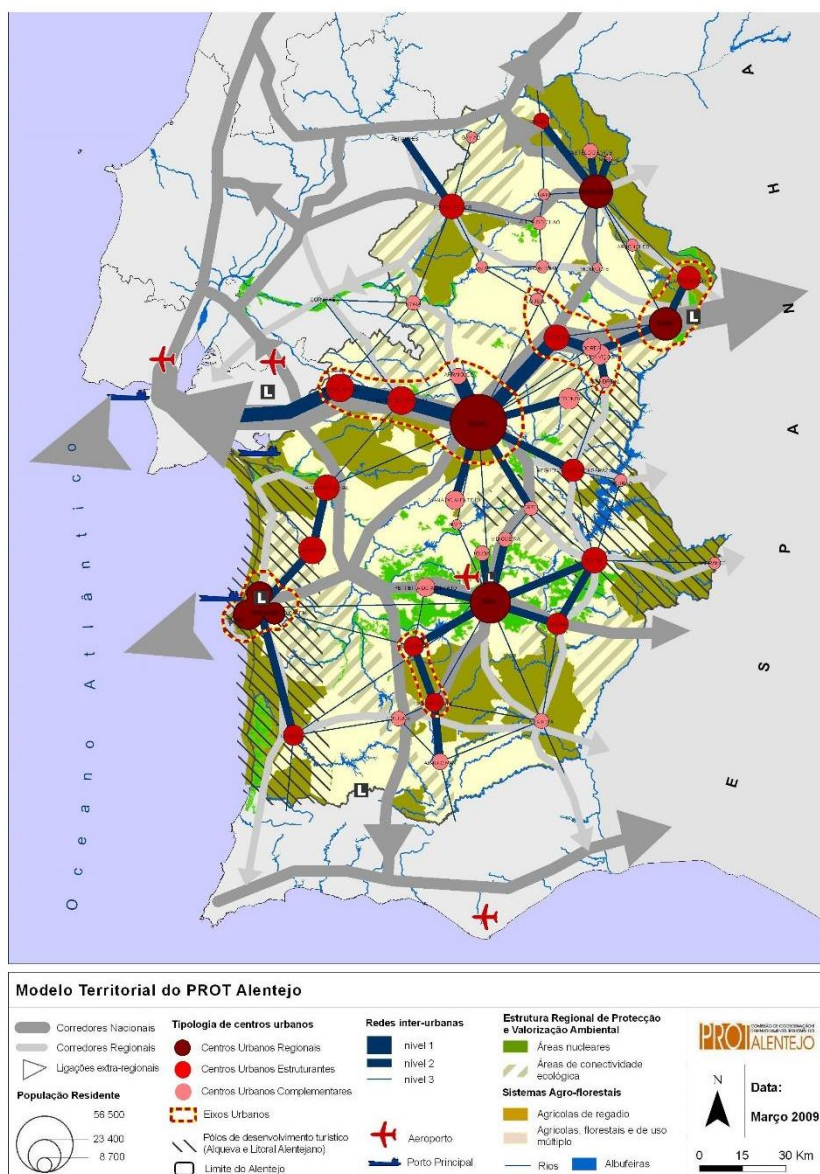


FIGURA 12: MODELO TERRITORIAL DO ALENTEJO.

Fonte: PROT Alentejo

Quando considerada uma análise suportada nos padrões de uso do solo, o mesmo Plano localiza o concelho no subsistema urbano do Litoral Alentejano, que abrange ainda os concelhos de Alcácer do Sal, Odemira, Grândola e Santiago do Cacém.

O PROT Alentejo identifica o Município de Sines como nível 2 quanto à sua relevância patrimonial arquitetónica e arqueológica. Quanto ao Modelo de Ordenamento do Território regional, existe uma necessidade de afirmar Sines como grande porto atlântico da Europa e grande plataforma portuária e industrial, de serviços de logística internacional e de energia. O Litoral de Sines apresenta ainda um conjunto diversificado de potencialidades de desenvolvimento económico, como atividades industriais, portuárias e logísticas, de produção de energia, piscatórias e turísticas.

Relativamente à densidade de ocupação populacional, o valor concelhio de Sines, em 2011, era de 70 habitantes por km², valor superior à média do Alentejo (24 h/km²), assim como da sub-região do Alentejo Litoral (18,4 h/km²). No contexto nacional (114,5 h/km²), os valores de Sines eram marcadamente inferiores.

Face a um cenário de perda populacional ao longo do último decénio, em 2021, os valores caíram a todas as escalas territoriais. A densidade populacional de Sines desceu para os 69,8 habitantes por km², ainda acima da média do Alentejo (22,3 h/km²), assim como da sub-região do Alentejo Litoral (18,2 h/km²). Comparativamente ao contexto nacional, a distância manteve-se relativamente inalterada (112,2 h/km²).

As freguesias de Sines e Porto Covo apresentam algumas assimetrias entre si. A freguesia de Porto Covo regista uma densidade populacional de apenas 22,4 h/km², enquanto a freguesia de Sines, sendo a mais populosa, já evidencia um valor mais perto da média nacional, (87,3 h/km²).

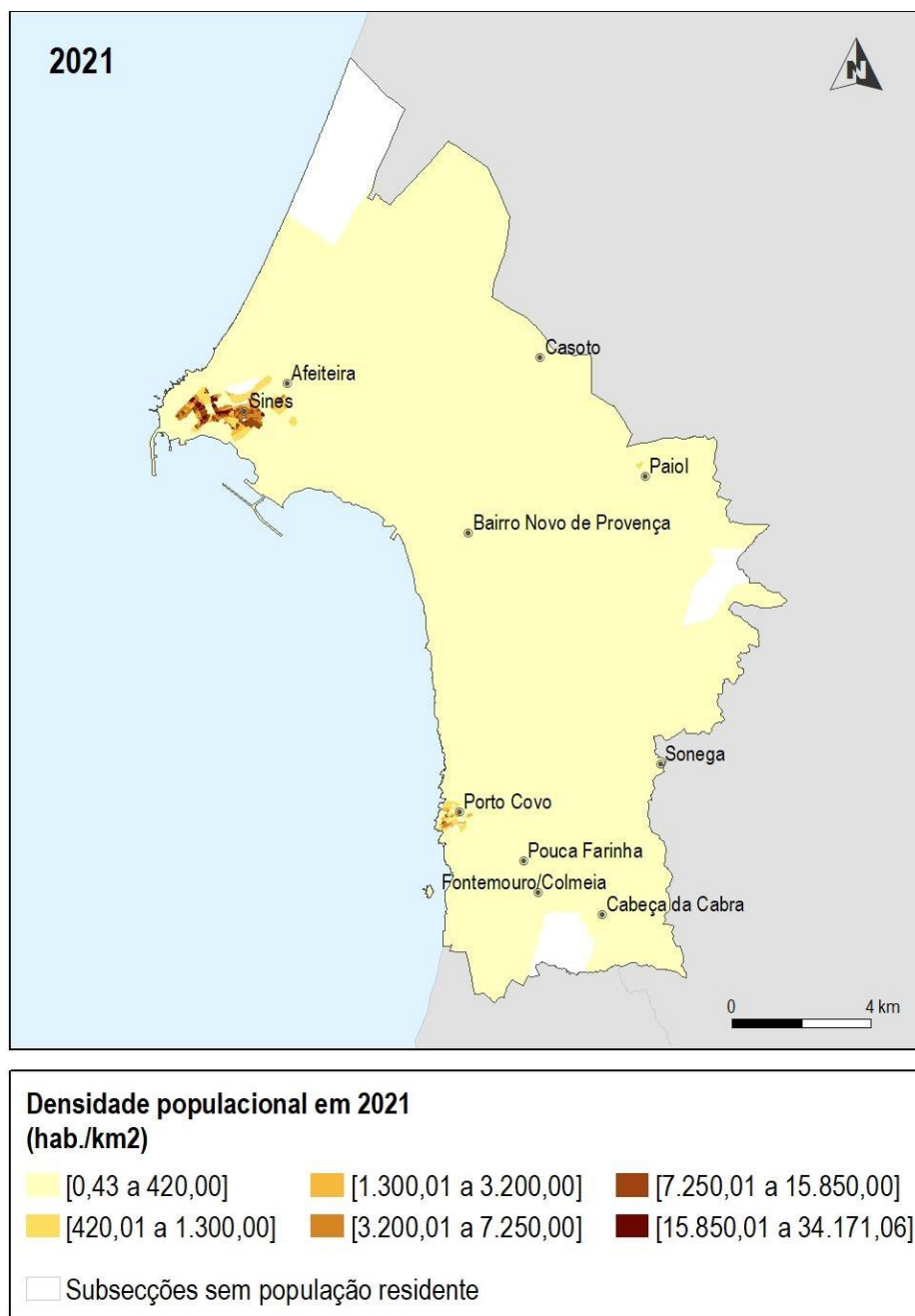


FIGURA 13: DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS DE SINES.

Fonte: RUR; INE

Relativamente à dinâmica urbanística no concelho, dados relativos aos fogos licenciados em 2021, indicavam um total de 38 licenciamentos. Estes valores evidenciam um grande decréscimo face ao início do milénio, ainda que se tenha notado uma recuperação face aos anos de 2014/2015.

Desde 2014 (ano em que existe disponibilidade de informação ao nível das freguesias), dos 276 licenciamentos, 52,9% tiveram lugar na freguesia de Porto Covo e 47,1% na freguesia de Sines. Considerando que no ano de 2021, Porto de Covo apenas representava 7,7% da população residente, é possível assumir que a dinâmica urbanística se tem revelado um elemento importante para o crescimento populacional evidenciado.

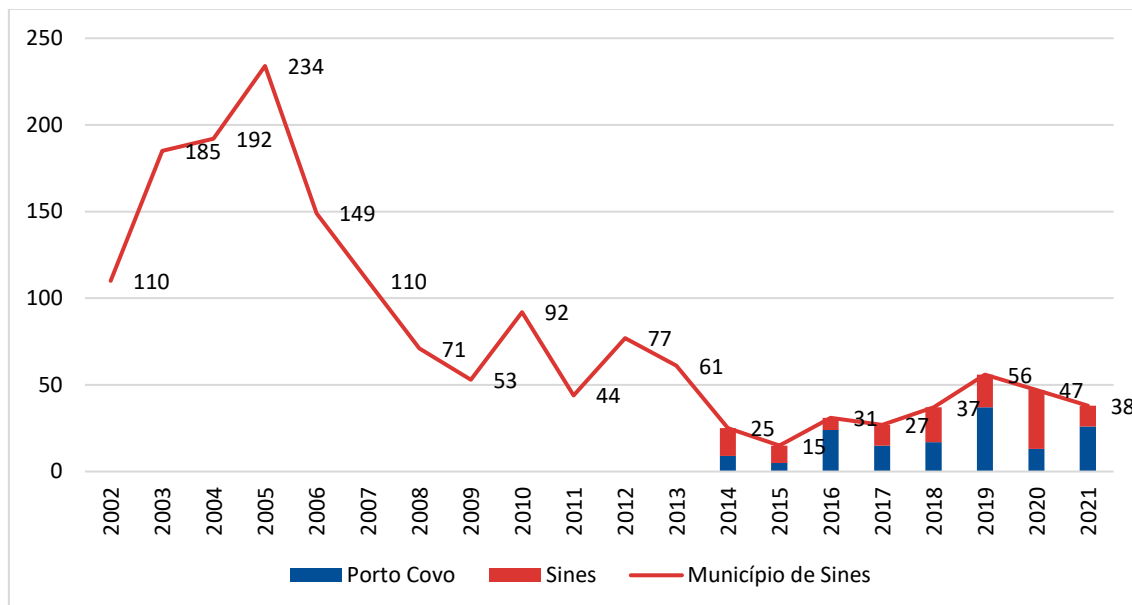


FIGURA 14: EDIFÍCIOS LICENCIADOS EM SINES.

Fonte: INE

Em termos de gestão territorial municipal, o PDM de Sines encontra-se em vigor desde 1990, tendo já sido alvo de alterações com vista à sua adaptação às necessidades do município, das quais a última teve lugar em 2017. Atualmente, encontra-se em revisão. Para efeitos de planeamento, o território concelhio de Sines assenta em três aglomerados urbanos (Sines, Porto Covo e Sonega). A estratégia do município passa por consolidar estes aglomerados, evitando o agravamento do fenómeno de ocupação dispersa.

Ainda em matéria de infraestruturação social, o papel dos equipamentos sociais é fundamental, especialmente se considerado o apoio que prestam ao quotidiano das famílias, com respostas para os vários ciclos de vida, com níveis de diferenciação variados. Relativamente à primeira infância, existem 7 equipamentos do pré-escolar (6 situados na freguesia de Sines e 1 em Porto Covo). Estes 7 equipamentos apresentam uma capacidade de 526 utentes e uma taxa de ocupação de 82,7%.

Relativamente aos equipamentos sociais para idosos, no concelho de Sines existe somente uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), dotada de uma capacidade para 200 utentes e com uma taxa de ocupação de 100%.

Como já referido, a presença de importantes infraestruturas de comunicação, permite que se estabeleçam relações de articulação e proximidade com territórios vizinhos. Esta situação tem efetivamente alguns reflexos no padrão de movimentos pendulares da população empregada e estudante.

Dados dos Censos de 2021, representados na figura seguinte, indicam que, dos 7.944 habitantes do município de Sines a trabalhar ou a estudar, 934 (a que corresponde uma proporção de 11,8%), tinham o seu local de trabalho ou estudo situado noutro concelho. Estes dados revelam um aumento do número de residentes nesta situação face a 2011, ano em que totalizavam cerca de 607. Os concelhos para onde mais sinienses se deslocavam para estudar ou trabalhar, no ano de 2021, eram Santiago do Cacém (530), Odemira (166), Lisboa (58) e Grândola (45). Importa ainda sublinhar a importância de Sines no contexto do Alentejo Litoral, uma vez que cerca de 4.138 residentes de outros concelhos se deslocavam para Sines para realizar as suas atividades.

O facto de 88,2% da população trabalhar ou estudar no próprio concelho tem também implicações no tempo despendido na sua deslocação.

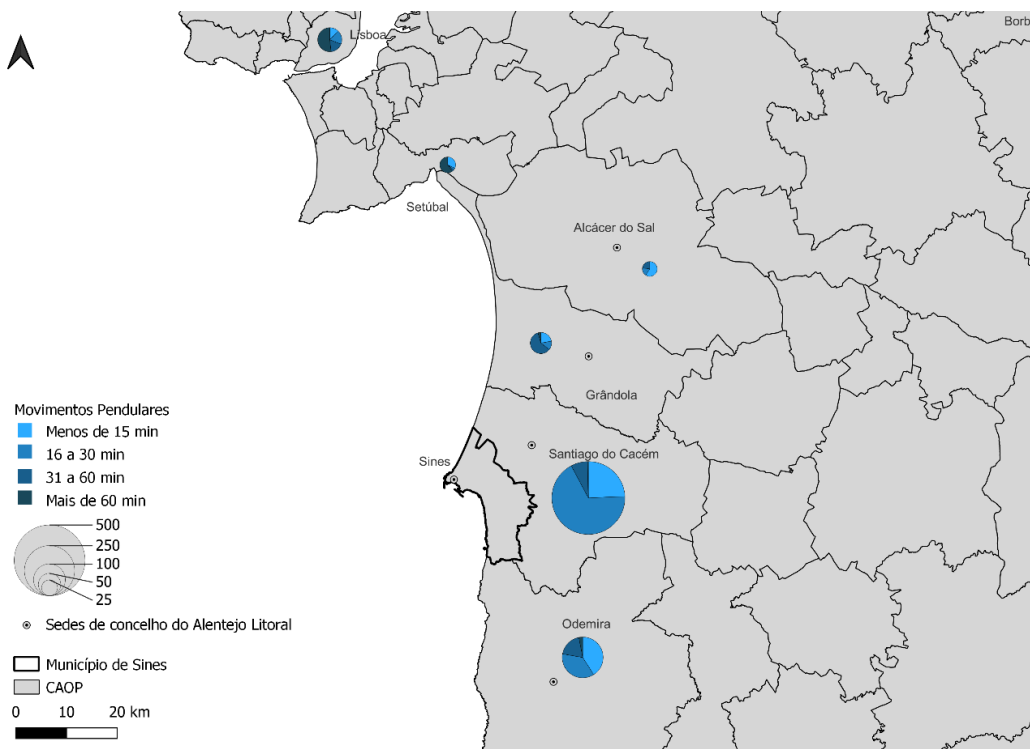


FIGURA 15: MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO DE SINES.

Fonte: RUR; INE

Atendendo ao universo de residentes de Sines que trabalham ou estudam, cerca de 95,3% efetuam movimentos pendulares de curta duração (73,3% até 15 minutos e 22% entre 16 e 30 minutos). Restringindo esta análise aos que desempenham a suas atividades fora do município, o número de residentes que realiza movimentos pendulares de curta duração baixa para os 76%.

Igualmente indissociável deste padrão pendular é o meio de transporte usado para realizar o movimento pendular. O automóvel particular (usado enquanto condutor ou passageiro) é o principal meio de transporte de 5.076 munícipes, o que corresponde a 63,9% do total de deslocações. O segundo modo de deslocação mais representativo são as deslocações a pé (25,9% das deslocações), o que se deve a fatores como a elevada concentração da população e atividades na cidade de Sines.

Relativamente à população que estuda ou trabalha fora do concelho, as dinâmicas de mobilidade apresentam algumas alterações. O automóvel aumenta a sua dominância face aos restantes meios de transporte, passando a constituir o modo de deslocação de 71,3% dos munícipes, e o autocarro passa a constituir o segundo meio de transporte mais procurado, com 12,6% das deslocações.

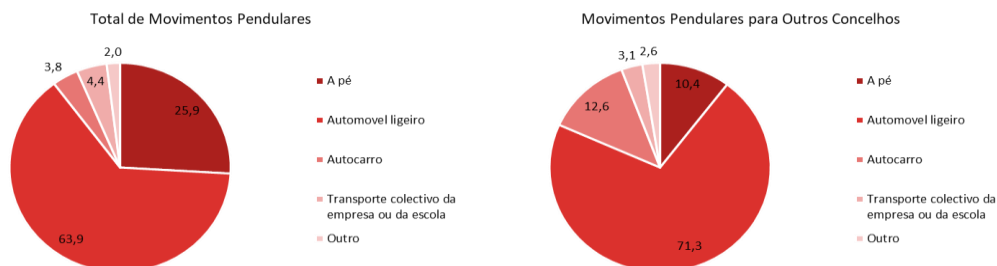


FIGURA 16: MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES EM SINES, 2021.

Fonte: INE

2.4. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

A evolução do dinamismo demográfico de Sines apresentou um comportamento positivo ao longo dos últimos 60 anos. Os dados do Pordata e do INE relativos ao período compreendido entre 1960 e 1970 ilustram uma descida acentuada no efetivo populacional, passando dos 8.866 para os 7.150 habitantes. Este padrão inverteu-se na década de 1970 a 1981, ano em que Sines atingiu uma população de 12.075. Este aumento populacional coincidiu com a construção do Porto de Sines (1974-78), que trouxe emprego para o concelho. A partir deste período, o concelho vem registando um crescimento populacional relativamente estável até 2021, ano em que registou 14.198 habitantes (menos 40 do que em 2011). Importa acrescentar que os períodos de maior crescimento populacional coincidiram com os períodos de expansão do porto.

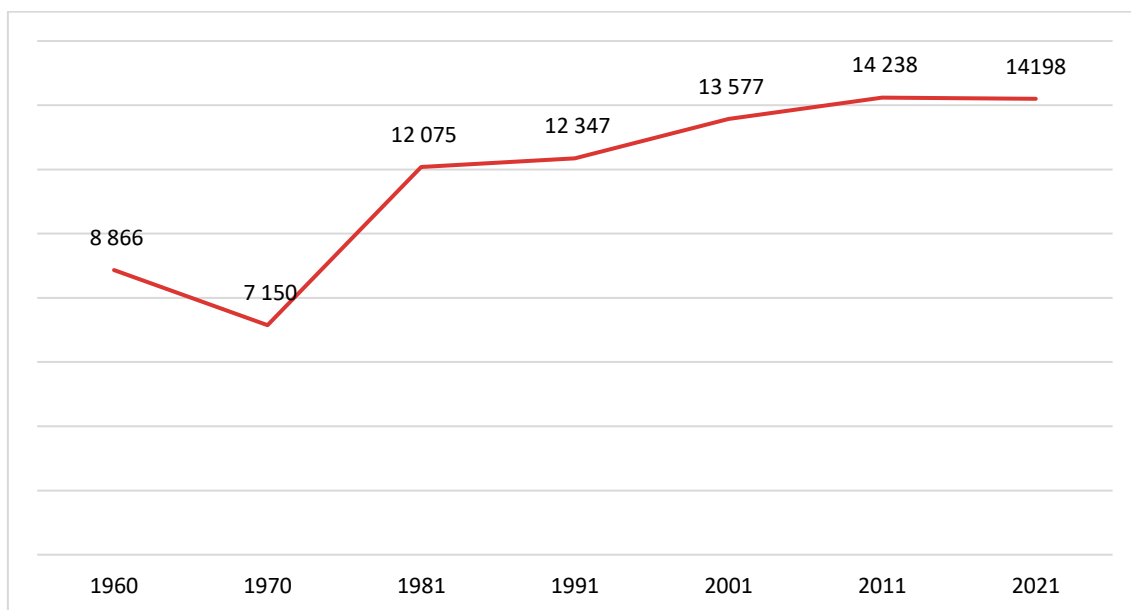


FIGURA 17: EVOLUÇÃO DO Nº DE RESIDENTES EM SINES.

Fonte: Pordata; INE

Em termos comparativos, a dinâmica demográfica observada no período mais recente encontra-se em consonância com a dinâmica apresentada nos âmbitos territoriais em que se insere, mas de uma forma menos pronunciada, considerando que a perda populacional entre 2011 e 2021 foi de apenas 0,3%.

Como mencionado, Sines tem vindo a atrair população desde a década de 70, no entanto este fenómeno apresentou uma estagnação ao longo do último decénio.

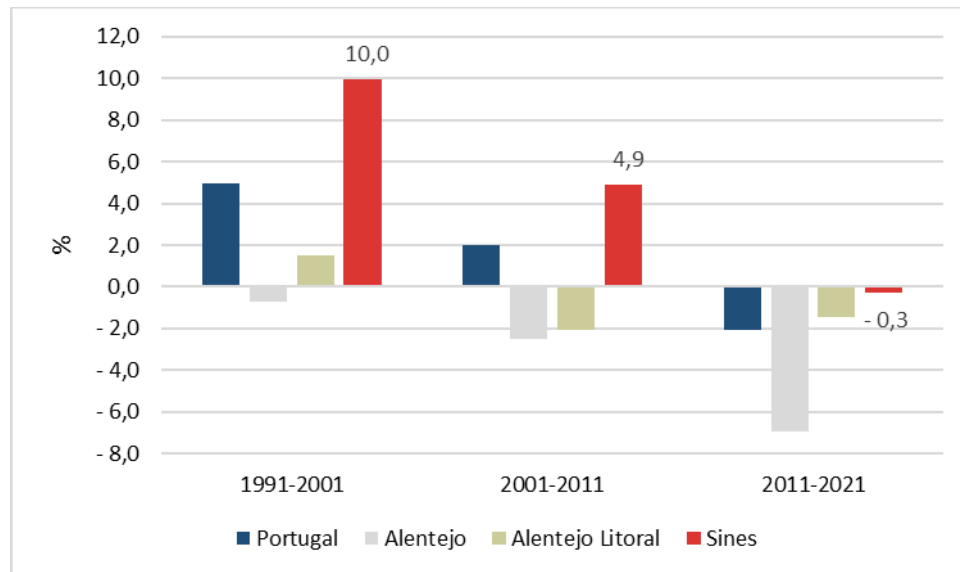


FIGURA 18: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SINES.

Fonte INE

As freguesias de Sines apresentaram evoluções diferentes ao longo dos anos. Sines, constituindo a mais populosa do concelho, foi a freguesia que mais efetivos populacionais atraiu ao longo das últimas décadas. Por outro lado, Porto Covo manteve o seu número de residentes ao longo do tempo, registando 1.091 residentes em 2021, menos 3 que em 1991, mas mais 53 que no início da última década.

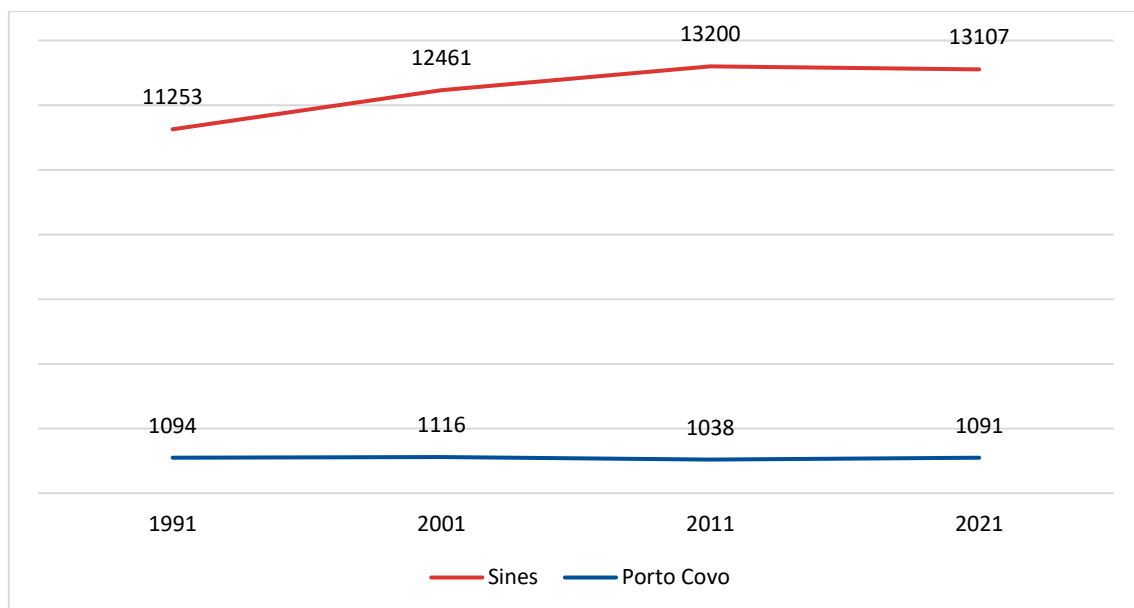


FIGURA 19: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SINES.

Fonte INE

A pirâmide etária do concelho com base na comparação entre 2011 e 2021, permite ilustrar a estrutura demográfica, retratando a dinâmica populacional interna desagregada por vários grupos etários homogêneos e, simultaneamente identificar as disparidades que se foram desenvolvendo ao longo do último decénio.

Em 2021, o concelho de Sines, apresentava uma pirâmide etária em duplo envelhecimento, a base (população jovem) tem vindo a diminuir ao longo dos anos e, no sentido oposto, a população com mais de 65 anos é cada vez mais populosa. Note-se que os grupos que refletiram o maior decréscimo populacional foram os da população em idade fértil, fenómeno que influencia negativamente o número de nascimentos, perspetivando-se um agravamento desta tendência no futuro.

Em termos genéricos, a pirâmide do concelho reflete a evolução populacional verificada entre 2011 e 2021, sendo que, o fenómeno de envelhecimento populacional acabou por ser mitigado pela atração de alguma população ativa.

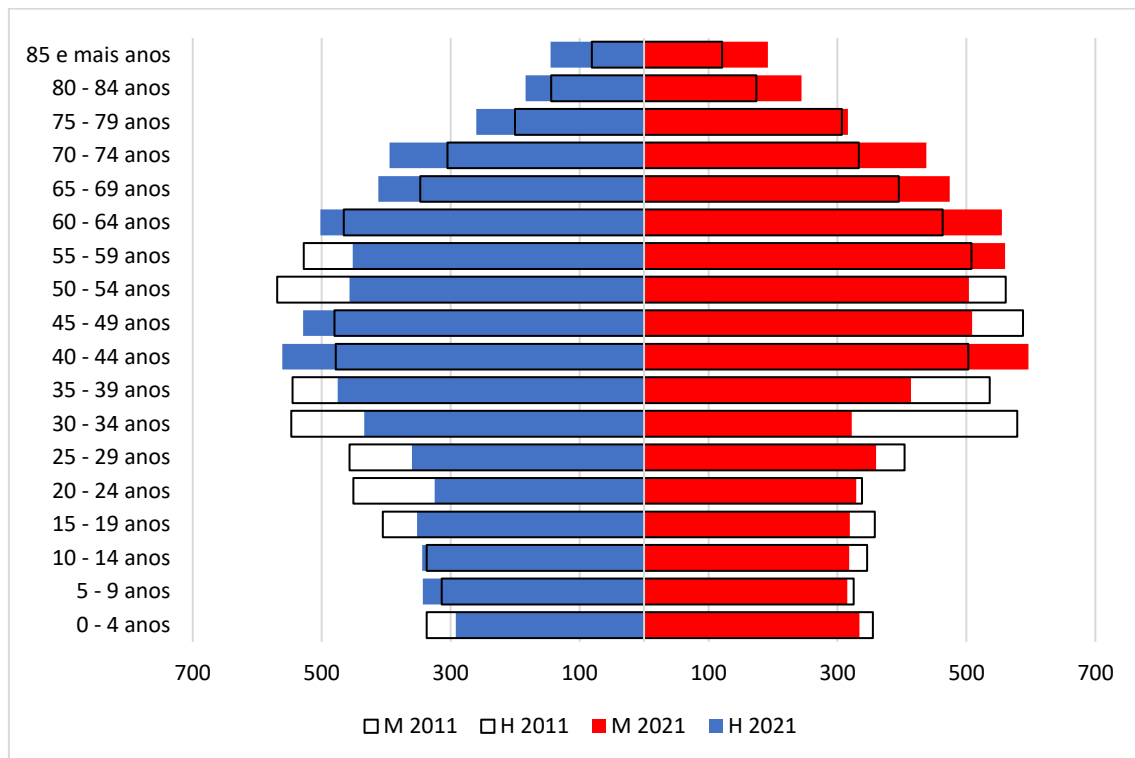


FIGURA 20: PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE SINES.

Fonte: INE

Dados de 2020 relativos à taxa de crescimento efetivo apontam para um decréscimo populacional de -0,06%, inferior ao observado nos contextos nacional (0,02%), mas não tão severo como nos contextos regional (-0,73%) e sub-regional (-0,43%). Face à situação verificada em 2011, a taxa de crescimento efetivo de Sines registou uma melhoria. No entanto, 2019 foi o único ano, ao longo do último decénio, em que se registou um crescimento efetivo no concelho de Sines.

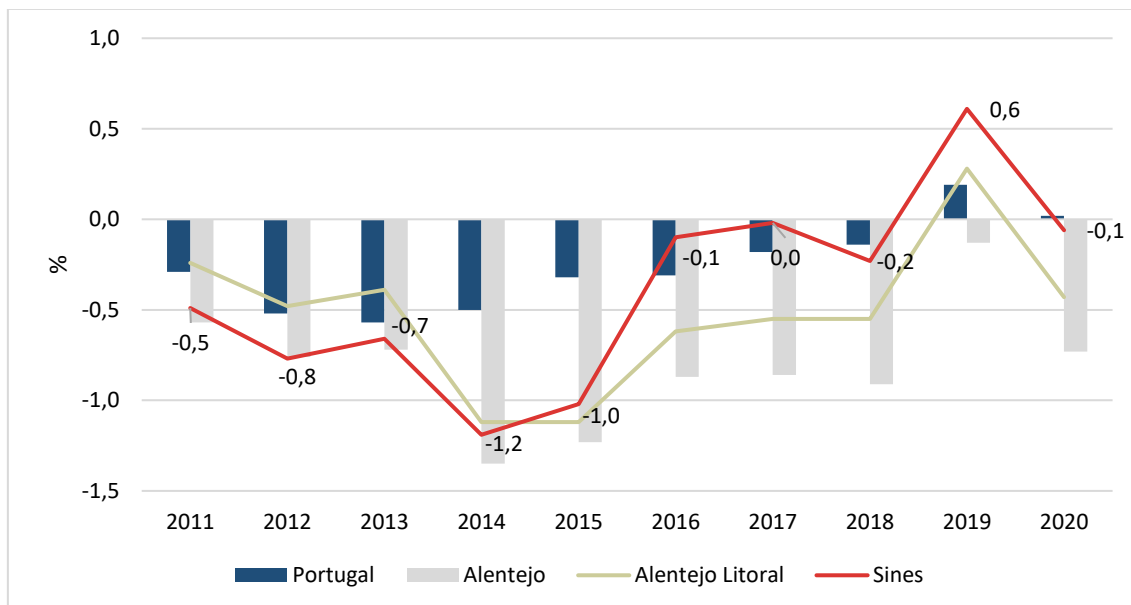


FIGURA 21: TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO EM SINES.

Fonte: INE

Considerando a taxa de crescimento natural, que resulta do saldo natural (natalidade e mortalidade), os valores ao longo da última década foram negativos na generalidade do país e Sines não foi exceção, acompanhando a tendência das restantes escalas territoriais. A partir de 2012, a taxa de crescimento natural apresentou consistentemente valores negativos, o que contribuiu para o ligeiro decréscimo populacional do concelho. Em 2020, a taxa de crescimento natural registou -0,34%, apresentando valores mais positivos que os contextos territoriais em que o conselho se insere.

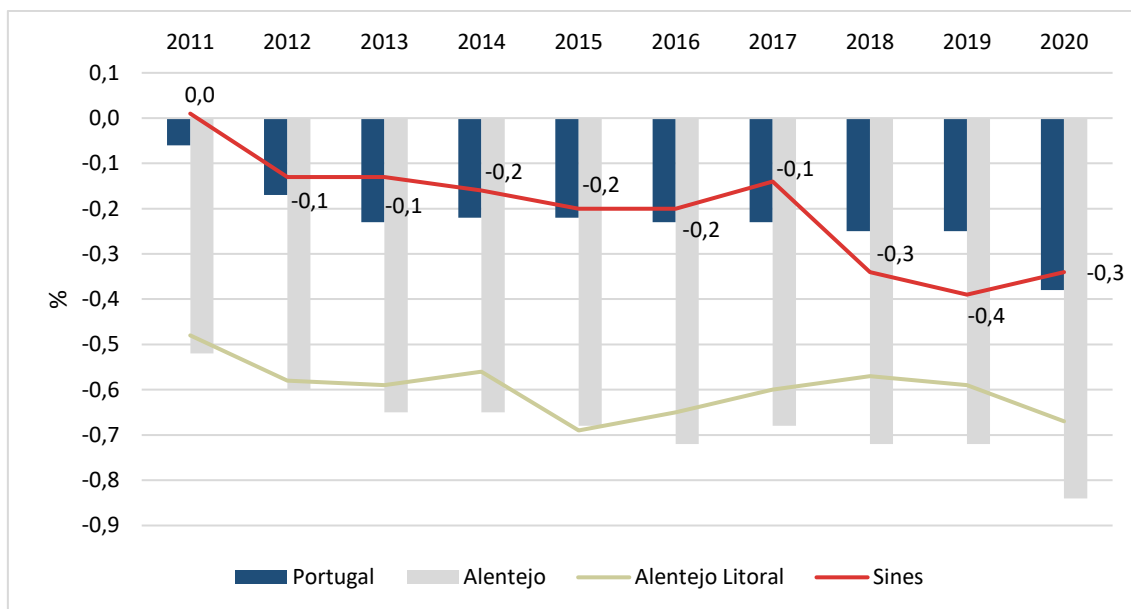


FIGURA 22: TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL DE SINES.

Fonte: INE

Uma vez que a dinâmica de crescimento natural apresenta valores que correspondem a uma maior prevalência da mortalidade sobre a natalidade, não permitindo, por essa via, o aumento verificado em termos populacionais, a evolução observada tem contribuído para o fenómeno de decréscimo populacional ao longo da última década.

Efetivamente, os dados da taxa bruta de mortalidade e natalidade, para além de determinarem parte da dinâmica populacional, refletem também mudanças na estrutura populacional interna.

Na taxa de natalidade, ao longo dos últimos 10 anos, Sines tem vindo a apresentar valores acima da média nacional. Contudo, no final do último decénio, a taxa de natalidade, embora acima da média nacional, tem vindo a decrescer, face a 2011 e 2012. Este fenómeno está relacionado com a diminuição da população jovem adulta e em idade fértil, contribuindo para que, no concelho de Sines, o número de nascimentos tenha vindo a diminuir.

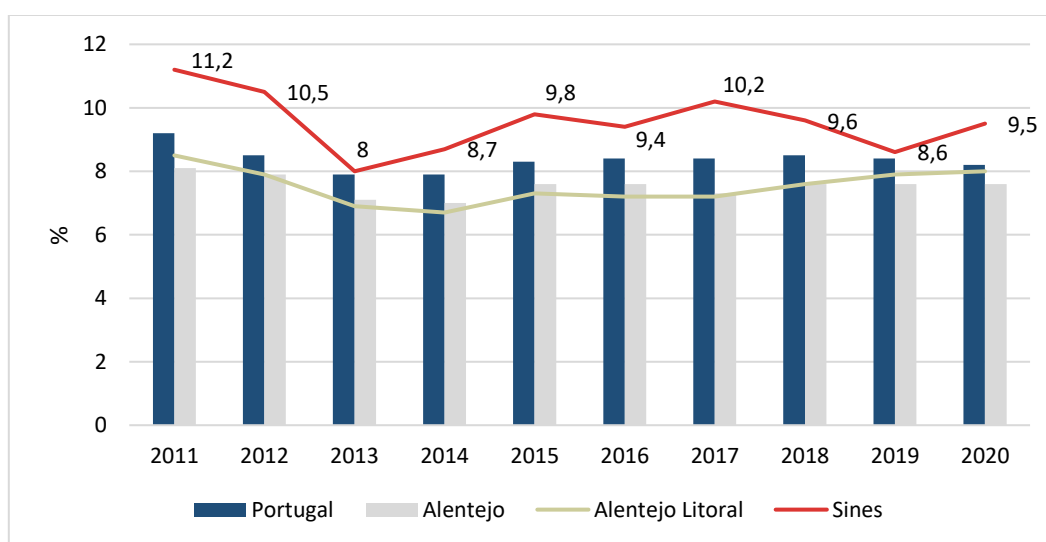


FIGURA 23: TAXA BRUTA DE NATALIDADE EM SINES.

Fonte: INE

À semelhança da taxa bruta de natalidade, a taxa bruta de mortalidade também apresentou uma evolução relativamente estável. Em 2011, a taxa de mortalidade em Sines era de 11,1‰, situando-se acima da média nacional (9,7‰), mas abaixo das médias regional e sub-regional. Após uma década de evolução entre os 9,8‰ e os 13‰, em 2020, situava-se nos 12,9‰, ainda abaixo da média alentejana. Comparando com os municípios vizinhos, o crescimento populacional de que Sines foi alvo ao longo dos anos 90 e 2000, contribuiu positivamente para que a taxa de mortalidade fosse menor, face à do Alentejo Litoral que era de 14,7‰ nesse mesmo ano.

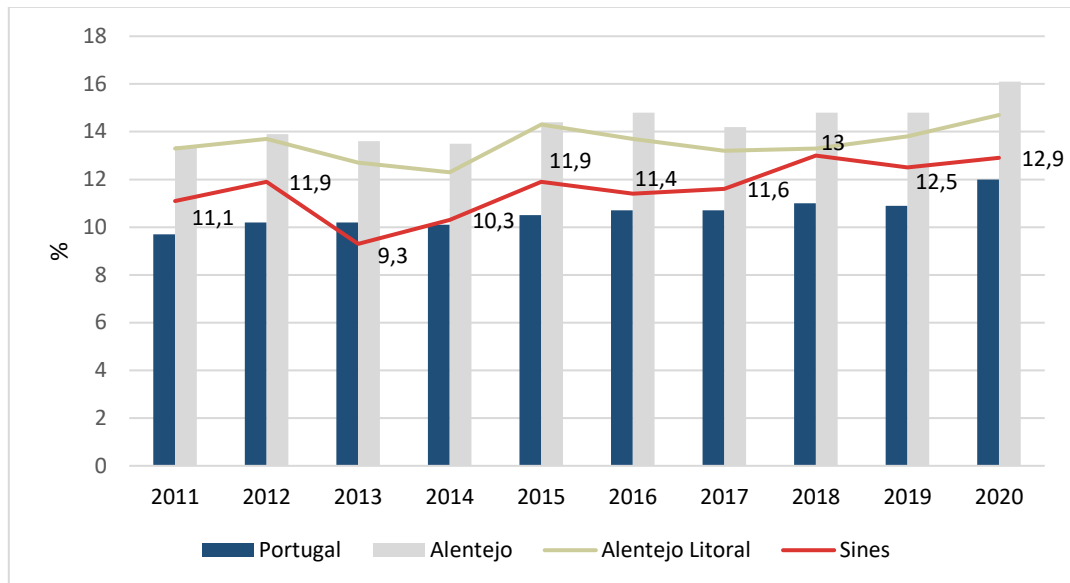


FIGURA 24: TAXA BRUTA DE MORTALIDADE EM SINES.

Fonte: INE

Os dados absolutos do saldo natural e saldo migratório, reforçam a dinâmica populacional já identificada ao longo do presente capítulo. Entre 2011 e 2020, o saldo natural e o saldo migratório apresentaram dinâmicas algo dissemelhantes no concelho de Sines. Através de uma análise do saldo migratório, é possível dividir a última década em duas fases distintas. A primeira metade ficou marcada pela saída de população do concelho. No sentido oposto, desde 2016 até 2020, o saldo migratório apresentou um balanço positivo, registando uma média de 44,4 indivíduos por ano. No caso do saldo natural, a partir de 2012, os valores foram sempre negativos, no entanto esta tendência acabou por se agravar nos últimos anos. Sumariamente, o saldo natural apresentou uma média de -29,9 indivíduos por ano, ao longo da última década.

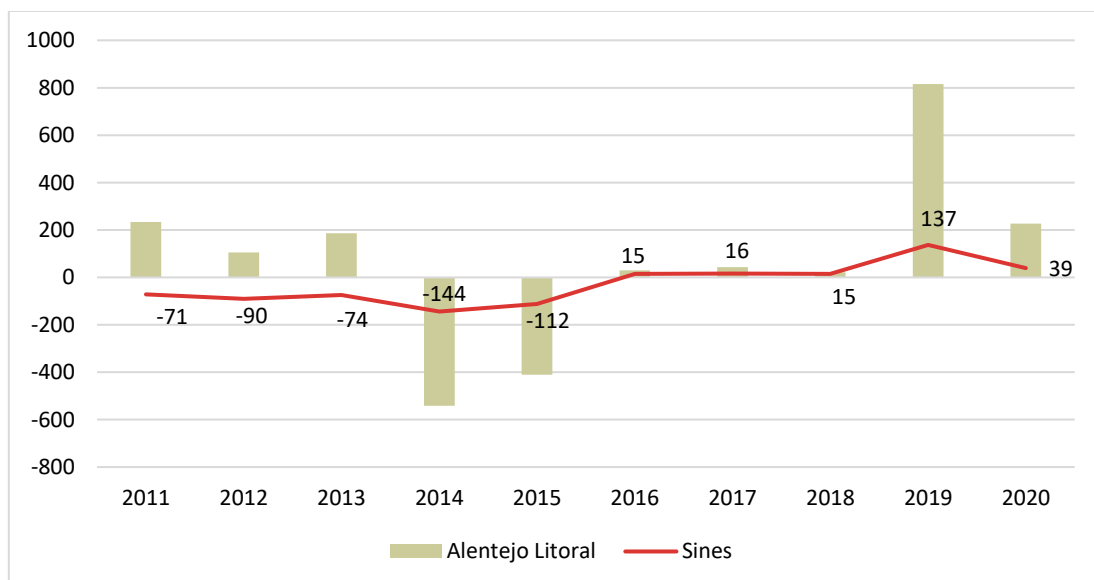


FIGURA 25: SALDO MIGRATÓRIO EM SINES.

Fonte: INE

Ao nível sub-regional, no Alentejo Litoral, ambos os indicadores apresentaram impactos negativos na dinâmica populacional. Embora o saldo migratório tenha apresentado algumas oscilações ao longo da última década, registando números positivos entre 2011 e 2013 e desde 2016 ao último período de referência (2020). O saldo natural não acompanhou este fenómeno, apresentando um saldo negativo durante toda a última década, registando uma média de -569,9 indivíduos por ano.

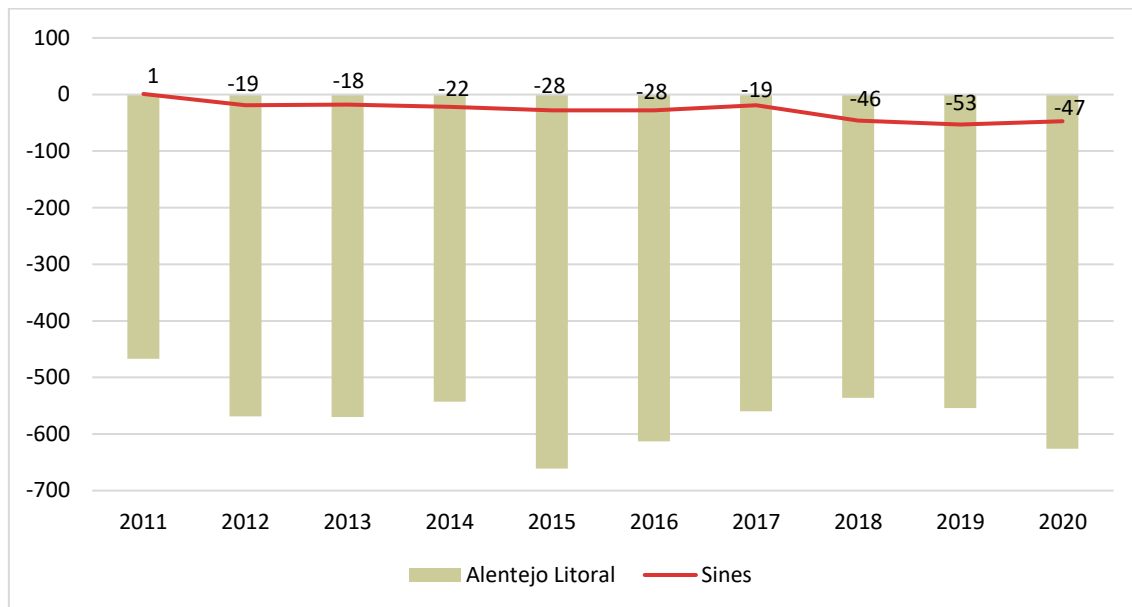


FIGURA 26: SALDO NATURAL EM SINES.

Fonte: INE

Finalmente, destaque-se ainda o índice de dependência de idosos e de jovens que relaciona o número de residentes em idade ativa (15 a 64 anos) com os residentes com idade igual ou superior a 65 anos, no caso dos idosos, e com aqueles com idade igual ou inferior a 14 anos, no caso dos jovens.

Começando pelo índice de dependência de idosos, de 2011 para 2021 tem-se assistido a um aumento gradual e transversal a todas as unidades territoriais em análise. Em Sines, este indicador acompanhou a evolução das restantes unidades territoriais, no entanto encontra-se abaixo da média nacional, ainda que tenha apresentado uma aproximação, durante os últimos anos. Neste sentido, o índice de dependência de idosos transitou dos 24,7, em 2011, para os 35,5, em 2021, abaixo dos contextos territoriais em que o concelho se insere.

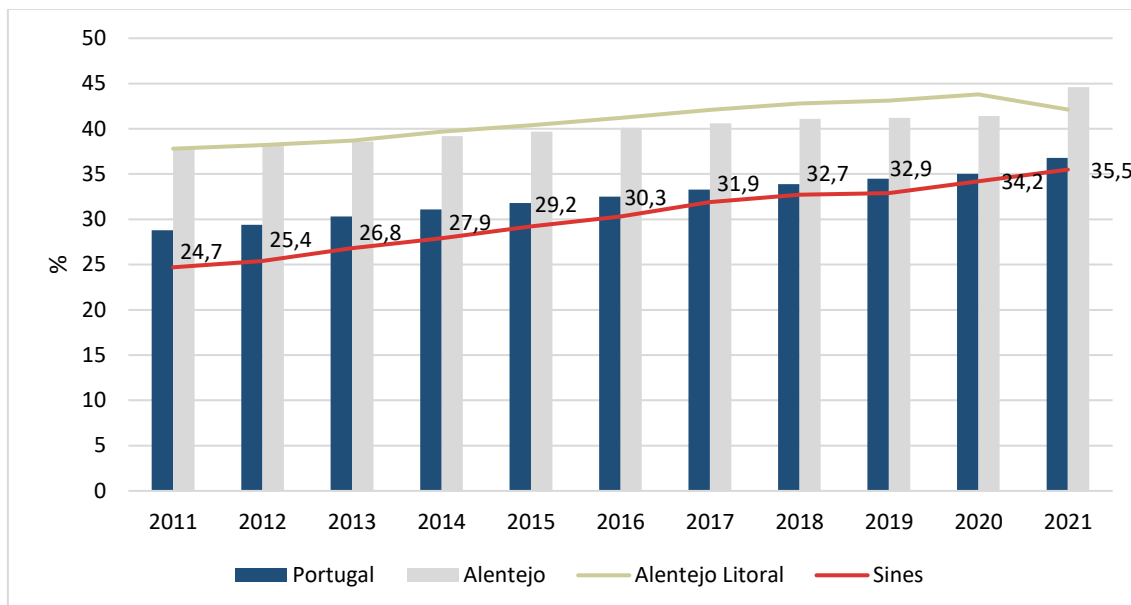


FIGURA 27: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS EM SINES.

Fonte: INE

Relativamente ao índice de dependência de jovens, o concelho de Sines registou um ligeiro incremento de 20,6 jovens com até 14 anos de idade por cada 100 residentes em idade ativa (em 2011) para 22,3 (em 2021), valor acima da média nacional (20,9) e do Alentejo Litoral (19,8).

A evolução destes indicadores reflete-se também no índice de dependência total, sendo que neste caso Sines transitou de 45,3, em 2011, para 57,8, em 2021. Estes valores encontram-se em linha com a média portuguesa (57), mas algo abaixo da média do Alentejo Litoral (61).

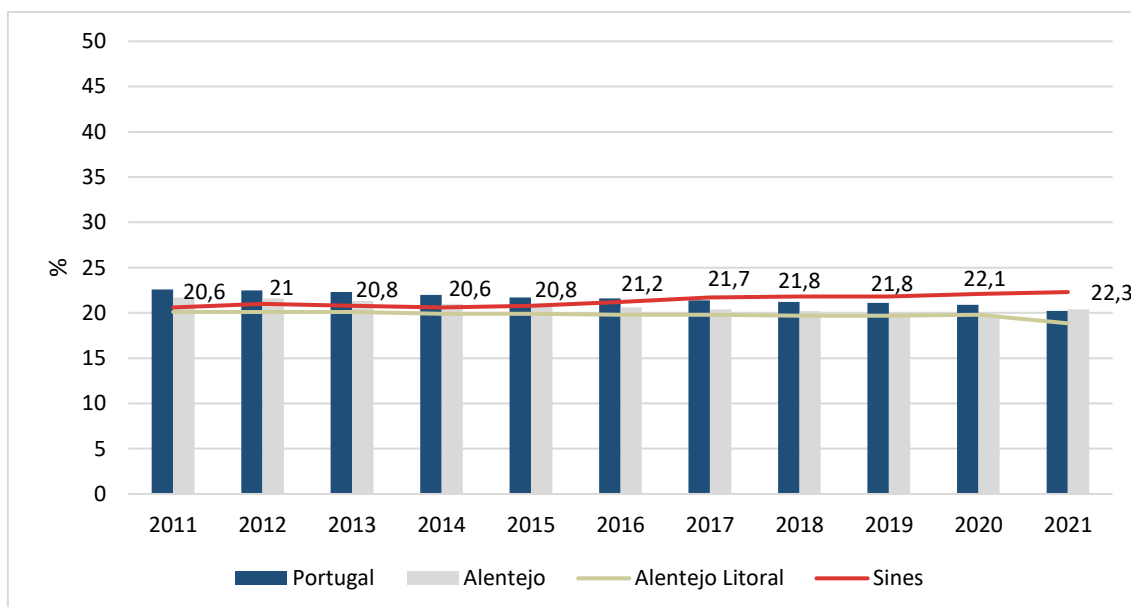


FIGURA 28: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS EM SINES.

Fonte: INE

2.5. PERFIL SOCIOECONÓMICO

O perfil de qualificações da população residente em Sines registou uma trajetória positiva ao longo do último decénio. A taxa de analfabetismo do concelho, em 2011, era de 19,2%, valor ligeiramente acima da média nacional nesse ano (18,9%). No ano de 2021, a percentagem de analfabetismo caiu para os 14,6%.

Com base no contexto territorial em que o concelho de Sines se encontra inserido, os valores de escolarização apresentados em 2021 eram ligeiramente superiores aos do Alentejo e Alentejo Litoral. Este fenómeno pode estar relacionado com a estrutura etária da população que, como acima descrito, não é tão envelhecida quanto as médias regionais.

Em 2021, o nível de ensino predominante era o ensino secundário e pós-secundário, grau obtido por 24,3% da população com 15 ou mais anos de idade, seguindo-se o 1.º ciclo do ensino básico (20,6%) e o 3.º ciclo do ensino básico (17,2%). Aqueles com o ensino superior concluído eram 12,8% do total de indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos.

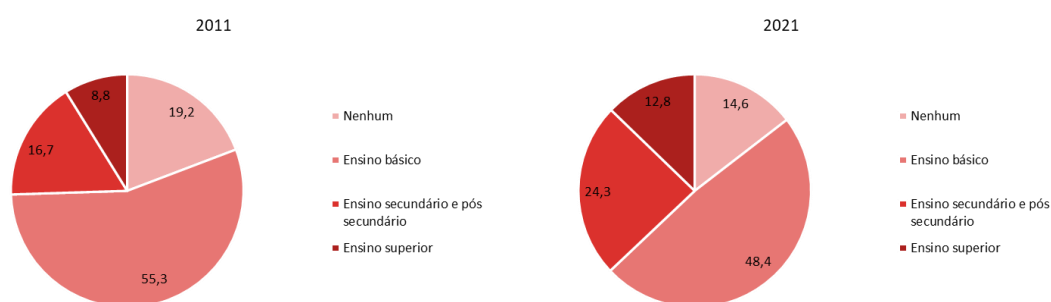


FIGURA 29: EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENSINO DE SINES.

Fonte: INE

Em 2021, apenas 14,2% da população da freguesia de Porto Covo não possuía qualquer nível de escolaridade e 22,6% apenas possuía o primeiro ciclo completo. No caso da freguesia de Sines, os valores situavam-se nos 14,6% e 20,2%, respetivamente.

Note-se que a proporção da população residente com o ensino superior concluído transitou dos 8,8% para os 12,8% nos últimos 10 anos. Ainda que este valor represente um aumento significativo, em termos comparativos, Sines apresenta níveis relativamente baixos, especialmente se comparado com a média nacional, cuja população com o ensino superior representava cerca de 17,4%.

Não obstante, ao longo do tempo a tendência será para a mitigação das assimetrias. A adoção de uma dinâmica de atração populacional e criação de emprego, em parte qualificado, acabará por acelerar este processo, considerando que a população em idade ativa tem vindo a desenvolver cada vez mais as suas habilitações literárias.

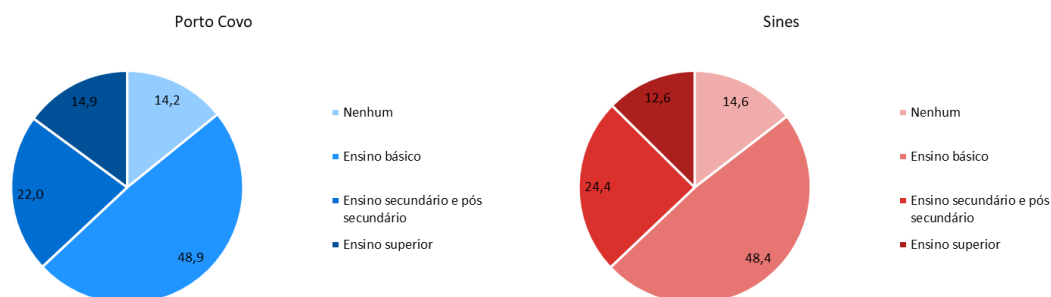


FIGURA 30: EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENSINO NAS FREGUESIAS DE SINES, 2021.

Fonte: INE

Considerando a taxa de desemprego de 2011, Sines salienta-se das restantes regiões com uma taxa de desemprego de 9,7%, inferior às observadas nos âmbitos territoriais em que se insere. Em 2021, este indicador situava-se nos 8,2%, a par da média nacional, mas acima dos parâmetros regionais e sub-regionais.

Ao nível das freguesias, Porto Corvo que em 2011 apresentava a maior taxa de desemprego interfreguesias, em 2021, passou a registar uma taxa de desemprego de 6,2%, abaixo dos 8,3% da freguesia de Sines.

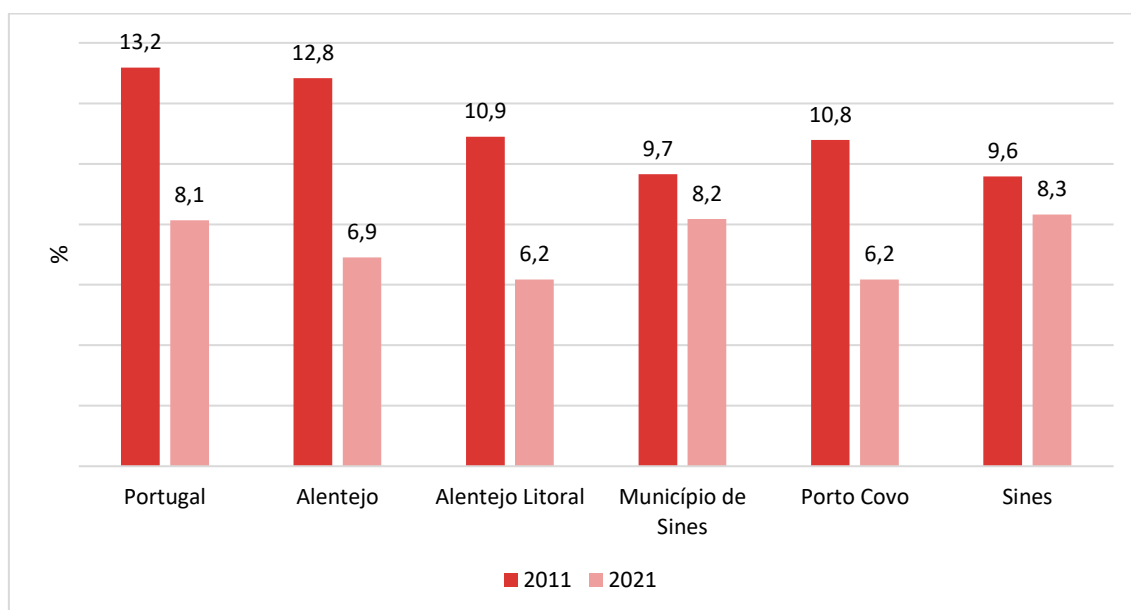


FIGURA 31: TAXA DE DESEMPREGO EM SINES, 2011-2021.

Fonte: INE

Na figura seguinte é possível observar a evolução do número de desempregados inscritos no centro de emprego, no concelho de Sines. A partir de 2011, as consequências da crise económica são bastante visíveis. A média mensal de inscritos passou de 613 em 2011 para 1.204 no ano seguinte. Até ao ano de 2016, este indicador registou valores acima dos 1.000. A partir desse momento, verificou-se um decréscimo de desempregados inscritos no centro de emprego, em parte, devido ao crescimento do turismo que se tem feito sentir no Alentejo Litoral. Em 2020 ocorreu um ligeiro aumento deste indicador, o que poderá estar relacionado com os primeiros impactes decorrentes da crise pandémica provocada pela COVID-19. Não obstante, acabaram por ser mitigados em 2021.

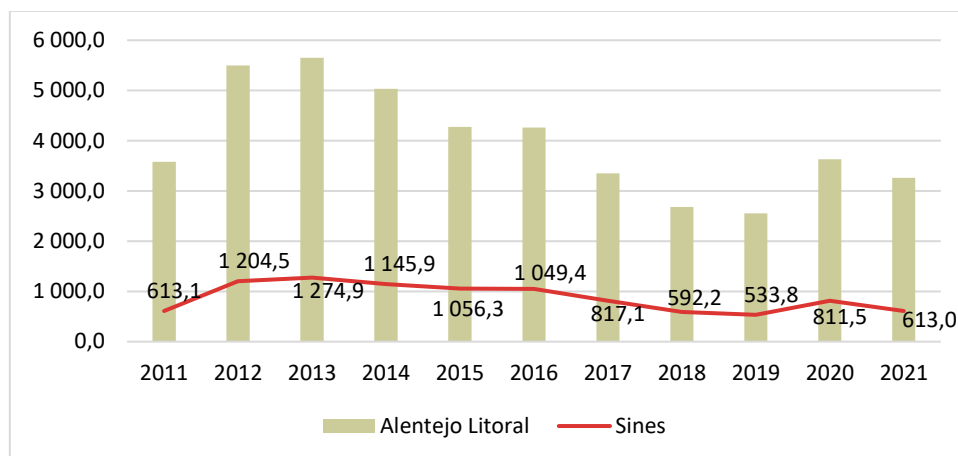


FIGURA 32: MÉDIA ANUAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO, EM SINES.

Fonte: Pordata

Relativamente à caracterização do universo de desempregados, em 2021, a população feminina assumia uma importância de 49,4% do número de desempregados e masculina representava os restantes 50,6%. Verifica-se ainda, que a quase totalidade dos desempregados (94,3%) encontrava-se à procura de novo emprego, sendo que em média, apenas 35,1 indivíduos procuravam o primeiro emprego a cada mês. Por outro lado, existe uma prevalência das inscrições inferiores a 1 ano, já que apenas cerca de 35% dos desempregados se encontrava à procura de emprego há mais de 1 ano.

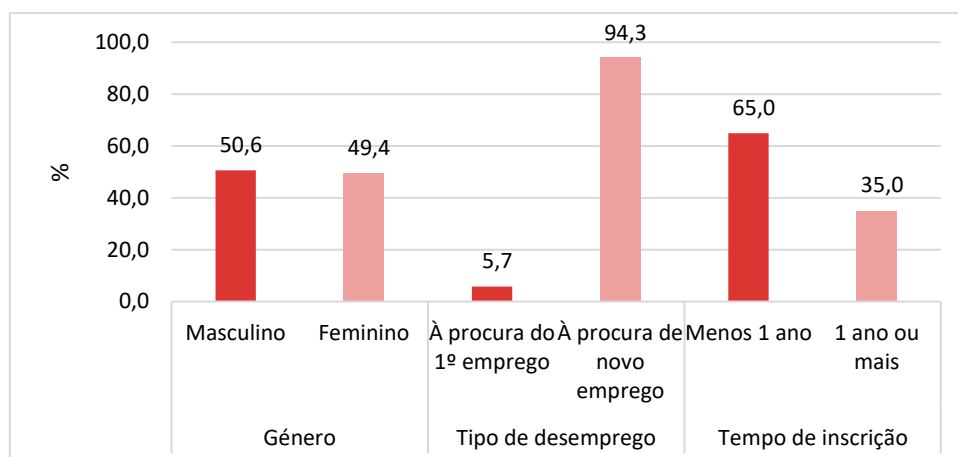


FIGURA 33: CARACTERÍSTICAS DO UNIVERSO DE DESEMPREGADOS EM SINES, 2021.

Fonte: Pordata

O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Sines tem acompanhado as dinâmicas apresentadas pelos âmbitos territoriais nacional e regional. À exceção do ano de 2012, em que a percentagem de beneficiários de RSI aumentou para os 49,8%, a tendência do último decénio foi para a diminuição deste indicador, até aos 31,3%, em 2021. Comparativamente à sub-região do Alentejo Litoral (17,4%), Sines apresenta valores acima da média.

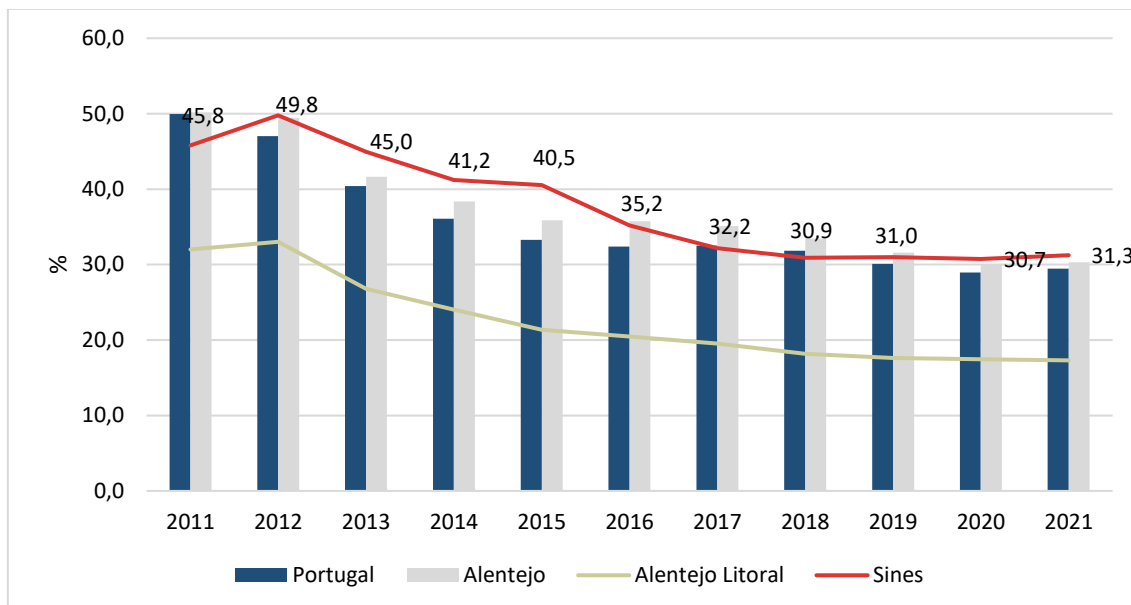


FIGURA 34: BENEFICIÁRIAS/OS DE RSI POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (%), EM SINES.

Fonte: INE

Existem duas possíveis causas para a evolução deste indicador. Por um lado, a diminuição da taxa de desemprego. Por outro, a alteração nos critérios de elegibilidade, que tornaram mais restrito o conjunto de indivíduos que pode aceder a esta prestação.

As duas freguesias do concelho registaram, em 2021, uma proporção de população estrangeira acima da média nacional. Destaca-se a freguesia de Porto Covo, uma vez que ao longo do último decénio, registou um incremento da proporção de população estrangeira dos 5,5%, em 2011, para os 6,8%, em 2021. Em números absolutos, o concelho de Sines alberga 904 residentes estrangeiros, 830 na freguesia de Sines e 74 em Porto Covo. A atração de população estrangeira pode contribuir para a mitigação do fenómeno de envelhecimento populacional que tem afetado o concelho e a sub-região do Alentejo Litoral.

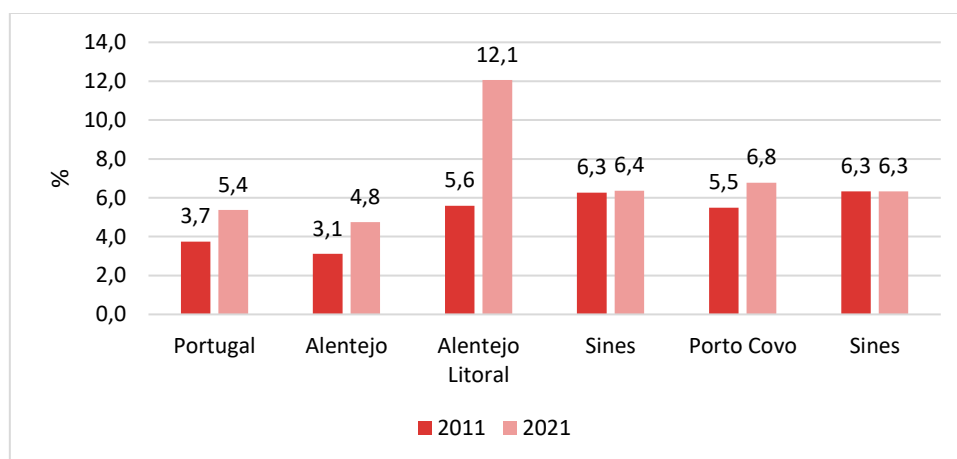


FIGURA 35: PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM SINES.

Fonte: INE

Com a crise económica e financeira que contribuiu com efeitos adversos para a economia e emprego do país, verificou-se uma diminuição do número de estrangeiros no concelho, consequência da perda de atratividade de Portugal e, consequentemente, de Sines para a população estrangeira.

Entre 2011 e 2017, o número de cidadãos estrangeiros foi diminuindo anualmente, registando neste último ano, o valor mais baixo da última década. A partir de 2018, com a recuperação económica, o concelho voltou a apresentar características atrativas e a população estrangeira iniciou uma tendência de crescimento. Embora em 2021 se tenha registado um aumento de 50% face a 2017, os valores ainda se encontram abaixo da referência de 2011.

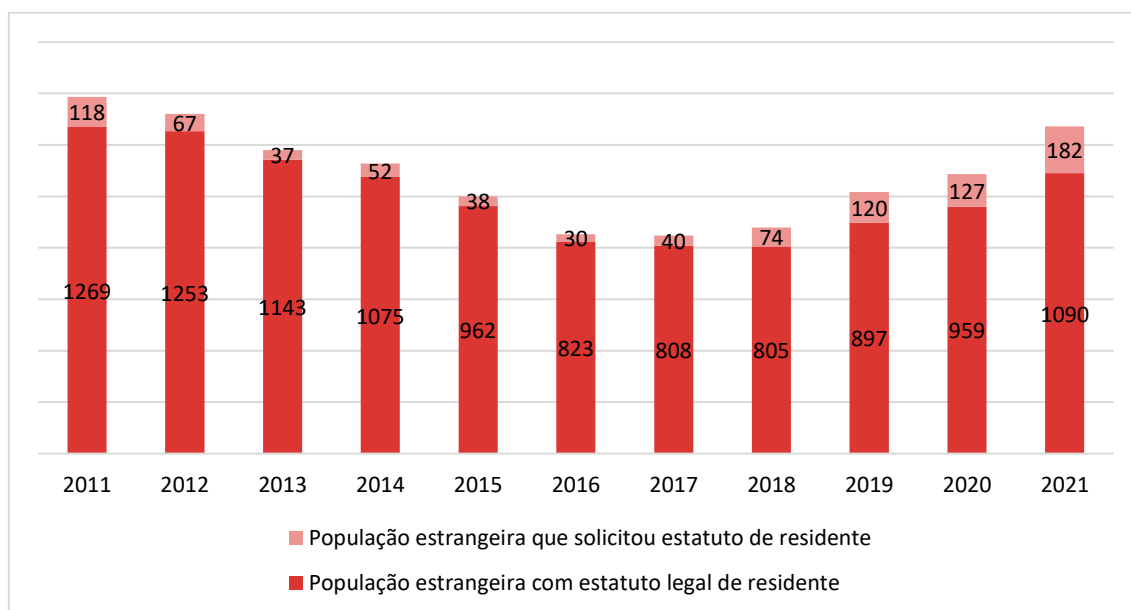


FIGURA 36: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM SINES.

Fonte: INE

2.6. SITUAÇÃO EDUCATIVA

Quanto à situação educativa, de um modo geral, o número de alunos matriculados nas escolas do concelho tem apresentado uma evolução descendente. Os anos letivos de 2000/2001 e 2009/2010 foram os anos em que se verificou maior número de matrículas nos vários níveis de ensino não-superior (2.612). A partir de 2009/2010, iniciou-se uma evolução irregular até ao ano letivo de 2015/2016. A partir desse ano, o número manteve-se na ordem dos 2.400, até 2020/2021, ano letivo em que o número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sines totalizou 2.509.

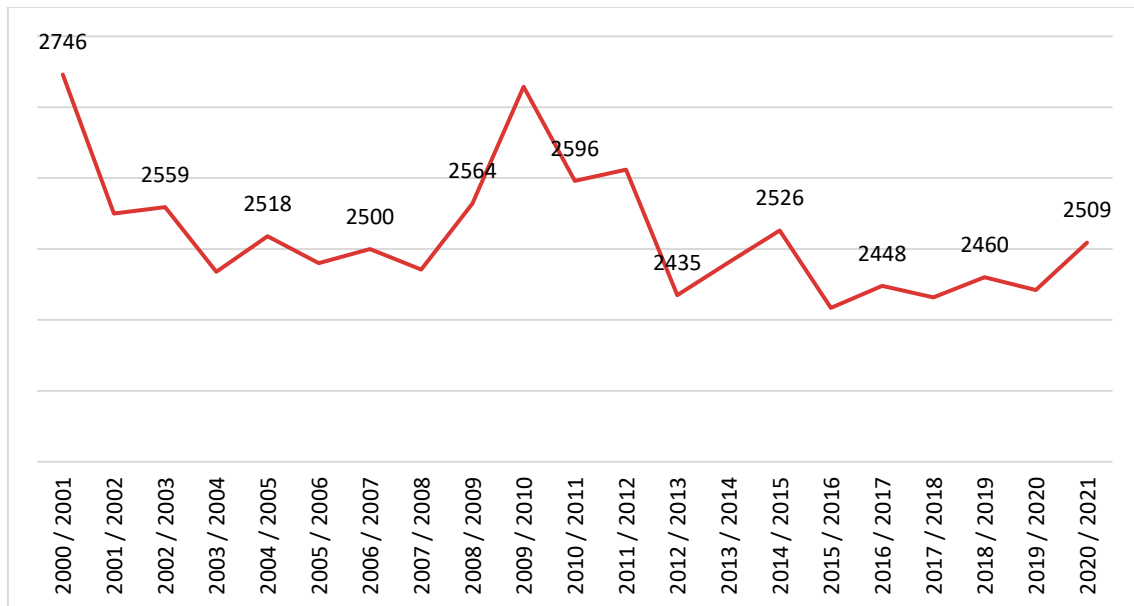


FIGURA 37: EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NO ENSINO NÃO-SUPERIOR EM SINES.

Fonte: INE

O facto de existir uma boa oferta de equipamentos em Sines, composta por 7 jardins de infância, dos quais 4 fazem parte da oferta pública e 3 da privada/solidária, torna o universo bem distribuído entre os estabelecimentos públicos e privados.

No ensino pré-escolar, o número de alunos matriculados na rede privada/solidária representava, no ano letivo de 2020/2021, 45,4%. Este indicador tem sofrido algumas alterações ao longo dos anos, mas comparativamente ao início da década, a tendência ilustra um crescimento do número de matrículas na rede privada/solidária.

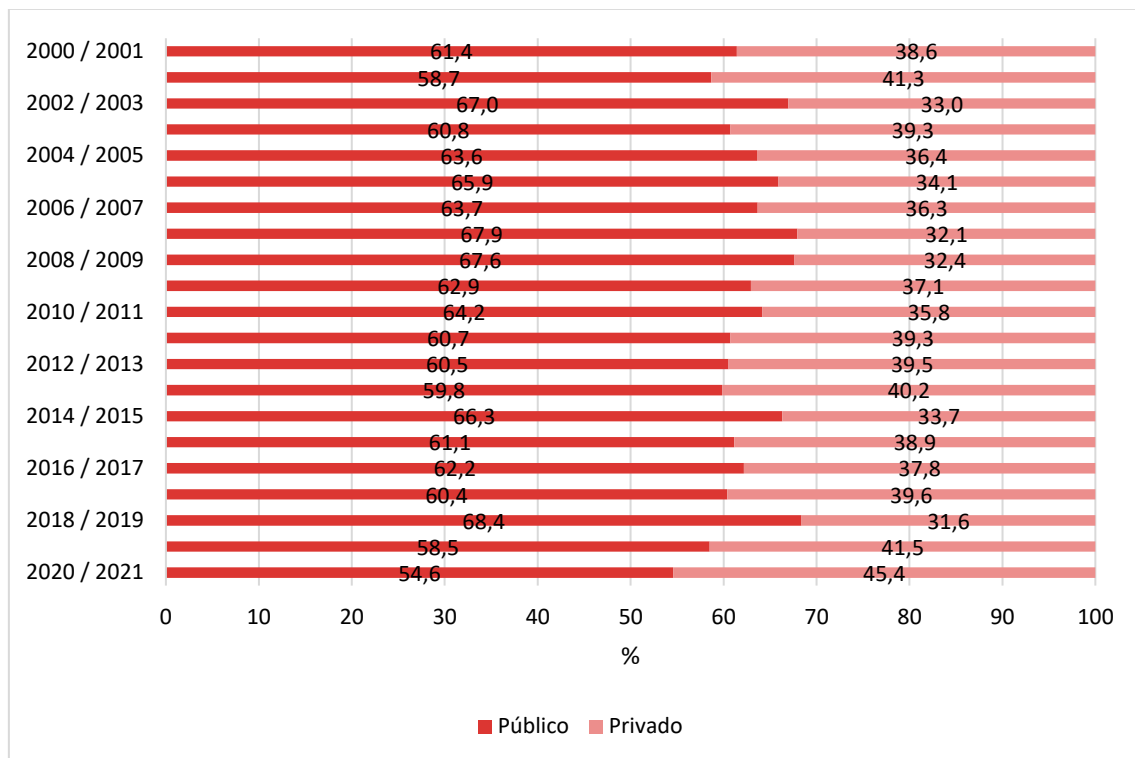


FIGURA 38: PERCENTAGEM DE ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM SINES.

Fonte: INE

Quanto ao ensino secundário, existem 3 estabelecimentos no concelho de Sines, 1 do ensino público e 2 escolas profissionais. À semelhança da evolução do ensino pré-escolar, o número de matriculados no ensino secundário tem vindo a registar um crescimento no período 2000/2021, ainda que mais vincado. No ano letivo de 2022/2023, era relevante o número de alunos matriculados no ensino secundário que se encontravam matriculados nas Escolas Profissionais. Na Escola Secundária Poeta Alberto, relativamente ao ensino profissional, no ano letivo 2021-2022, estiveram matriculados 52 alunos e no ano letivo 2022-2023, estão matriculados 86 alunos.

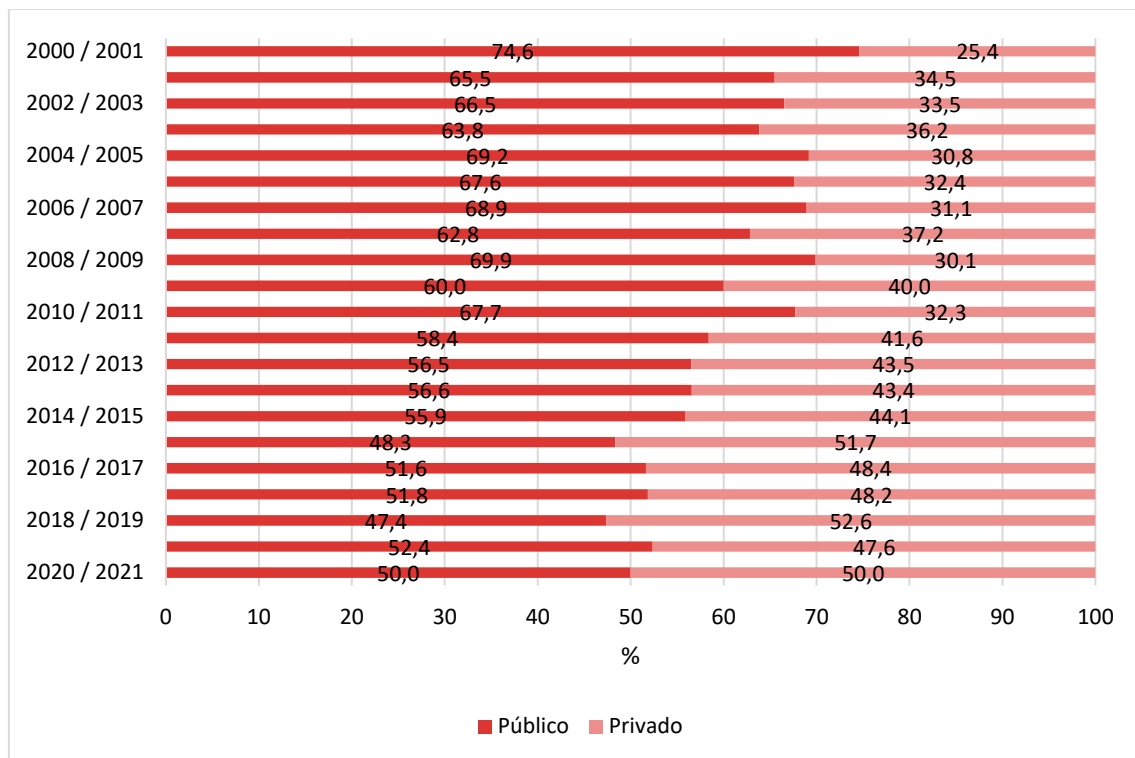


FIGURA 39: PERCENTAGEM DE ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.

Fonte: INE

Considerando a distribuição do número de alunos por nível de ensino, verifica-se que o ensino secundário era o que apresentava uma maior expressão (638). De seguida, o 1.º CEB concentrava o segundo maior número de matrículas no ano letivo 2020/2021, atingindo um total de 597. Já entre os alunos do 3.º CEB e do pré-escolar existia um maior equilíbrio, apresentando 490 e 449 matrículas, respetivamente. O 2.º CEB tratava-se do nível de ensino mais diminuto, registando nesse mesmo ano letivo, 335 matrículas.

Em termos proporcionais, no ano letivo de 2020/2021 a distribuição de alunos pelos vários níveis de ensino, na rede pública e privada, era de 17,9% no pré-escolar, 23,8% no 1.º CEB, 13,4% no 2.º CEB, 19,5% no 3.º CEB e 25,4% no secundário.

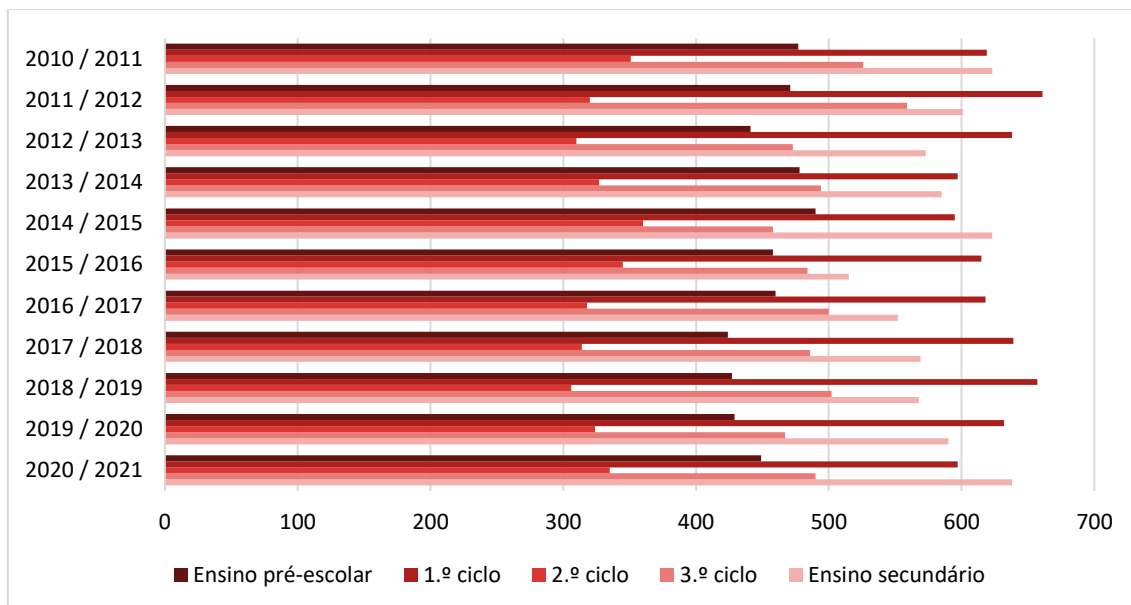


FIGURA 40: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM SINES.

Fonte: INE

Relativamente aos indicadores de escolarização, ao longo dos últimos 10 anos, o concelho de Sines tem vindo a apresentar uma taxa de pré-escolarização acima da média nacional (superior a 100%). No ano letivo de 2020/2021, a taxa de pré-escolarização no concelho era de 110%, a par da média do Alentejo Litoral e acima das dinâmicas nacional e regional. Na base deste fenómeno, é possível indicar a boa cobertura de estabelecimentos do pré-escolar no concelho, assim como a forte presença de residentes de outros concelhos que trabalham em Sines, optando por matricular os seus educandos nos equipamentos mais próximos dos locais de trabalho.

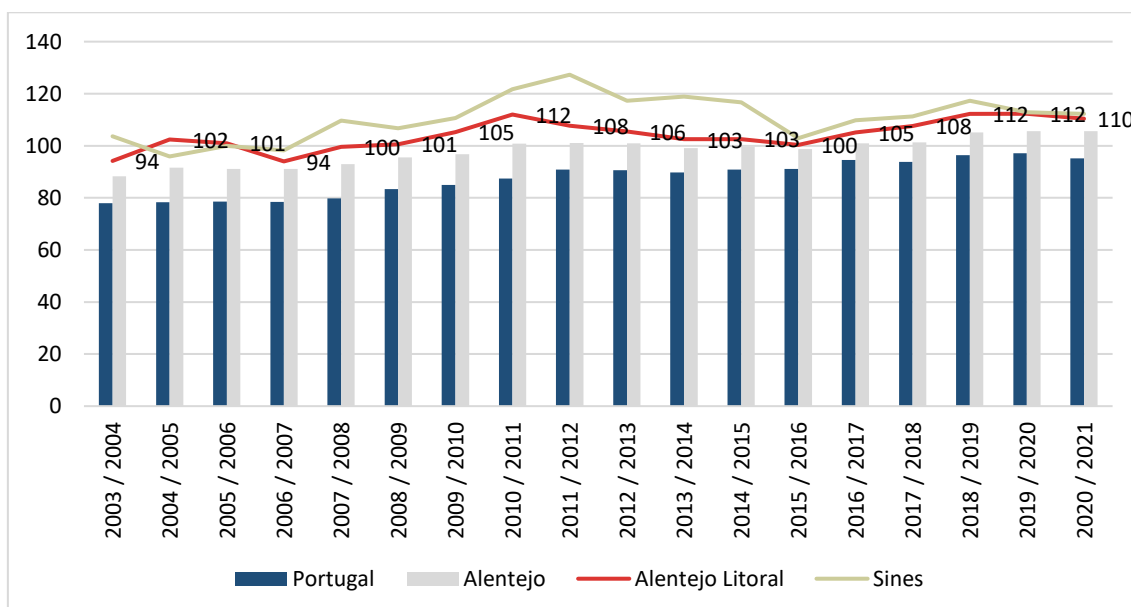


FIGURA 41: EVOLUÇÃO DA TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO EM SINES.

Fonte: INE

A taxa de escolarização no ensino básico (que inclui os vários ciclos de ensino básico, 1ºCEB, 2ºCEB e 3ºCEB) tem apresentado também, desde 2003/2004, valores extremamente elevados, acima dos 120%.

No ano letivo de 2020/2021, a taxa de escolarização no ensino básico em Sines era de 122,6%, acima dos contextos territoriais em que Sines se insere. À semelhança do ensino pré-escolar, além dos residentes em outros concelhos que optam por matricular as suas crianças perto dos locais de trabalho, o número de retenções nestes níveis de ensino contribui para o aumento dos valores observados. Foram estas altas taxas de retenção que justificaram as elevadas taxas de escolarização apresentadas por Sines, até à primeira metade do último decénio. Desde então, estima-se que os valores registados advenham quase exclusivamente da atratividade e prioridade atribuída aos estabelecimentos concelhios, por encarregados de educação e alunos.

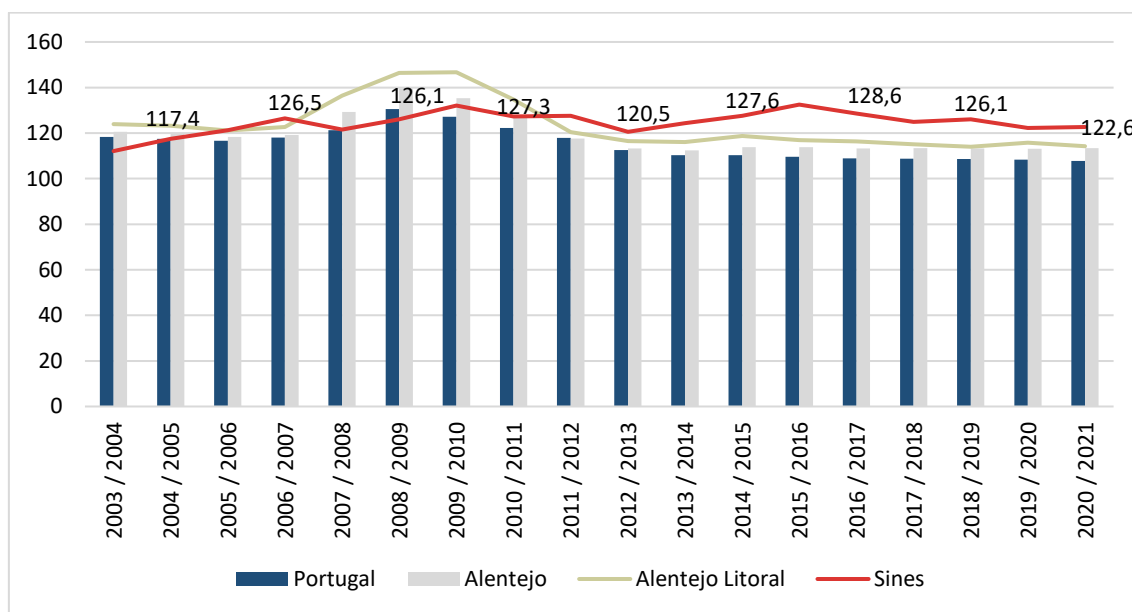


FIGURA 42: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO EM SINES.

Fonte: INE

Por último, no caso do ensino secundário, a taxa de escolarização de Sines tem apresentado valores extremamente elevados, ao longo dos dois últimos decénios, claramente acima das médias nacional, regional e sub-regional. No ano letivo de 2020/2021, a taxa de escolarização no ensino secundário registou o valor mais elevado do milénio (167,5%), contrastando fortemente com as dinâmicas apresentadas pelos restantes contextos geográficos em comparação. Estes valores advêm primeiramente, das elevadas taxas de retenção no ensino secundário, que têm vindo a diminuir aos longo dos anos. E em segundo lugar, da crescente procura do ensino profissional de Sines, por parte de alunos que residem em outros concelhos.

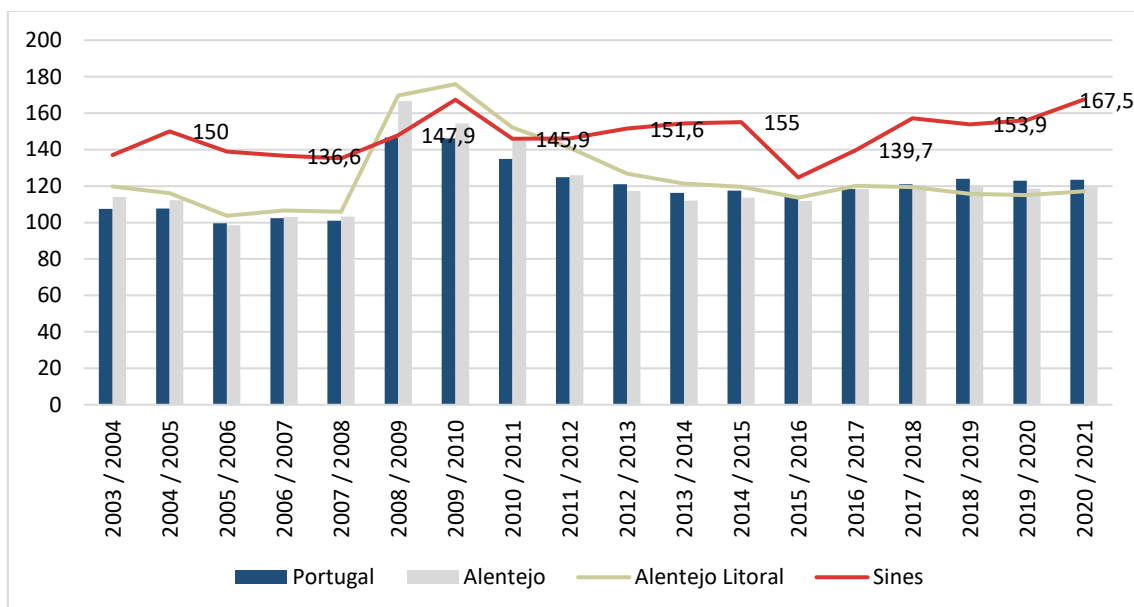


FIGURA 43: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.

Fonte: INE

Quanto à taxa de retenção e desistência no ensino básico, Sines registou algumas oscilações, no entanto até ao ano letivo de 2015/2016, os valores de retenção foram excessivamente elevados (11%), face à média nacional (7,9%). Desde então, é possível identificar uma clara tendência para a diminuição deste indicador, atingindo os 2,5%, no ano letivo de 2020/2021, valor abaixo da média nacional (3,1%), regional (4,6%) e sub-regional (3,5%). E o mesmo se verificou em 2021/2022 em que a taxa de desistência no AES foi de 0% e de retenção de 2%.

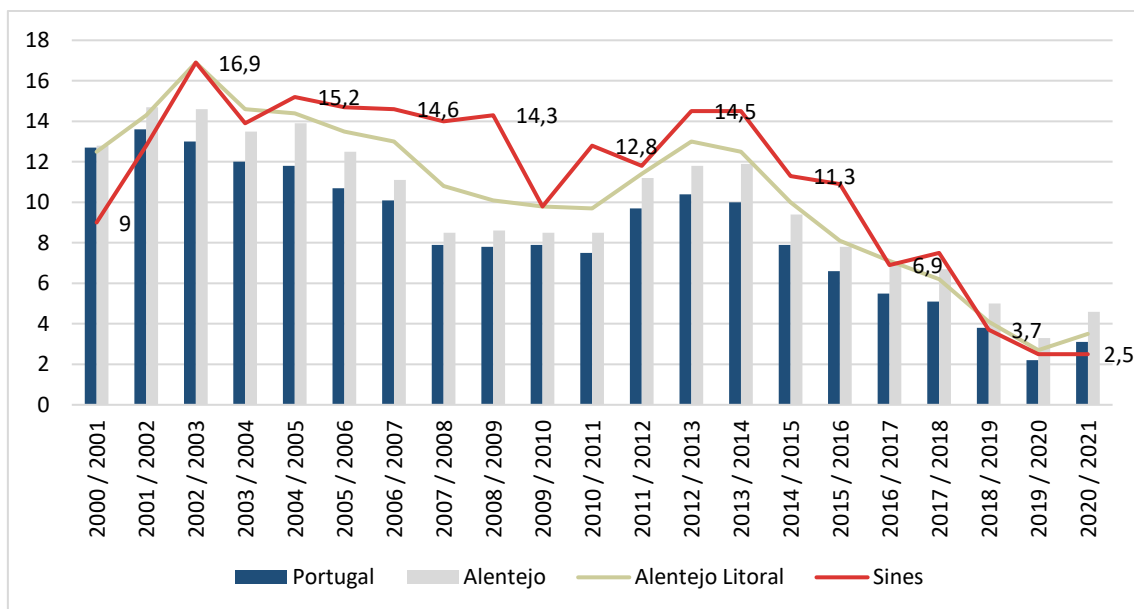


FIGURA 44: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO EM SINES.

Fonte: INE

Relativamente à taxa de transição e conclusão do ensino secundário, Sines apresentou valores em linha com os observados nas unidades territoriais em que se insere, exprimindo uma evolução positiva deste indicador, ao longo dos últimos anos. No ano letivo de 2020/2021, a taxa de transição/conclusão do ensino

secundário foi de 91%, valor bastante acima dos 50,8% observados no início do milénio e dos 71,5% do início do passado decénio.

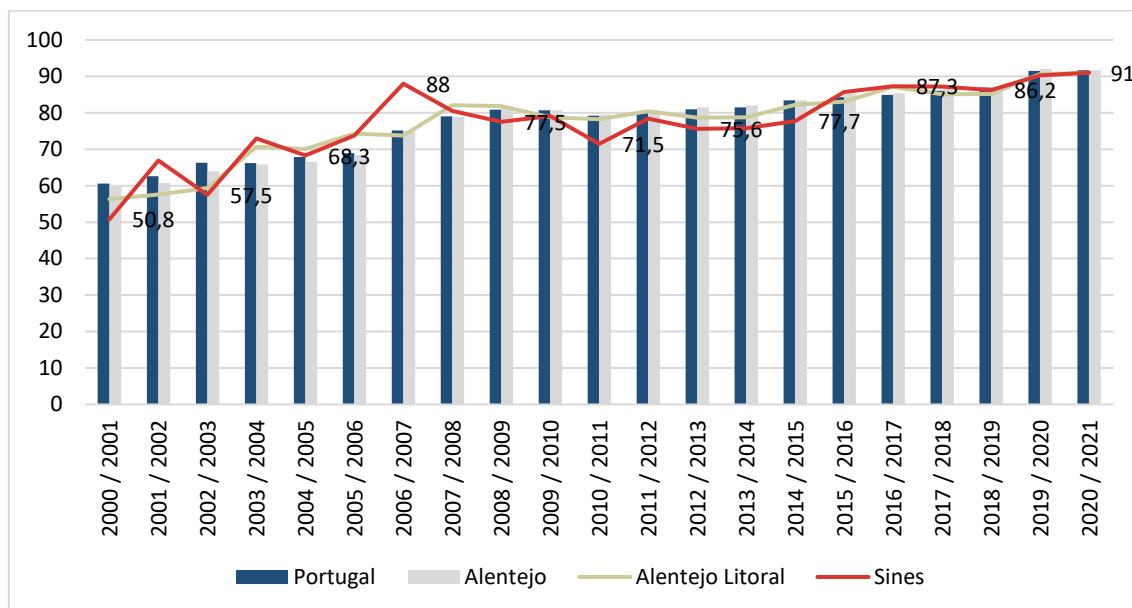


FIGURA 45: EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.

Fonte: INE

Posicionamento do concelho de Sines face ao país

A classificação média dos alunos de Sines nas diferentes disciplinas, face às restantes escolas do país é medida pelo “percentil nacional da posição das escolas”. A evolução deste percentil apresenta um comportamento diferenciado consoante a escola e a disciplina. Assim, no ano letivo 2021/2022, e no que respeita às provas nacionais na disciplina de matemática do 3º Ciclo, a Escola Básica Vasco da Gama situa-se no percentil 59, ou seja, a classificação média dos seus alunos neste exame é superior à classificação média em 59% das escolas do país, enquanto a Escola Secundária Al Berto fica no percentil 38. Na disciplina de português, as mesmas escolas situam-se, respetivamente nos percentis 44 e 14. Os percentis apresentam-se baixos, nas duas disciplinas, e com tendência decrescente face a 2018/2019.

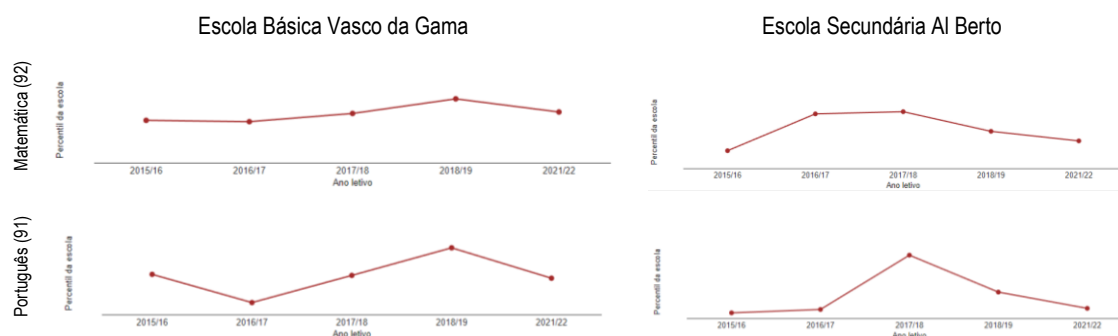


FIGURA 46: EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DAS ESCOLAS, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, 2015/16- 2021/22

Fonte: Infoescolas.medu.pt

No que se refere ao ensino secundário, presente na Escola Secundária Al Berto, as disciplinas de Filosofia, Matemática e Português apresentam uma evolução positiva, enquanto as disciplinas de Biologia e Geologia, bem como Física e Química, evoluem negativamente, com os percentis a baixar no período considerado (2019/20-2021/22).

	2019/2020	2020/2021	2021/2022	Variação 2019/20- 2021/22
702 Biologia e Geologia	21	32	13	-
706 Desenho A	*	*	*	
708 Geometria Descritiva A	*	*	*	
712 Economia A	*	*	*	
714 Filosofia	35	48	48	+
715 Física e Química A	24	8	11	-
719 Geografia A	*	*	*	
623 História A	*	*	*	
724 História da Cultura e das Artes	*	*	*	
734 Literatura portuguesa	*	*	*	
635 Matemática A	41	22	48	+
835 Matemática aplicada às ciências sociais	*	*	*	
639 Português	19	69	72	+

** Amostra demasiado reduzida para apresentar estatísticas

TABELA 10: EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO, ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO, 2019/20-2021/22

Fonte: Infoescolas.medu.pt

Refira-se que na avaliação externa das escolas realizada em 2021/22 as classificações obtidas pelo agrupamento de escolas de Sines variam entre o 'Muito bom' e o 'Excelente', o que revela um predomínio de pontos fortes em todos os campos de análise.

	Classificação
Autoavaliação	Muito bom
Liderança e gestão	Excelente
Prestação do serviço educativo	Muito bom

	Classificação
Resultados	Muito bom

TABELA 11: QUADRO RESUMO DAS CLASSIFICAÇÕES- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES

Fonte: IGEC- Inspeção-geral da Educação e Ciência – Avaliação externa das escolas, 2021/2022

No ano letivo de 2020/2021, como medida excecional e temporária relativa à pandemia da doença COVID-19, foram canceladas as provas finais do ensino básico (9º ano), bem como as provas de aferição do 2.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade do ensino básico.

Provas finais ensino básico

Na Escola Secundária Poeta Al Berto, os resultados das provas finais de português do 9º ano no ano letivo 2022/2023, melhoraram significativamente face a 2021/2022, atingindo-se uma média de 61%, mais 16pp do que em 2020/2021. Por sua vez, na prova de matemática o resultado foi quase idêntico nos dois anos letivos, com 41% e 40%, respetivamente.

	N.º de alunos matriculados	N.º de alunos que realizaram a prova	Média Português	Média Matemática	N.º de alunos aprovados	Taxa de retenção do ano
2020/2021	66	Não houve prova ³			64	3%
2021/2022	70	63 ⁴	45%	41%	64	9%
2022/2023	105	100	61%	40%	100	5%

TABELA 12: RESULTADOS DAS PROVAS FINAIS DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA – ENSINO BÁSICO (9º ANO), ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO

Fonte: Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines

Para a Escola Básica Vasco da Gama (Agrupamento de Escolas de Sines), não foi disponibilizada informação sobre as médias obtidas nas provas de português e matemática de 9º ano, e não se encontram ainda disponíveis no portal InfoEscolas, encontrando-se somente a informação sobre o percentil nacional das escolas, referida anteriormente. Em 2021/2022 foram realizadas 52 provas de português e 50 provas de matemática.

3 No ano letivo 2020/2021 foi cancelada a realização das provas finais do ensino básico do 9º ano de escolaridade (art. 3.º-A do Decreto-lei n.º 22-D, de 22 de março).

4 No ano letivo 2021/2022, as provas finais do ensino básico, do 9.º ano de escolaridade, não foram consideradas para efeitos de avaliação, aprovação e conclusão do ensino básico (art. 3.º do Decreto-Lei 27-B/2022, de 23 de Março)

Exames nacionais ensino secundário

Os exames nacionais de ensino secundário, na Escola Secundária Al Berto, apresentam resultados díspares consoante a disciplina analisada. Em 2023, a disciplina de Geometria Descritiva A é a que apresenta piores resultados, na 1ª fase dos exames (044). Por sua vez, o exame de francês, foi o que conseguiu o resultado mais elevado (159).

	2021		2022		2023	
	1ª fase	2ª fase	1ª fase	2ª fase	1ª fase	2ª fase
702 Biologia e Geologia	117	098	089	107	103	097
706 Desenho A	-	-	112	-	102	116
708 Geometria Descritiva A	073	-	056	093	044	093
712 Economia A	129	-	124	-	134	176
714 Filosofia	116	072	108	102	109	067
715 Física e Química A	074	076	094	073	110	091
517 Francês	076	-	-	-	159	-
719 Geografia A	114	083	116	089	112	118
623 História A	124	148	130	092	126	140
724 História da Cultura e das Artes	147	-	104	073	070	-
734 Literatura portuguesa	-	-	121	-	097	045
635 Matemática A	091	088	118	070	087	092
735 Matemática B	061	-	-	-	059	-
835 Matemática aplicada às ciências sociais	084	105	094	074	105	038
639 Português	134	119	114	126	133	121
547 Espanhol (iniciação)	172	-	-	-	-	-
550 Inglês	149	113	179	096	140	-

TABELA 13: RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS NACIONAIS (MÉDIAS DOS EXAMES- ENSINO SECUNDÁRIO, ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO)

Fonte: Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines

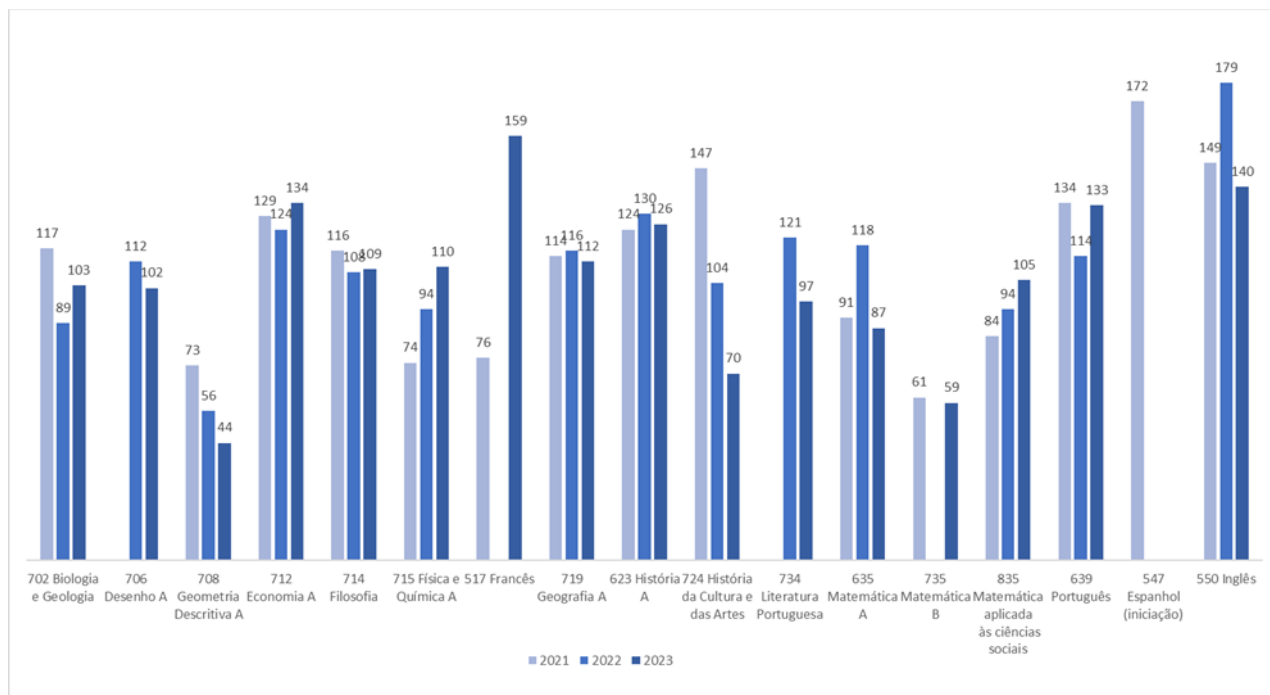


FIGURA 47: RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS NACIONAIS, ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO, 2021, 2022, 2023 (1ª FASE)

Fonte: Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines

Provas de aferição – 2º, 5º e 8º anos

No ano letivo 2021/2022, no 1º Ciclo do Ensino Básico, foram realizadas nas 4 escolas básicas do Agrupamento de Escolas de Sines 126 provas de Educação Física, 128 provas de Educação Artística, 118 provas de Português, 115 provas de Matemática e 112 de Estudo do Meio. As provas de Ed. Artística foram as que obtiveram melhores resultados, 100% em todas as escolas, seguindo-se Educação Física (com uma média das 4 escolas de 92%), e Matemática (média de 88%).

	Disciplina	2020/2021	2021/2022				Média das 4 escolas	2022/2023
			EB de Porto Covo	EB n.º 1 de Sines	EB n.º 2 de Sines	EB n.º 3 de Sines		
2º ano	Ed. Física	Não houve provas devido à pandemia COVID-19	11 provas – s/inf.	(38 provas) 97%	(38 provas) 100%	(39 provas) 79%	92%	Não houve prova por motivo de greve
	Ed. Artística		10 provas – s/inf.	(38 provas) 100%	(40 provas) 100%	(40 provas) 100%	100%	
	Português		9 provas – s/inf.	(31 provas) 52%	(38 provas) 39%	(40 provas) 88%	60%	
	Matemática		9 provas – s/inf.	(31 provas) 97%	(39 provas) 74%	(36 provas) 94%	88%	

	Disciplina	2020/2021	2021/2022				Média das 4 escolas	2022/2023
			EB de Porto Covo	EB n.º 1 de Sines	EB n.º 2 de Sines	EB n.º 3 de Sines		
	Estudo do Meio		9 provas – s/inf.	(30 provas) 97%	(37 provas) 78%	(36 provas) 100%	92%	

TABELA 14: RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO - ENSINO BÁSICO (2º ANO) (%), E PROVAS REALIZADAS (N.º), AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES

Fonte: Ministério da Educação, InfoEscolas, AE de Sines

No que se refere ao 2º Ciclo, na Escola Básica Vasco da Gama, a disciplina de matemática foi aquela cuja nota média foi mais baixa em 2021/2022 (9%), seguindo-se português, com 48%.

	Disciplina	2020/2021	2021/2022	2022/2023
5º ano	Ciências Naturais	Não houve provas devido à pandemia COVID-19	141 provas – 53%	Não houve provas por motivo de greve
	Matemática		141 provas – 9%	
	Ed. Visual e Tecnológica		129 provas – 96%	
	Ed. Física		155 provas – 97%	
	História e Geografia de Portugal		148 provas – 51%	
	Português		137 provas – 48%	
	Ed. Musical		114 provas – 96%	
8º ano	Ed. Física		60 provas – 97%	
	Português		65 provas – 66%	
	Hist. / Geog.		63 provas – 30% e 43%	

TABELA 15: RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO - ENSINO BÁSICO (5º e 8º ANO) (%), AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES, ESCOLA BÁSICA VASCO DA GAMA

Fonte: Ministério da Educação, InfoEscolas

No mesmo ano letivo, no 3º Ciclo (8º ano), lecionado na Escola Básica Vasco da Gama, mas também na Escola Secundária Al Berto, as disciplinas de História e de Geografia obtiveram médias de 30% e 43%, respetivamente, na primeira escola e de 21% e 30% na segunda.

	N.º de alunos matriculados	N.º de alunos que transitaram	N.º de alunos que realizaram a prova	% de sucesso por Prova			Taxa de retenção do ano
2020/2021	Não houve prova						
2021/2022	77	73	74	Ed. Física (74 provas)	Port. (74 provas)	Hist./Geog. (73 provas)	5%
				54%	57%	21%/30%	
2022/2023	103	95	103	Mat. (103 provas)	CN/FQ (103 provas)	TIC (93 provas)	8%
				A aguardar resultados			

TABELA 16: RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO - ENSINO BÁSICO (8º ANO), ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO

Fonte: Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines

2.7. TRANSPORTES PÚBLICOS

O programa de transportes escolares apoia estudantes dos vários níveis de ensino residentes fora da cidade através da modalidade de transporte nas viaturas municipais (circuito especial) e da modalidade de aquisição das vinhetas dos passes escolares (Rodoviária do Alentejo).

A autarquia apoia também estudantes do ensino secundário que necessitam de estudar fora do concelho. As candidaturas aos transportes escolares são feitas diretamente no Balcão Único, em Sines ou Porto Covo.

Nos últimos anos letivos (2021-2022 e 2022-2023), foram transportados 87 crianças/alunos na modalidade de circuito especial (viaturas municipais) e 59 na modalidade de passe escolas (Rodoviária do Alentejo).

	Circuito/entidade responsável	Descrição do(s) circuito(s)
Transporte de crianças e alunos	Circuito Especial	Sines – Zonas Rurais num raio de aproximadamente 15km, nas duas freguesias do Município.
	Rodoviária	Porto-Covo / Sines / Porto-Covo Sines / Santiago do Cacém /Sines Sines / Santo-André / Sines
Transporte adaptado para alunos com necessidades específicas	Processo a decorrer para a aquisição de viatura	

Fonte: CM Sines

3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA

3.1. INTRODUÇÃO

A oferta de equipamentos educativos no concelho é assegurada por 12 equipamentos. Destes, 6 estão integrados na rede pública, nas duas Unidades Orgânicas do concelho: o Agrupamento de Escolas de Sines (5 estabelecimentos de ensino), doravante designada por AES, e a Escola Secundária Poeta Al Berto (escola não agrupada).

Estes estabelecimentos cobrem todos os níveis de ensino, nomeadamente:

Pré-escolar / Jardim de Infância:

- JI O Pintainho (Cáritas Paroquial) – rede solidária;
- Colégio Estrela do Mar – rede privada;
- Centro Infantil de Sines - "A Conchinha" – rede solidária;
- Escola Básica n.º 1 de Sines;
- Escola Básica n.º 2 de Sines;
- Escola Básica n.º 3 de Sines;
- Escola Básica de Porto Covo.

1.º Ciclo do Ensino Básico:

- Escola Básica n.º 1 de Sines;
- Escola Básica n.º 2 de Sines;
- Escola Básica n.º 3 de Sines;
- Escola Básica de Porto Covo.

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

- Escola Básica Vasco da Gama;
- Escola Secundária Poeta Al Berto.

Ensino Profissional / Artístico

- Escola Tecnológica do Litoral Alentejano;
- CENFIM;
- Escola das Artes do Alentejo Litoral.

A distribuição territorial destes equipamentos é relativamente homogénea ao nível do pré-escolar e do 1º CEB, cobrindo ambas as freguesias, com pelo menos 1 equipamento da rede pública, o que não se verifica nos restantes níveis de ensino.

No caso dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, existem 2 equipamentos da rede pública, ambos localizados na freguesia de Sines. O ensino profissional e artístico apresenta uma distribuição simétrica, na medida em que tanto a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, como o CENFIM, como a Escola das Artes do Alentejo Litoral se localizam na freguesia de Sines.

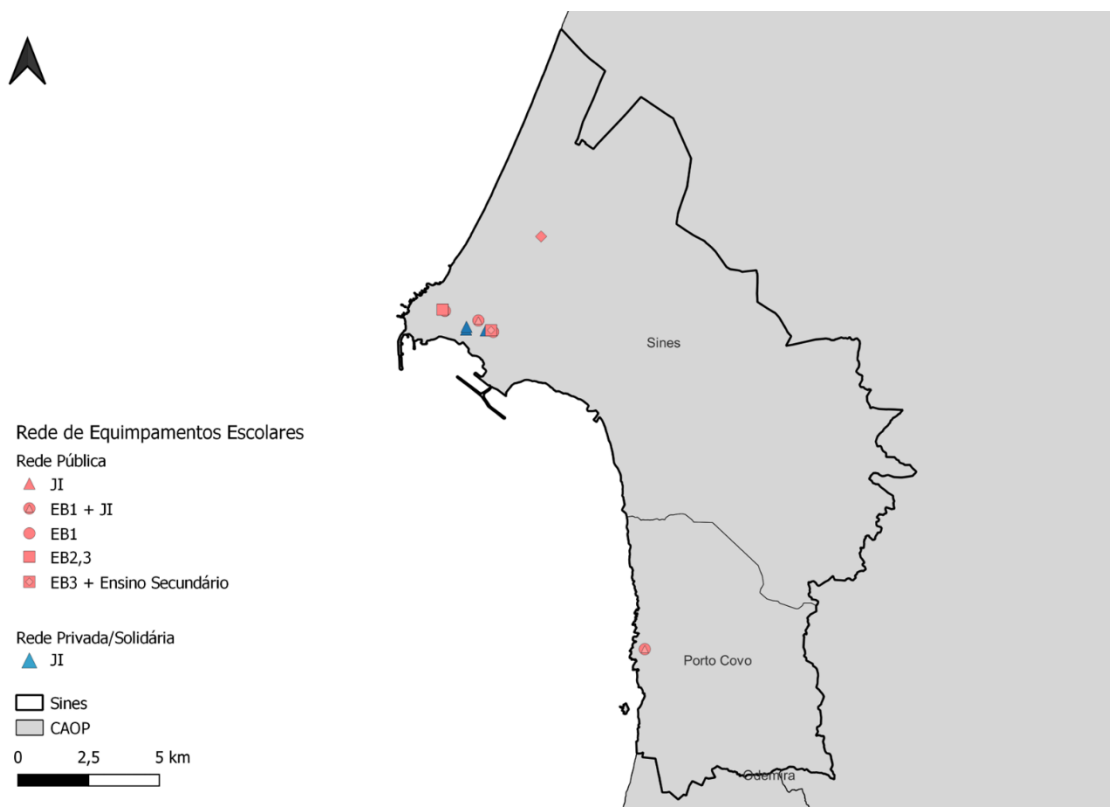


FIGURA 48: DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES EXISTENTES EM SINES NO ANO LETIVO DE 2020/2021.

Fonte: Equipa técnica

As análises a apresentar seguidamente, com um elevado grau de especificidade, são resultado do processo de inquirição realizado a todos os equipamentos educativos da rede pública existentes no concelho de Sines, incluindo os equipamentos da rede solidária (Jardim Infantil O Pintainho (Cáritas Paroquial) e Centro Infantil de Sines - "A Conchinha"), no caso do pré-escolar e da rede privada (Estrela do Mar) e ensino Profissional (Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e CENFIM). No que toca ao ensino artístico temos 1 equipamento, a Escola das Artes do Alentejo Litoral.

As informações recolhidas permitem aprofundar o diagnóstico da situação existente, assim como identificar as características de cada equipamento, em termos de oferta disponibilizada e da procura registada, bem como das condições de funcionamento e dos recursos humanos existentes, permitindo encontrar potenciais sinergias e constrangimentos associados a diversas dimensões.

Este exercício é resultado da disponibilidade e colaboração de todas as partes envolvidas neste processo, nomeadamente da direção do Agrupamento de Escolas e dos coordenadores e diretores das várias escolas que o integram, bem como da direção técnica dos estabelecimentos da rede solidária, privada e profissional. Neste quadro, conclui-se que os dados apresentados refletem a situação efetivamente verificada na rede do município do concelho de Sines, permitindo analisar e identificar oportunidades e constrangimentos, visando otimizar o seu funcionamento e responder aos desafios futuros.

3.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

3.2.1. EQUIPAMENTOS

No nível educativo do pré-escolar foram inquiridos 6 estabelecimentos de ensino, dos quais 4 da rede pública e 2 da rede solidária. Os 4 estabelecimentos que integram a rede pública estão presentes em ambas as freguesias, ainda que com uma clara concentração na freguesia de Sines (3).

Existe ainda 1 equipamento de domínio privado, o Colégio Estrela do Mar. O equipamento localiza-se na freguesia de Sines. Assim, na freguesia de Sines existem 6 equipamentos de pré-escolar e na freguesia de Porto Covo existe apenas um.

Estabelecimento		Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	Caritas Paroquial de Sines "Pintainho"
Freguesia		Sines	Porto Covo	Sines			
Data de construção original do edifício		2009	2013	1984	2011	1970	1980
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ano da última intervenção		-	-	2021	-	2012	2010
Valências partilhadas		Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim Creche	Sim Creche
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Excelente
	Espaço exterior	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom

TABELA 17: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do Pré-Escolar do concelho de Sines (inquérito próprio).

Note-se que, no caso da rede pública, todos os equipamentos partilham as suas instalações com outros níveis de ensino, nomeadamente com o 1º CEB, o que poderá constituir uma mais-valia não só em termos de gestão e manutenção dos equipamentos, como poderá também facilitar a transição das crianças do pré-escolar para o 1ºCEB.

Relativamente aos dois equipamentos da rede solidária que participaram no inquérito, ambos partilham as suas instalações com o serviço de creche.

De acordo com a informação recolhida, existem edifícios cuja construção original é relativamente antiga, caso do Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines, cuja construção inicial data do ano de 1984. Não obstante, a Escola Básica nº2 de Sines foi alvo de uma intervenção no ano de 2021, que contribuiu para o melhoramento do seu estado de conservação geral.

Relativamente aos restantes estabelecimentos da rede pública, nomeadamente a Escola Básica nº1 de Sines, a Escola Básica nº3 de Sines e a Escola Básica de Porto Covo, foram construídos nos anos de 2011, 2009 e 2013, respetivamente, apresentando por isso, um estado de conservação "razoável/bom".

Importa também considerar, que todos os equipamentos da rede pública foram especificamente construídos para o fim que atualmente desempenham e o ensino constitui o uso exclusivo destes equipamentos, não existindo por isso cedências do espaço às comunidades exteriores.

No caso dos equipamentos da rede solidária, que participaram no inquérito, é importante destacar que estas construções já datam de 1970, no caso do Centro Infantil de Sines “A Conchinha” e 1980, no caso da Cáritas Paroquial de Sines. Ainda assim, estes equipamentos foram alvo de intervenções nos anos de 2012 e 2010, o que contribuiu para os seus atuais estados de conservação avaliados como razoáveis e excelentes, respetivamente.

Os resultados do inquérito apontam para o facto de existirem razoáveis/boas condições, relativamente ao estado de conservação da generalidade dos equipamentos. Nos casos específicos das Escolas Básicas nº1 e nº3 de Sines, que embora tenham sido construídos há relativamente pouco tempo, a apreciação dos seus estados de conservação qualifica-os como “razoáveis”.

O aprofundamento da análise relativa ao estado de conservação de alguns elementos e sistemas dos edifícios permite identificar aspetos que contribuem para a avaliação global do estado geral dos equipamentos. Verifica-se que existem apreciações algo dissemelhantes, no entanto, os responsáveis têm uma apreciação global razoável.

A estrutura dos edifícios e cobertura está razoavelmente conservada em todos os estabelecimentos, sendo que em 1 dos 4 estabelecimentos da rede pública, a avaliação realizada aponta para um estado “bom” e nos restantes “razoável”. Os restantes equipamentos apresentam níveis de conservação deficientes, o que merece reflexão, considerando que as suas construções possuem, sensivelmente, uma década.

Relativamente às salas, paredes exteriores e interiores e revestimentos de pavimentos exteriores e interiores, o seu estado de conservação é classificado como “bom” no caso da Escola Básica nº2 de Sines. Nos restantes o estado de conservação é “razoável”. No caso dos equipamentos da rede solidária, o nível de conservação destes elementos é no caso da “Conchinha” é razoável e do “Pintainho” “bom”.

De todos os equipamentos da rede pública, apenas a Escola Básica nº2 de Sines é dotada de 2 pisos e por isso, de escadas, que se encontram em bom estado de conservação. Por sua vez, as caixilharias de portas exteriores e interiores possuem avaliações positivas, encontrando-se em bom estado.

Relativamente aos dispositivos de proteção contra queda e de vãos exteriores, são inexistentes na Escola Básica nº3 de Sines e na Escola Básica de Porto Covo, deficientes na Escola Básica nº1 de Sines e bons na Escola Básica nº2 de Sines.

Relativamente aos equipamentos da rede solidária, ambos possuem escadas e os restantes elementos, como as caixilharias e dispositivos de proteção, encontram-se em razoável/bom estado de conservação.

Estabelecimento	Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	Caritas Paroquial de Sines "Pintainho"
Estado de conservação do(s) edifício(s)						
Estrutura	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Cobertura	Deficiente	Deficiente	Bom	Deficiente	Razoável	Bom
Salas	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Excelente
Paredes exteriores	Bom	Bom	Bom	Deficiente	Razoável	Razoável

Estabelecimento	Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	Caritas Paroquial de Sines "Pintainho"
Paredes interiores	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Revestimentos de pavimentos exteriores	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Revestimentos de pavimentos interiores	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Tetos	Deficiente	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Razoável
Escadas	n/a	n/a	Bom	n/a	Razoável	Bom
Ascensores	n/a	n/a	n/a	n/a	Razoável	n/a
Caixilharia e portas exteriores	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom
Caixilharia e portas interiores	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom
Dispositivos de proteção contra queda	n/a	n/a	Bom	Deficiente	Razoável	Bom
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	n/a	Inexistente	Bom	Deficiente	Razoável	Bom

Estado de conservação dos espaços de apoio

Refeitório	n/a	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Sala polivalente	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Sanitários	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Bom
Recreio coberto	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Inexistente
Recreio descoberto	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom
Parque infantil	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom

Estabelecimento	Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	Caritas Paroquial de Sines "Pintainho"
Campo de jogos exterior	Bom	Bom	Bom	Deficiente	Deficiente	Bom

TABELA 18: APRECIÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do Pré-Escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

Por sua vez, os espaços de apoio têm apreciações igualmente positivas, considerando que na generalidade dos estabelecimentos inquiridos, estes espaços se encontram num estado de conservação razoável. Importa referenciar duas situações. Primeiramente, no caso do JI da Escola Básica nº3 de Sines, não existe refeitório. Assim, as refeições são servidas na Escola Secundária Poeta Al Berto de Sines. Em segundo lugar, o JI da Escola Básica nº1 de Sines não se encontra dotado de um campo de jogos exterior.

Em matéria de consumo energético, os equipamentos da rede pública indicam uma evolução estável do consumo de energia, sendo que apenas a Caritas Paroquial de Sines (rede solidária) denota um decréscimo do consumo de energia nos últimos 3 anos, ainda que não tenha adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética.

Os resultados apresentados permitem concluir que as intervenções/reabilitações realizadas nos equipamentos mais antigos, capacitaram-nos para proporcionar uma resposta com condições satisfatórias. No caso do JI da Escola Básica nº2 de Sines o estado de conservação do edifício e espaços de apoio é bom, assim como nos equipamentos da rede solidária. Ainda assim, importa mencionar que embora relativamente recentes, as restantes construções dos equipamentos da rede pública do pré-escolar apresentam alguns elementos a carecer de intervenção/qualificação. Este registo é particularmente evidente em elementos como paredes exteriores, coberturas, tetos e dispositivos de proteção.

Relativamente ao meio envolvente as acessibilidades, nomeadamente, as condições de acesso geral, acesso pedonal, acesso para pessoas de mobilidade reduzida e transportes públicos apresentam boas condições.

Estabelecimento	Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	Caritas Paroquial de Sines "Pintainho"
Acesso geral	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Acesso pedonal	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom
Transportes Públicos	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom

TABELA 19: APRECIÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do Pré-Escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

As diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para algumas necessidades de intervenções.

Mais uma vez ficam evidenciadas apreciações com um certo grau de diferenciação, o que merece ponderação sobre a necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, ao nível do pré-escolar.

3.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

Nos 6 equipamentos do pré-escolar identifica-se um total de 28 salas disponíveis, das quais 15 nos equipamentos da rede solidária. Das 13 salas existentes nos equipamentos da rede pública, todas se encontram ocupadas (com turma), sendo que das 15 da rede solidária, 13 estão ocupadas.

Estabelecimento	Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	Caritas Paroquial de Sines "Pintainho"
Total de Salas	4	2	3	4	4	11
Salas ocupadas	3	2	3	5	3	10
Carências de salas	Não	Não	Não	Sim	Não	Não

TABELA 20: SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO DE 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do Pré-Escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

A EB/JI Nº1 identificou carência de 1 sala e todos indicaram disponibilizar serviço de refeições, asseguradas por unidades de confeção de refeições próprias.

Todas as escolas dispõem de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), de forma a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante o período de interrupção destas atividades.

Em matéria de recursos humanos, identificava-se um total de 90 pessoas afetas à atividade dos 6 equipamentos no ano letivo de 2022-2023. Destas, 43 encontrava-se nos equipamentos da rede pública.

Já no que toca à natureza das suas funções, identificava-se um total de 19 educadores de infância, 16 assistentes técnicos, 39 assistentes operacionais e 7 recursos humanos de outra natureza. Deste universo, cerca de 16 pessoas não pertencem aos quadros dos equipamentos.

Estabelecimento	Total	Educadores de infância		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	11	3	0	0	0	7	0	0	1
Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	5	0	2	0	0	3	0	0	0
Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	10	3	0	0	0	7	0	0	0
Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	17	3	2	3	0	8	0	0	1
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	15	3	0	2	0	5	0	0	5
Caritas Paroquial de Sines	32	7	1	11	3	9	1	0	0
Total	90	19	5	16	3	39	1	0	7

TABELA 21: RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do Pré-Escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

Todas as escolas dispõem de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), de forma a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e /ou depois do período diário de atividades educativas e durante o período de interrupção destas atividades

3.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

3.3.1. EQUIPAMENTOS

O processo de inquirição contemplou os 4 estabelecimento do 1.º Ciclo do Ensino Básico existentes no concelho, todos integrados na rede pública de ensino. Destes, 1 encontra-se na freguesia de Porto Covo e os 3 restantes na freguesia de Sines. A oferta escolar disponibilizada em todos os estabelecimentos é desenvolvida no regime "normal".

Estabelecimento	Escola Básica n.º 1 de Sines	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo
Freguesia	Sines			Porto Covo
Data de construção original do edifício	2012	1984	2009	2013
Edifício construído de raiz para o fim atual	Sim	Sim	Sim	Sim

Estabelecimento		Escola Básica n.º 1 de Sines	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim	Sim	Sim
Ano da última intervenção			2021		
Valências partilhadas		Sim (JI)	Sim (JI)	Sim (JI)	Sim (JI)
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Razoável	Bom	Razoável	Bom
	Espaço exterior	Razoável	Bom	Bom	Bom

TABELA 22: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB do concelho Sines (inquérito próprio)

Os 4 equipamentos partilham instalações com o nível de ensino pré-escolar, sendo que o estabelecimento com a construção mais antiga é a Escola Básica n.º 2 de Sines, que data de 1984. Os restantes estabelecimentos de ensino possuem construções mais recentes, nomeadamente a Escola Básica n.º 3 de Sines (2009), a Escola Básica n.º 1 de Sines (2012) e a Escola Básica de Porto Covo (2013).

Dos equipamentos já identificados, apenas 1 foi alvo de uma intervenção (Escola Básica n.º 2 de Sines), no ano de 2021, sendo o seu estado geral “bom”. De um modo geral, o estado de conservação dos restantes equipamentos é avaliado como razoável/bom.

As avaliações estendem-se à apreciação realizada em matéria de espaços de apoio (refeitório, sala polivalente, centro de recursos / biblioteca, recreio coberto, recreio descoberto, parque infantil, sanitários, campo de jogos e campo de jogos exterior), sendo também notórias as diferenças no estado de conservação destas valências entre as 4 escolas consideradas.

Nos casos das Escola Básica n.º 1 e n.º 3 de Sines existe um maior número de elementos em deficiente estado de conservação. No sentido oposto, na Escola Básica n.º 2 de Sines e Escola Básica de Porto Covo o estado de conservação de alguns elementos é consideravelmente melhor, sendo classificados como em “bom” estado de conservação. Ainda assim, destaque para a cobertura e tetos que registam um estado de conservação razoável na generalidade dos equipamentos, independentemente do seu ano de construção. A Escola Básica n.º 1 de Sines, cuja construção data de 2012, identifica as maiores limitações ao nível dos espaços de apoio, uma vez que os recreios coberto e descoberto, assim como os campos de jogos apresentam também condições deficientes.

Estabelecimento	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 1 de Sines
Estado de Conservação				
Estrutura	Bom	Bom	Bom	Bom
Cobertura	Deficiente	Deficiente	Bom	Deficiente
Salas	Bom	Bom	Bom	Bom
Paredes exteriores	Bom	Bom	Bom	Deficiente

Estabelecimento	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 1 de Sines
Estado de Conservação				
Paredes interiores	Bom	Bom	Bom	Bom
Revestimentos de pavimentos exteriores	Bom	Bom	Bom	Bom
Revestimentos de pavimentos interiores	Bom	Bom	Bom	Bom
Tetos	Deficiente	Razoável	Bom	Razoável
Escadas	n/a	n/a	Bom	n/a
Ascensores	n/a	n/a	n/a	n/a
Caixilharia e portas exteriores	Razoável	Bom	Bom	Razoável
Caixilharia e portas interiores	Razoável	Bom	Bom	Razoável
Dispositivos de proteção contra queda	n/a	n/a	Bom	Deficiente
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	n/a	Inexistente	Bom	Deficiente
Refeitório	n/a	Bom	Bom	Bom
Sala polivalente	Bom	Bom	Bom	Bom
Sanitários	Razoável	Razoável	Bom	Bom
Recreio coberto	Razoável	Bom	Bom	Razoável
Recreio descoberto	Bom	Bom	Bom	Razoável
Parque infantil	Bom	Bom	Bom	Razoável

Estabelecimento	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 1 de Sines
Estado de Conservação				
Campo de jogos exterior	Bom	Bom	Bom	Deficiente

TABELA 23: APRECIÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB do concelho de Sines (inquérito próprio)

Quanto à dotação de espaços, a Escola Básica n.º 3 de Sines não possui refeitório e, por isso, as refeições são servidas na Escola Secundária Poeta Al Berto de Sines. À exceção deste elemento em falta, os 4 equipamentos da rede pública possuem uma boa oferta de espaços de apoio.

Relativamente ao enquadramento na área envolvente, os estabelecimentos avaliaram, na sua totalidade, o acesso geral, a acessibilidade pedonal, os acessos para pessoas com mobilidade condicionada e o acesso a transportes públicos de uma forma bastante positiva.

Estabelecimento	Escola Básica n.º 1 de Sines	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo
Acesso geral	Bom	Bom	Bom	Bom
Acessibilidade pedonal	Bom	Bom	Bom	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Bom	Bom	Bom	Bom
Transportes Públicos	Bom	Bom	Bom	Bom

TABELA 24: APRECIÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB do concelho de Sines (inquérito próprio)

Em matéria de consumo energético, todos os equipamentos apresentam uma manutenção dos seus consumos, não tendo adotado qualquer estratégia de redução dos mesmos.

Em termos de conservação, o balanço final permite concluir que:

- As escolas apresentam, em alguns casos, estruturas deficientes, nomeadamente ao nível das coberturas e dos tetos.
- Todos os equipamentos apresentam uma oferta consideravelmente densa em espaços de apoio, ainda que por vezes estes se encontrem em maus estados de conservação.
- Todos os equipamentos apresentam boas acessibilidades, desde a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida aos acessos a transportes públicos.
- O facto destas escolas partilharem as suas instalações com o pré-escolar pode também constituir uma mais-valia, na medida em que contribui para uma adaptação mais rápida às crianças que entram no primeiro ciclo do ensino básico.

3.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

As 4 escolas que integram a oferta do 1.º CEB disponibilizam um total de 32 salas, 10 pertencentes à Escola Básica n.º 1 de Sines, 9 à Escola Básica n.º 2 de Sines, 9 à Escola Básica n.º 3 de Sines e 4 à Escola Básica de Porto Covo. Nenhuma indica experienciar uma situação de carência de salas, ainda que destas 32 salas, 31 se encontrem ocupadas com turma.

Apenas a Escola Básica n.º 3 de Sines não se encontra equipada com uma sala de educação física/polivalente e nenhuma é dotada de salas de informática. No caso da Escola Básica de Porto Covo, a existência de uma sala inutilizada poderá constituir parte da resposta, uma vez que a sua adaptação permitirá dotar o equipamento de uma sala de informática. Os equipamentos localizados em Sines não beneficiam desta oportunidade, uma vez que não possuem qualquer sala disponível.

Estabelecimento	Escola Básica n.º 1 de Sines	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo
Total de salas	10	9	9	4
Salas ocupadas	10	9	9	3
Salas de educação física/polivalente	1	1	0	1
Sala de informática	0	0	0	0
Carência de salas para funcionamento em horário normal	Não	Não	Não	Não

TABELA 25: SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023

Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB do concelho Sines (inquérito próprio)

Com exceção da Escola Básica n.º 3 de Sines, todas as escolas disponibilizam serviço de refeições, através de unidades de confeção própria, sem confeção para o exterior. A Escola Básica n.º 3, embora não tenha refeitório disponibiliza também refeições, sendo as mesmas confeccionadas e servidas no refeitório da Escola Secundária Poeta Al Berto de Sines cujo espaço físico é contíguo (apenas um portão separa as duas escolas).

Os equipamentos dispõem de acessibilidades para alunos com fragilidades a nível da mobilidade, tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). Existe um Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) para alunos que necessitam de medidas de apoio à aprendizagem. No entanto, nenhum dispõe de educação bilingue de alunos surdos ou educação de alunos cegos e com baixa visão, uma vez que o Agrupamento de escolas não é escola de referência para esta resposta educativa especializada.

Todas as escolas dispõem de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no entanto, nenhuma dispõe de Componente de Apoio à Família (CAF). Importa realçar que todos os alunos se encontram inscritos nas AEC.

Para o desenvolvimento das suas atividades, as 4 escolas dispõem de um total de 69 pessoas. No ano letivo 2022-2023, 61 estavam nos quadros das instituições, sendo que os restantes tinham outro tipo de vínculo contratual. Os docentes eram a tipologia de recurso mais numerosa (39), seguindo-se os assistentes operacionais (22).

Escola	Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Básica n.º 1 de Sines	19	11	0	0	0	7	0	0	1
Escola Básica n.º 2 de Sines	22	13	0	0	0	7	2	0	0
Escola Básica n.º 3 de Sines	22	11	4	0	0	6	1	0	0
Escola Básica de Porto Covo	6	4	0	0	0	2	0	0	0
Total	69	39	4	0	0	22	3	0	1

TABELA 26: RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Fonte: Escolas do 1.º CEB do concelho de Sines (inquérito próprio)

3.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

3.4.1. EQUIPAMENTOS

A oferta educativa do 2.º ciclo do ensino básico, é assegurada apenas pela Escola Básica Vasco da Gama de Sines que também oferece 3º ciclo do Ensino Básico. A Escola Secundária Poeta Al Berto, assegura o 3º CEB e ensino secundário. Ambos os equipamentos localizam-se na freguesia de Sines.

A Escola Básica Vasco da Gama de Sines, reconstruída em 2003, de tipologia T20, é composta por 3 edifícios, todos construídos de raiz para o fim que atualmente desempenham. O estado de conservação geral dos edifícios é “razoável”, sendo que do Ginásio (construção de 1980) é “deficiente”. Dos espaços exteriores é considerado “deficiente”.

A Escola Secundária Poeta Al Berto, construída em 1995, de tipologia T42, é composta por 2 edifícios construídos de raiz para o fim que atualmente desempenha. O estado de conservação geral dos edifícios é “razoável” e dos espaços exteriores é considerado “deficiente”.

Estabelecimento		Escola Secundária Poeta Al Berto	Escola Básica Vasco da Gama de Sines
Freguesia		Sines	Sines
Data de construção original do edifício		1995	2003
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim
Ano da última intervenção		-	-
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Deficiente	Razoável
	Espaço exterior	Deficiente	Deficiente

TABELA 27: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021.

Fonte: Escolas do 2º e 3º CEB e ensino secundário do concelho de Sines (inquérito próprio)

Uma análise pormenorizada das várias componentes que integram os edifícios destes estabelecimentos revelam que grande parte dos elementos se encontram num estado de conservação “razoável/deficiente”. O que se deve ao facto de estes estabelecimentos não terem sido alvo de nenhuma intervenção desde a sua construção inicial.

Comparando os dois equipamentos, é possível concluir que a Escola Secundária Poeta Al Berto apresenta um estado de conservação mais precário, na medida em que elementos como as paredes exteriores, os revestimentos de pavimentos exteriores, tetos, escadas, caixilharias e dispositivos de proteção apresentam níveis de conservação deficientes.

Relativamente aos espaços de apoio existentes, os dois equipamentos dispõem de ofertas bastante completas, sendo ambas as Escolas dispõem de recreio descoberto. De um modo geral, o estado de conservação dos elementos é razoável, à exceção do Pavilhão Desportivo, do Ginásio, do campo de jogos exterior, dos balneários e dos sanitários da Escola Secundária Poeta Al Berto e Escola Básica Vasco da Gama, que se apresentam um estado deficiente.

Estabelecimentos	Escola Secundária Poeta Al Berto	Escola Básica Vasco da Gama de Sines
Estado de conservação do(s) edifício(s)		
Estrutura	Razoável	Razoável
Cobertura	Deficiente	Deficiente
Salas	Razoável	Razoável
Laboratórios	Deficiente	Razoável
Oficinas	n/a	Razoável

Estabelecimentos	Escola Secundária Poeta Al Berto	Escola Básica Vasco da Gama de Sines
Paredes exteriores	Deficiente	Deficiente
Paredes interiores	Razoável	Razoável
Revestimentos de pavimentos exteriores	Deficiente	Deficiente
Revestimentos de pavimentos interiores	Razoável	Razoável
Tetos	Deficiente	Deficiente
Escadas	Razoável	Razoável
Ascensores	Bom	Bom
Caixilharia e portas exteriores	Deficiente	Deficiente
Caixilharia e portas interiores	Deficiente	Deficiente
Dispositivos de proteção contra queda	n/a	Deficiente
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Razoável	Deficiente

Estado de conservação dos espaços de apoio

Refeitório	Razoável	Razoável
Sala de convívio	Razoável	Razoável
Sala polivalente	Razoável	Razoável
Recreio coberto	n/a	n/a
Anfiteatro	n/a	Deficiente
Recreio descoberto	Razoável	Deficiente
Centro de recursos / Biblioteca	Razoável	Razoável
Ginásio	n/a	Deficiente
Pavilhão desportivo	Deficiente	Deficiente
Campo de jogos exterior	Deficiente	Deficiente
Balneários	Deficiente	Deficiente
Sanitários	Deficiente	Deficiente

TABELA 28: APRECIÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Fonte: Escolas do 2º e 3º CEB e ensino secundário do concelho de Sines (inquérito próprio)

O estado do meio envolvente dos dois estabelecimentos é descrito como “bom”, pelos responsáveis, na medida em que possuem bons acessos gerais, pedonais, para pessoas de mobilidade reduzida e para transportes públicos.

Estabelecimentos	Escola Secundária Poeta Al Berto	Escola Básica Vasco da Gama de Sines
Acesso geral	Razoável*	Bom
Acessibilidade pedonal	Bom	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Bom	Bom
Transportes Públicos	Bom	Bom

TABELA 29: APRECIACÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2020-2021. * Razoável, na presente data.

Fonte: Escolas do 2º e 3º CEB e ensino secundário do concelho de Sines (inquérito próprio)

Relativamente ao consumo energético, a Escola Básica Vasco da Gama de Sines apresentou uma redução do consumo ao longo dos últimos 3 anos, ainda que não tenha adotado quaisquer medidas específicas para o aumento da eficiência. A Escola Secundária Poeta Al Berto, por sua vez, não registou qualquer alteração no seu consumo energético.

Entre as necessidades específicas dos equipamentos surgem, no caso da Escola Básica Vasco da Gama de Sines, a renovação do telhado e coberturas, devido às graves infiltrações que têm afetado o equipamento (o edifício principal). A pala de entrada na escola apresenta infiltrações graves e forte deterioração, todas as janelas de alumínio necessitam de intervenção e/ou substituição por não funcionarem. O anfiteatro também apresenta graves infiltrações e as instalações elétricas carecem de renovação, bem como sistema AVAC, assim como os sanitários.

Relativamente ao ginásio, é necessária uma renovação do telhado (muito deteriorado) e dos balneários (muito deteriorados), que se encontram fora de serviço devido à falta de condições. Será necessário também renovar os pisos, que se encontram extremamente danificados devido às infiltrações, bem como as canalizações e as caixilharias das janelas.

Quanto ao pavilhão desportivo, os telhados, claraboias e coberturas também requerem uma intervenção.

No espaço exterior, considera-se necessária uma intervenção nos campos de jogos, uma vez que o piso se encontra completamente deteriorado. A rede circundante da Escola e iluminação exterior carecem também de substituição, bem como do piso de recreio.

Quanto à Escola Secundária Poeta Al Berto, foram identificados graves problemas de infiltração nas salas, o que causou o levantamento do chão e rachas nas paredes, caixilharias e portas interiores. Os balneários e as casas de banho também se encontram danificadas e carecem de uma intervenção. Relativamente ao espaço exterior, também existem necessidades de reparação, nomeadamente nos locais onde o chão se encontra levantado e/ou onde existem buracos no pavimento. As casas de banho de toda a escola estão num estado deplorável, desde os sanitários, canalização, portas. É sentido um desconforto térmico, quer em salas de aula, quer nos espaços interiores da escola, constatando-se a existência de espaços frios e húmidos como o bufete e a sala de convívio dos alunos.

Entre as necessidades específicas, salientam-se a renovação do telhado e coberturas, devido às grandes infiltrações que têm afetado o pavilhão, os corredores de acesso à escola e espaços como sala de convívio dos alunos e algumas salas de aulas, que se encontram extremamente danificados devido às infiltrações.

Quanto ao pavilhão desportivo, os telhados, claraboias e coberturas também requerem uma intervenção, assim como os balneários. Considera-se necessária uma intervenção nos campos de jogos, uma vez que o piso não é adequado à prática desportiva e carece de iluminação quando as aulas decorrem no período do final da tarde.

A estrada interior que circunda a escola está em mau estado e repleta de buracos e a luz exterior que circunda a vedação da escola danificada. A rede elétrica encontra-se muito deficitária, os quadros elétricos não aguentam a sobrecarga energética necessária no inverno, faltam pontos de energia nas salas de aulas o que inviabiliza de grande modo a transição digital proposta pelo Ministério da Educação, assim como o sinal de internet é deficitário.

É de vital importância a renovação dos laboratórios de química, física e biologia/geologia, ressaltam-se como problemas as canalizações ineficazes ou com transvase de água, chão partido, armazém de reagentes com poucas condições de segurança e arejamento adequado, hotte de extração deficitária, mobiliário de madeira fixo degradado, bancadas desadequadas.

A escola dispõe de um sótão, desaproveitado e sem utilização, seria de todo importante convertê-lo em gabinetes de trabalho, arquivo ou outros espaços, que libertassem espaços ocupados na escola passíveis de serem convertidos em salas de aula.

3.4.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

As escolas dispõem de um total de 45 salas com condições para a componente letiva, encontrando-se todas ocupadas com turma. Existem ainda 5 salas de informática, 3 de educação física/polivalente, 5 de educação visual e tecnológica e 6 laboratórios.

No âmbito do inquérito realizado, foram indicadas carências de 10 salas de aula na Escola Básica Vasco da Gama de Sines. A dotação destas salas iria permitir a atribuição de sala, individualmente a cada turma, libertando os laboratórios e as salas de educação visual e tecnológica, para as aulas específicas.

Ambas as Escolas cedem salas ou partes do seu espaço à comunidade exterior, como Clubes e Associações.

Os dois equipamentos disponibilizam serviço de refeições, possuindo uma unidade de confeção própria, sem confeção para o exterior.

Ambas as Escolas disponibilizam Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) para alunos que beneficiam de medidas de apoio à aprendizagem.

O desenvolvimento das atividades escolares é assegurado por várias dezenas de docentes e assistentes. A Escola Básica Vasco da GAMA constitui o estabelecimento com mais pessoas ao serviço, entre 69 docentes, 24 assistentes operacionais, 8 assistentes técnicos e 5 outros recursos humanos.

Escola	Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Secundária Poeta Al Berto	96	51	15	8	0	14	0	4	4
Escola Básica Vasco da Gama de Sines	106	50	19	8	0	23	1	1	4
Total	202	101	34	16	0	37	1	5	8

TABELA 30: RECURSOS HUMANOS DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Fonte: Escolas do 2º e 3º CEB e ensino secundário do concelho de Sines (inquérito próprio)

Importa ainda acrescentar que a Escola Secundária disponibiliza oferta formativa ao nível de cursos profissionais, sendo que este nível se encontra também disponível na ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e no Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM).

No estabelecimento que ministra cursos de ensino artístico especializado do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário (Escola das Artes do Alentejo Litoral), os cursos dos 2.º e 3.º ciclos resultam de um protocolo entre o estabelecimento, o Agrupamento de Escolas de Sines, a Escola Secundária Poeta Al Berto e ainda as Escolas do Município de Odemira (sendo o primeiro responsável pelas disciplinas específicas dos cursos - formação musical, classe conjunto e instrumentos).

3.4.3. CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL PRIVADO

A ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, propriedade da Associação para a Formação Tecnológica no Litoral Alentejano, é uma escola profissional privada com oferta de cursos de nível IV, equivalentes ao ensino secundário regular, adequados ao desenvolvimento da região do Litoral Alentejano com principal incidência na plataforma industrial, portuária e logística de Sines. Está sob a tutela do Ministério da Educação e foi criada na base do Decreto-Lei nº 4/98.

O Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, estabelece que as Escolas profissionais privadas e públicas prestam serviço público de educação e integram a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 396/2007.

A Associação para a Formação Tecnológica no Litoral Alentejano, proprietária da ETLA, é constituída pela Câmara Municipal de Sines e pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém e por 6 empresas, a APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., a Galp Energia, S.A., a Repsol Polímeros, S.A., Indorama Ventures Portugal PTA, Lda., PSA Sines, S.A. e o Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama.

O CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, foi criado ao abrigo de um protocolo entre o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e algumas entidades privadas, que neste núcleo de Sines possui uma oferta de ensino profissional, de nível 4 equivalente ao ensino secundário regular, e uma oferta de cursos de educação e formação, com equivalência ao 3.º ciclo do ensino básico (CEF tipo 2).

Estabelecimento		ETLA	CENFIM
Freguesia		Sines	Sines
Data de construção original do edifício		1990	2000
Edifício construído de raiz para o fim atual		Não	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Não	Sim
Ano da última intervenção		-	2019
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Deficiente	Razoável
	Espaço exterior	Deficiente	Razoável

Os edifícios que integram estes estabelecimentos encontram-se num estado de conservação “razoável/deficiente”. O que se deve à pouca ou nenhuma intervenção desde a sua construção inicial.

No caso da ETLA, existem 2 edifícios distintos, nenhum deles construído de raiz para o ensino:

- O edifício técnico, propriedade da REPSOL, onde se localizam as oficinas e laboratórios, encontra-se num estado de conservação muito deficiente (cobertura, paredes, tetos, caixilharias, instalações sanitárias, balneários, ...).
- O edifício administrativo, propriedade da AICEP Global Parques, onde se encontram os serviços administrativos e salas teóricas, revela um estado de conservação razoável.

Estabelecimentos	ETLA		CENFIM
Estado de conservação do(s) edifício(s)	Técnico	Administrativo	
Estrutura	Deficiente	Bom	Razoável
Cobertura	Deficiente	Bom	Razoável
Salas	Deficiente	Razoável	Razoável
Laboratórios	Deficiente	n/a	Razoável
Oficinas	Deficiente	n/a	Bom
Paredes exteriores	Deficiente	Razoável	Bom

Estabelecimentos	ETLA		CENFIM
Paredes interiores	Deficiente	Razoável	Bom
Revestimentos de pavimentos exteriores	Deficiente	Deficiente	Bom
Revestimentos de pavimentos interiores	Deficiente	Bom	Bom
Tetos	Deficiente	Bom	Bom
Escadas	n/a	Razoável	Bom
Ascensores	n/a	n/a	n/a
Caixilharia e portas exteriores	Deficiente	Razoável	Bom
Caixilharia e portas interiores	Deficiente	Razoável	Bom
Dispositivos de proteção contra queda	n/a	n/a	n.a.
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	n/a	n/a	n.a.
Estado de conservação dos espaços de apoio	Técnico	Administrativo	
Refeitório	n/a	n/a	n/a
Sala de convívio	Deficiente	n/a	n/a
Sala polivalente	n/a	n/a	Razoável
Recreio coberto	n/a	n/a	Razoável
Recreio descoberto	Deficiente	Deficiente	n/a
Centro de recursos / Biblioteca	n/a	n/a	n/a
Ginásio	n/a	n/a	n/a

Estabelecimentos	ETLA		CENFIM
Pavilhão desportivo	n/a	n/a	n/a
Campo de jogos exterior	Deficiente	n/a	n/a
Balneários	Deficiente	n/a	Razoável
Sanitários	Deficiente	Bom	Razoável

O estado do seu meio envolvente, pode considerar-se que é razoável/deficiente, apresenta graves carências de transportes públicos e acessos para pessoas com mobilidade reduzida.

Estabelecimentos	ETLA	CENFIM
Acesso geral	Bom	Bom
Acessibilidade pedonal	Razoável	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Deficiente	Razoável
Transportes Públicos	Deficiente	Deficiente

A ETLA dispõe de 12 salas teóricas, 4 laboratórios de informática,

O desenvolvimento das atividades escolares é assegurado por várias dezenas de docentes e assistentes, conforme quadro abaixo:

Escola	Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
ETLA	40	19	7	10	1	1	0	0	2
CENFIM	29	1	20	0	0	0	0	2	6
Total	69	20	27	10	1	1	0	2	8

TABELA 31: RECURSOS HUMANOS DA ETLA, NO ANO LETIVO 2020/2021

Fonte: Inquérito próprio

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL

4.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO / NÍVEL DE ENSINO

4.1.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

A evolução do número de crianças e alunos matriculados nas escolas do concelho tem registado uma trajetória de ligeiro acréscimo (+12%), apresentando-se em contraciclo com a tendência nacional, que se caracteriza por uma diminuição do número de crianças/alunos.

Três níveis de ensino registaram um aumento do número de matrículas nos últimos anos: o 2.ºCEB, que manifestou um crescimento de 8,3%, face a 2017/2018, o 3.º ciclo (acrécimo de 5,8%, em igual período) e o ensino secundário, com um incremento apreciável (+11,9%).

Os restantes níveis de ensino registaram quebras no número de matrículas, sendo que o 1.º ciclo foi o que apresentou a maior diminuição de matrículas (-9,2% entre 2017/2018 e 2022/2023).

Nível de ensino	Anos letivos*						Variação 2017/18 e 2022/23	Variação 2017/18 e 2022/23
	2017 / 2018	2018 / 2019	2019 / 2020	2020 / 2021	2021/ 2022	2022/ 2023	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	256	208	233	232	230	250	-6	-2,3
1.º Ciclo do ensino básico	639	633	619	610	590	580	-59	-9,2
2.º Ciclo do ensino básico	314	295	322	332	335	340	26	8,3
3.º Ciclo do ensino básico	481	413	-	480	201 ESPAB 265	175 ESPAB 334	28	5,8
Ensino secundário	295	-	-	285	347	330	35	11,9
TOTAL	1985	1549	1174	1939	1968	2009	24	1,2

TABELA 32: CRIANÇAS E ALUNOS MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO NO CONCELHO DE SINES POR ANO LETIVO E NÍVEL DE ENSINO.

Fonte: Agrupamento de escolas do concelho de Sines e Escola Secundária (inquérito próprio), exceto para o ano letivo 2017-18, para o qual os dados foram obtidos no INE.

* Apenas da rede pública.

4.1.2. PRÉ-ESCOLAR

Dados do INE apontam para uma tendência de aumento do número de crianças inscritas no pré-escolar desde 2000/2001 até ao ano letivo 2014/2015, em que se atingiu um total de 490 matrículas. Após este ano, manifestou-se um ligeiro decréscimo seguido de uma estabilização até ao presente ano letivo (2020-2021), em que o número de matrículas se manteve entre 424 e 460. No ano letivo de 2020/2021, 389 crianças foram matriculadas nos estabelecimentos da rede pública e privada/solidária, no pré-escolar.

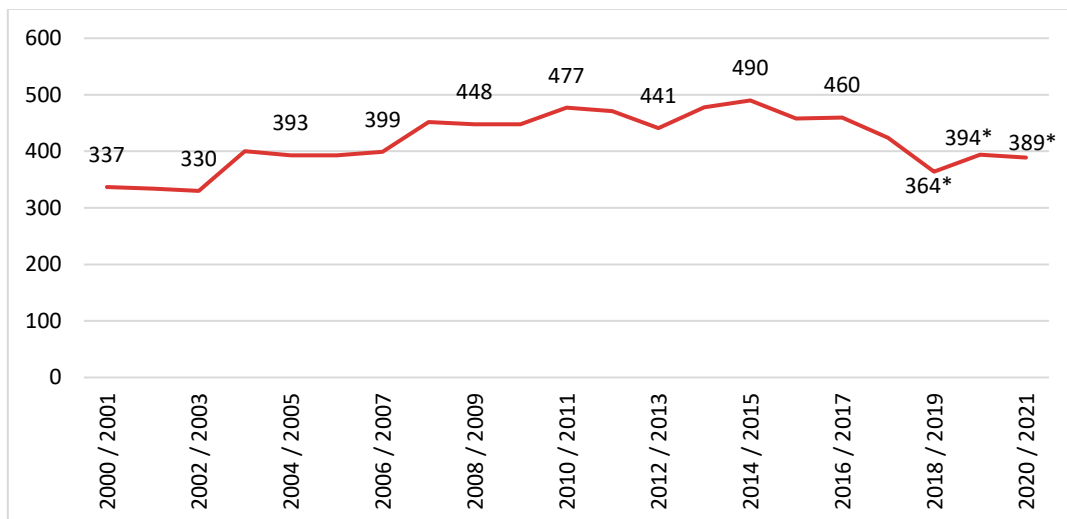


FIGURA 49: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO PRÉ-ESCOLAR EM SINES.

Fonte: INE e estabelecimentos do pré-escolar do concelho de Sines (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

* Apenas equipamentos que responderam ao inquérito. Em 2021-2022, o Colégio Estrela do Mar contabilizava 45 crianças.

Esta evolução apresenta-se algo diferenciada em função da natureza das entidades. No caso das entidades públicas verificou-se um ligeiro aumento no número de matrículas, pelo que a rede solidária manteve o número de matrículas, ao longo dos últimos três anos. Sublinhe-se a evolução positiva registada na rede pública em 2021-2022 (245 crianças) e em 2022-2023 (250 crianças), segundo dados mais recentes, tendo como fonte o AE de Sines/CM Sines.

Anos letivos	Total	Pública	Rede	
			Solidária	% do total de matrículas na rede pública
2018 / 2019	364	208	156	57,1
2019 / 2020	394	233	161	59,1
2020 / 2021	389	245	157	63,0
2021 / 2022	s/ inf.	248	s/ inf.	s/ inf.
2022 / 2023	407	250	157	61,4

TABELA 33: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA E SOLIDÁRIA, NO CONCELHO DE SINES.

Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar do concelho de Sines (inquérito próprio), CM Sines/ AE de Sines.

Note-se que embora os estabelecimentos públicos representem apenas 50% dos equipamentos que disponibilizam o ensino pré-escolar, no ano letivo de 2022/2023 registaram 61,4% das matrículas totais deste nível de ensino no concelho, pelo que se constitui como uma parte essencial da dinâmica de oferta e procura existente.

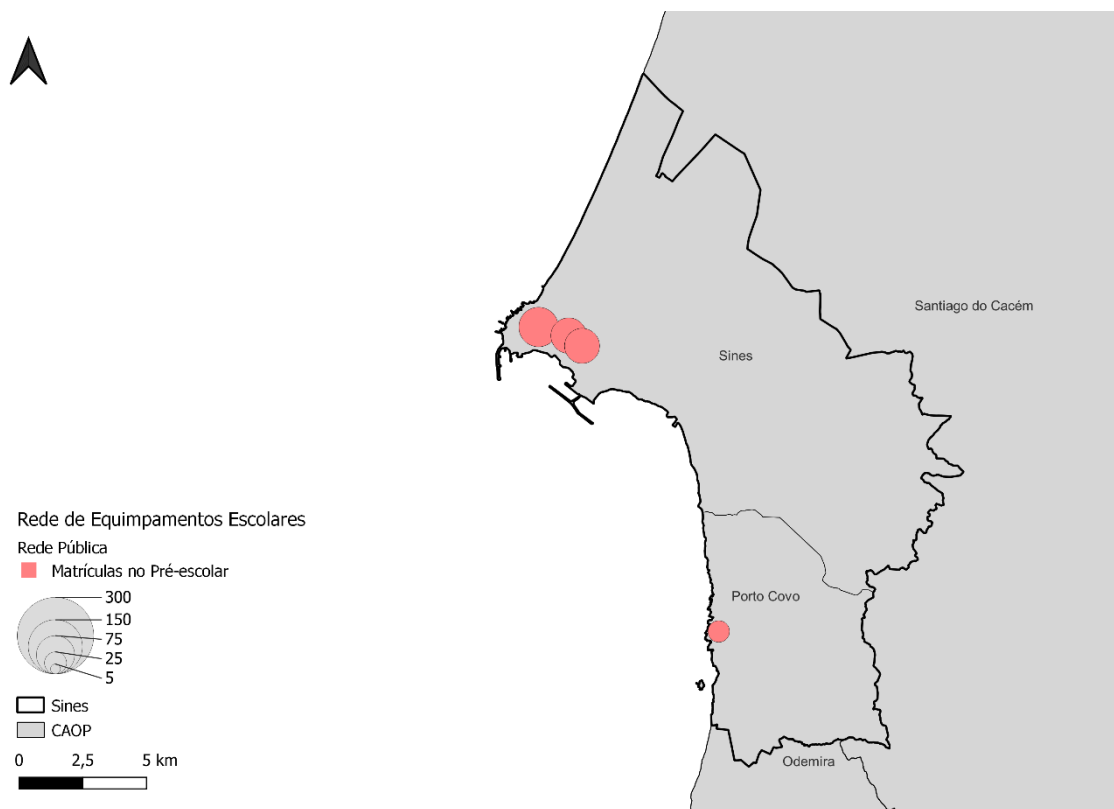


FIGURA 50: CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE SINES, EM 2022/2023.

Fonte: Estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

Considerado apenas o ano letivo 2022/2023, constata-se que no JI da Escola Básica n.º1 de Sines com 92 matrículas, é o que apresenta maior número de crianças inscritas, sendo também relevante o Centro Infantil de Sines “A Conchinha”, com 71 matrículas.

Rede	Freguesia	Estabelecimento	Matrículas (2022-2023)
Pública	Porto Covo	Jardim de Infância da Escola Básica de Porto Covo	32
	Sines	Jardim de Infância da Escola Básica nº3 de Sines	56
		Jardim de Infância da Escola Básica nº2 de Sines	70
		Jardim de Infância da Escola Básica nº1 de Sines	92
Solidária	Sines	Centro Infantil de Sines “A Conchinha”	71
		Caritas Paroquial de Sines “Pintainho”	86

TABELA 34: CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA E SOLIDÁRIA, NO CONCELHO DE SINES, EM 2022/2023.

Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

Ao nível de freguesia, no ano letivo de 2022/2023, encontravam-se inscritas 375 crianças nos estabelecimentos localizados em Sines e 32 no único estabelecimento de ensino pré-escolar na freguesia de Porto Covo.

Esta situação reflete as tendências demográficas e socioprofissionais do concelho, uma vez que a freguesia de Sines corresponde à freguesia com maior população residente e maior densidade de atividades económicas, permitindo à população o desenvolvimento das suas atividades quotidianas num contexto de maior proximidade. Por outro lado, podem também verificar-se situações de encarregados de educação que, com a possível localização do seu local de trabalho na freguesia de Sines, optaram por matricular as suas crianças nas instituições aí localizadas.

Quanto à origem das crianças matriculadas no ensino pré-escolar de Sines, é importante ter em consideração que 10 das inscritas não residiam no próprio concelho (matriculadas nos equipamentos da rede solidária, 6 na Caritas Paroquial de Sines e 4 na Centro Infantil de Sines "A Conchinha").

À exceção da Caritas Paroquial de Sines, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) eram disponibilizadas em todas estas instituições, antes e depois da atividade letiva. As AAAF antes da componente letiva tinham 229 crianças inscritas (correspondendo a 58,9% do total de crianças matriculadas), sendo que as AAAF depois da componente letiva reuniam 239 crianças (61,4% do total), o que reflete a importância destas atividades no apoio às famílias, não só antes da componente letiva, como também após.

Em matéria de Educação Inclusiva, enquadrada pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que beneficiam de medidas adicionais e seletivas, existia um total de 10 crianças no Agrupamento de Escolas de Sines, o que representa 4 % do universo de crianças inscritas. Os 2 equipamentos com mais crianças a beneficiarem destas medidas eram os JI das Escolas Básicas n.º 1 e n.º 3 de Sines.

Releve-se que os 3 equipamentos da rede privada/solidária, no seu conjunto, gerem creches com uma capacidade total para 282 crianças, sendo que as creches das mesmas entidades têm capacidade para 246 crianças em pré-escolar.

Relativamente às áreas de influência dos estabelecimentos, aplica-se o Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril e o contemplado em sede do projeto educativo do AE Sines.

Assim, no caso do pré-escolar, a matrícula no estabelecimento de ensino está condicionada à existência de vaga nos estabelecimentos pretendidos e aos critérios estabelecidos no Despacho Normativo nº10-B/2021 Artº10º, sendo a primeira prioridade "Crianças cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido, a saber, - EB Nº1 de Sines – toda a zona Norte da cidade, até Escola de Artes/ Praça da República /IOS; - EB Nº2 de Sines – da Escola de Artes/ Praça da República /IOS para Este, até à rua Comerciante João Mendes; - EB Nº3 de Sines – da Rua Comerciante João Mendes, para Sul (em Direção à Escola Secundária Poeta Alberto)".

No caso do 1.º ciclo "alunos cujos pais ou encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de ensino, a saber - EB Nº1 de Sines – toda a zona Norte da cidade, até Escola de Artes/ Praça da República /IOS; - EB Nº2 de Sines – da Escola de Artes/ Praça da República /IOS ara Este, até à rua Comerciante João Mendes; - EB Nº3 de Sines – da Rua Comerciante João Mendes, para Sul (em Direção à Escola Secundária Poeta Al'Berto).

No 2.º e 3.º ciclo, as vagas existentes em cada estabelecimento de ensino para matrícula ou renovação de matrícula são preenchidas de acordo com o estipulado no Despacho Normativo n.º 10-A/2018 , contemplando a segunda prioridade os alunos "cujos pais ou encarregado de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de ensino, a saber - EB Vasco da Gama de Sines – toda a zona Norte da cidade até à Rua da Costa do Norte (Pavilhão dos Desportos).

4.1.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

De acordo com dados do INE, a evolução do número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico em Sines, registou um ligeiro decréscimo face ao início do milénio, ainda que os valores tenham registado

várias oscilações ao longo deste período. Nos últimos 3 anos tem-se manifestado uma redução do número de matrículas face ao ano letivo de 2017/2018, em que este indicador totalizou 639 matrículas. Assim, no ano letivo de 2020/2021, 610 alunos matricularam-se nos estabelecimentos de ensino do 1.º CEB de Sines, verificando-se uma variação de -12,4% face ao início do milénio. No ano letivo 2022/2023 estavam inscritos no AE 577 alunos.

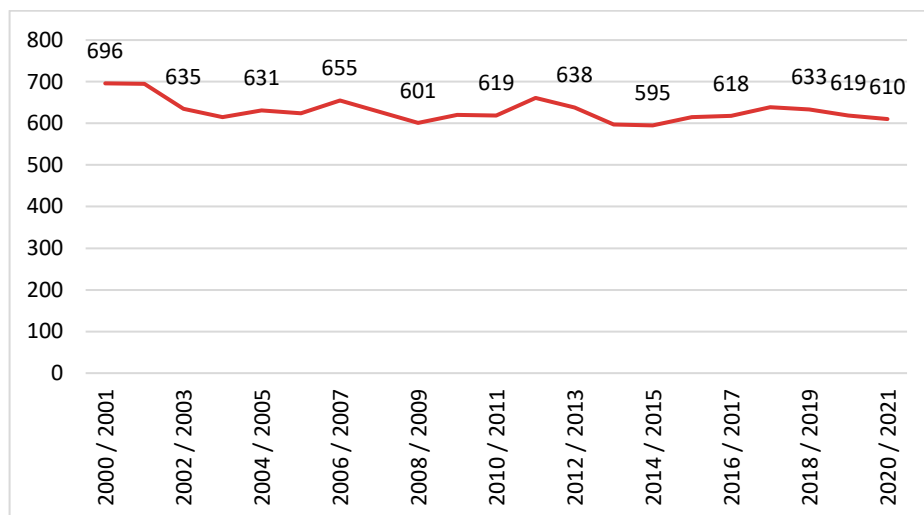


FIGURA 51: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO 1.º CEB EM SINES.

Fonte: INE e estabelecimentos do 1.º CEB do concelho de Sines (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

O número de matrículas do ano letivo de 2022/2023 contribui para a consolidação da dinâmica descendente observada ao longo das últimas décadas, constituindo o valor mais baixos dos últimos anos.

Anos letivos	Total	Escola			
		Escola Básica n.º 1 de Sines	Escola Básica n.º 2 de Sines	Escola Básica n.º 3 de Sines	Escola Básica de Porto Covo
2018 / 2019	633	204	199	185	45
2019 / 2020	619	210	197	172	40
2020 / 2021	610	204	186	175	45
2021 / 2022	590	180	183	186	41
2022 / 2023	577	174	182	189	32

TABELA 35: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SINES.

Fonte: Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

Considerando os dados relativos ao número de crianças inscritas por estabelecimento de ensino, é notório que os equipamentos localizados na freguesia de Sines apresentam um número de matrículas equilibrado, variando entre as 174 e as 189. No sentido oposto, a Escola Básica de Porto Covo constitui o equipamento que regista o menor número de matrículas (32), o que é expectável, uma vez que a população desta freguesia é consideravelmente mais reduzida que na freguesia de Sines.

Atendendo à evolução do número de alunos por estabelecimento, é possível observar que a Escola Básica n.º 3 de Sines regista um acréscimo do número de crianças, ao contrário da Escola Básica n.º 1 de Sines e da Escola Básica de Porto Covo, que experienciaram quebras relevantes.

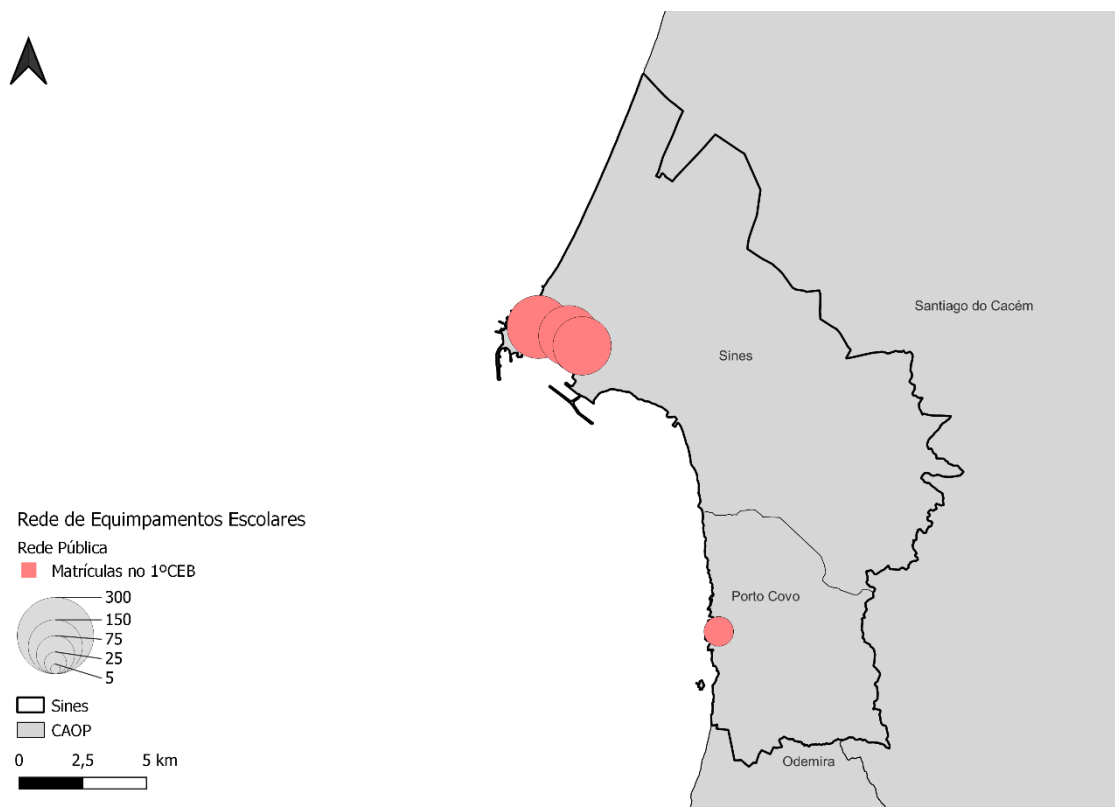


FIGURA 52: ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.

Fonte: Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

Contrariamente ao ensino pré-escolar, nenhum dos alunos matriculados no 1ºCEB em 2022/2023 residia fora do concelho de Sines. Tal como já foi mencionado, a freguesia de Sines é a freguesia que regista o maior número de matrículas, atingindo as 545, o que representa 94,5% do total de matrículas do 1ºCEB, no concelho. Além da elevada concentração demográfica nesta freguesia, o facto de esta concentrar os locais de trabalho de alguns encarregados de educação poderá levar a que estes optem por matricular os seus filhos nos estabelecimentos educativos da freguesia de Sines.

Rede	Freguesia	Estabelecimento	Matrículas (2022-23)
Pública	Sines	Escola Básica n.º 1 de Sines	174
		Escola Básica n.º 2 de Sines	182
		Escola Básica n.º 3 de Sines	189
	Porto Covo	Escola Básica de Porto Covo	32

TABELA 36: CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO 1ºCEB DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE SINES, EM 2022/2023.

Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar do concelho de Sines (inquérito próprio)

Também relevante para esta análise são os serviços prestados pelos estabelecimentos do 1.º CEB, destacando-se o facto de todos eles disponibilizarem Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). A relevância deste serviço é de assinalar: 100% dos alunos do 1ºCEB frequentavam uma AEC, no último ano letivo.

Estabelecimentos	Total de alunos	A frequentar AEC	
		n.º	%
Escola Básica n.º 1 de Sines	174	174	100
Escola Básica n.º 2 de Sines	182	182	100
Escola Básica n.º 3 de Sines	189	189	100
Escola Básica de Porto Covo	32	32	100

TABELA 37: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS QUE FREQUENTAM AEC NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SINES, EM 2022-2023.

Fonte: Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

Em matéria de Educação Inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, em 2022/2023, contabilizavam-se um total de 50 alunos, que beneficiam de medidas adicionais e/ ou seletivas. Em termos absolutos, releva a Escola Básica n.º 1 de Sines um maior número de crianças que beneficia de medidas seletivas e/ou adicionais.

No que diz respeito às retenções, de 2017 a 2020 não se registaram quaisquer retenções no 1ºCEB, nos estabelecimentos da rede pública do concelho de Sines. Realce-se também o facto de, entre os anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020, não se ter verificado qualquer abandono da frequência escolar no 1.º CEB, o que constitui um aspeto positivo no contexto das políticas educativas municipais e que estará relacionado com o trabalho das instituições educativas na prevenção e combate ao fenómeno do abandono escolar precoce ao nível local. Em 2021/2022 ficaram retidos no 1º ciclo 0,17%.

4.1.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

De acordo com dados do INE, os alunos matriculados nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico no concelho de Sines, cuja oferta é assegurada por dois instituições da rede pública (Escola Básica Vasco da Gama de Sines e Escola Secundária Poeta Al Berto – apenas 3.º ciclo), têm vindo a apresentar comportamentos algo dissemelhantes ao longo das duas últimas décadas. Enquanto o 2ºCEB registou uma evolução com menores oscilações e com um aumento de 8,9% face ao ano letivo de 2000/2001, o 3ºCEB apresentou uma evolução com sucessivos aumentos e reduções, manifestando globalmente um decréscimo de 17,9% face ao início do milénio.

No ano letivo de 2022/2023 o 2ºCEB contou com um total de 340 matrículas, todas na EB Vasco da Gama de Sines e o 3ºCEB registou 509 matrículas, 175 na Escola Básica Vasco da Gama de Sines e 334 matrículas na Escola Secundária Poeta Al Berto.

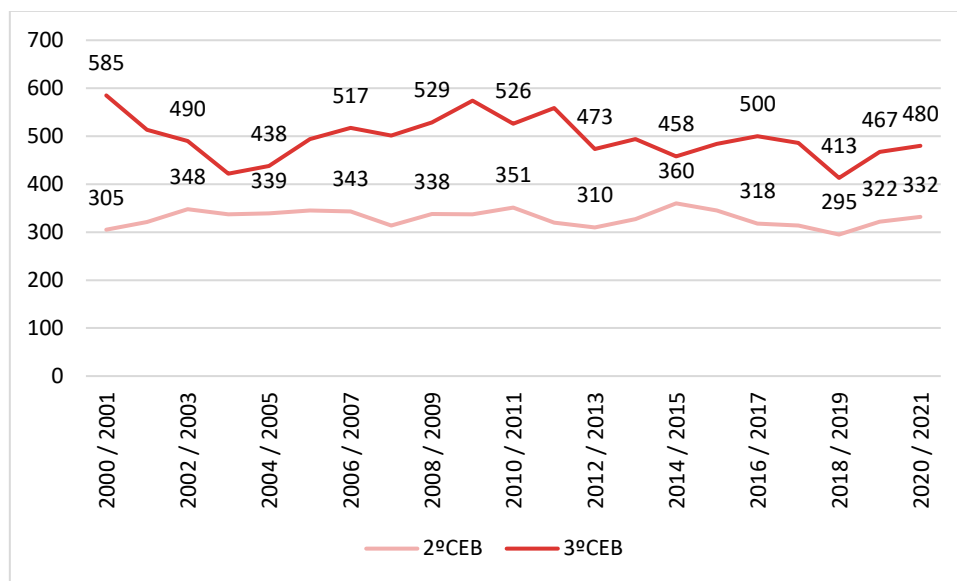


FIGURA 53: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS 2.º E 3.º CEB EM SINES.

Fonte: INE e estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB do concelho de Sines (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021).

Como mencionado, os 2.º e 3.º CEB são assegurados no concelho de Sines por dois equipamentos: a Escola Básica Vasco da Gama de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto. Ambos os equipamentos localizam-se na freguesia de Sines.

Ano letivo	Total 2.ºCEB	Total 3.ºCEB	Escola		
			Escola Básica Vasco da Gama de Sines		Escola Secundária Poeta Al Berto
			2.º CEB	3.º CEB	
2018 / 2019	295	413	295	213	200
2019 / 2020	322	-	322	222	-
2020 / 2021	332	480	332	220	260
2021 / 2022	335	466	335	201	265
2022 / 2023	340	509	340	175	334

TABELA 38: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE SINES.

Fonte: Estabelecimentos do 2.º e/ou 3.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

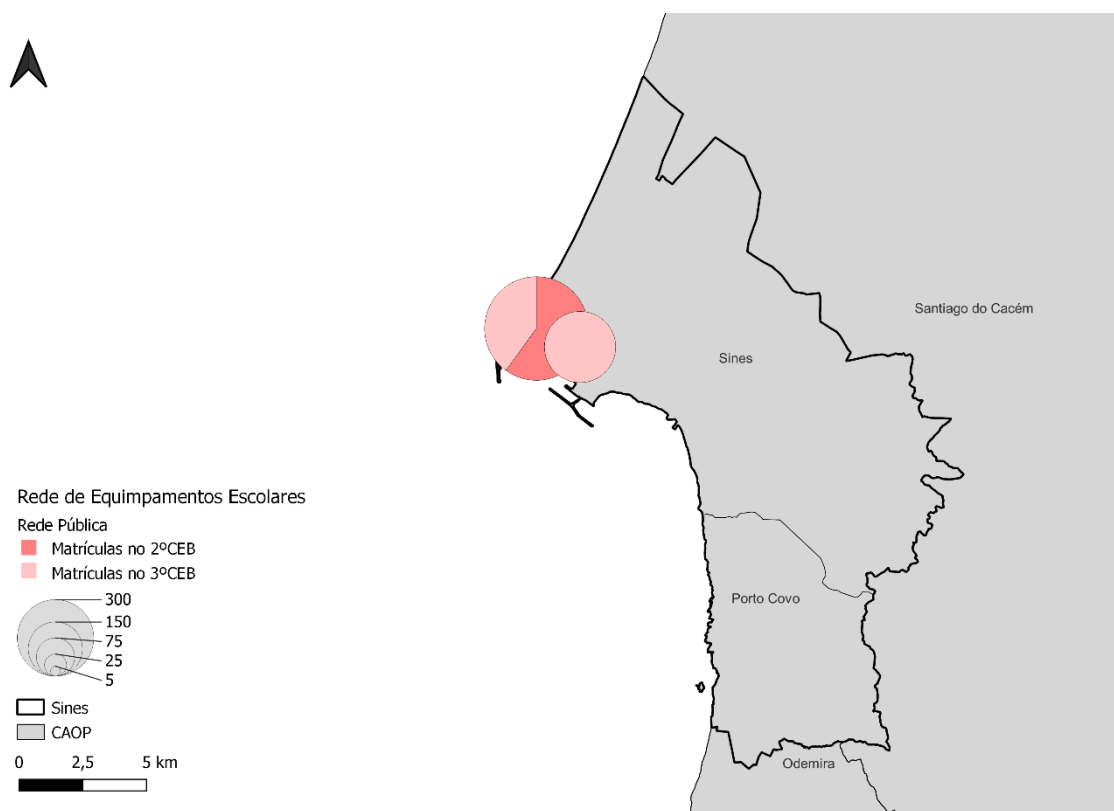


FIGURA 54: ALUNOS INSCRITOS NO ESTABELECIMENTO DO 2.º E 3.º CEB NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.

Fonte: Estabelecimento do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

Considerando o número de alunos do 2.º e 3.º CEB é possível observar que o número de alunos que residem fora do concelho é bastante reduzido. Dos 22 alunos que residem fora do concelho de Sines, 12 encontram-se matriculados no 2.º CEB, na Escola Básica Vasco da Gama e os restantes 10 no 3.ºCEB, também neste equipamento. Assim, com base na proporção total de alunos matriculados nos 2.º e 3.º CEB, conclui-se que cerca de 3,5% dos alunos do 2.ºCEB e 1,9% do 3.ºCEB residem fora do concelho de Sines.

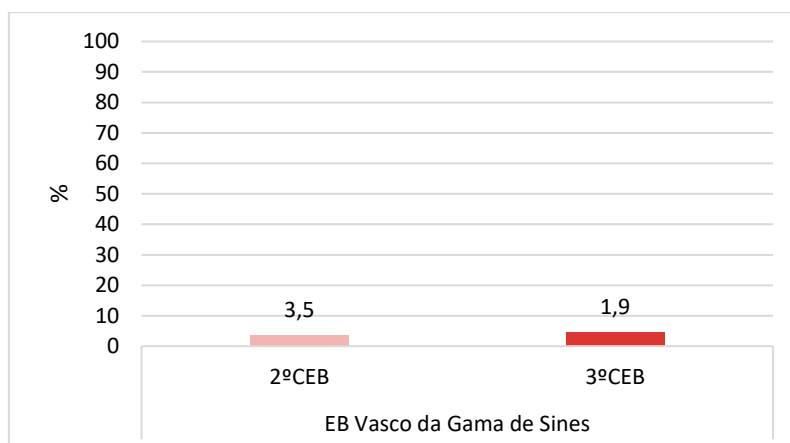


FIGURA 55: PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES FORA DO CONCELHO INSCRITAS NO 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE SINES, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Fonte: Estabelecimentos do 2.º e/ou 3.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

Aos alunos do 2º e 3º CEB, na Escola Básica Vasco da Gama e do 3.º ciclo, na Escola Secundária Poeta Al Berto, é também disponibilizada outra atividade complementar que reflete, sobretudo, a valorização da prática de atividades extralectivas enquanto fator promotor do desenvolvimento e aprendizagem. O serviço prestado no âmbito Desportivo, através prática de desporto escolar e ao centro de formação desportiva de *Surfing*, incentiva à adoção de estilos de vida mais saudáveis, através da prática desportiva. Ambos os equipamentos disponibilizam várias atividades extralectivas, sendo que só na Escola Básica Vasco da Gama se encontram inscritos 180 alunos.

Atividades	Alunos inscritos
Desporto escolar (EB Vasco da Gama de Sines e Esc. Sec. Poeta Al Berto)	180 (apenas na Esc. Básica Vasco da Gama)

TABELA 39: ATIVIDADES COMPLEMENTARES EXISTENTES NO 2.º E 3.º CEB, NO ANO LETIVO 2022/2023.

Fonte: Estabelecimentos do 2º e/ou 3.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

Relativamente aos alunos que beneficiam de medidas seletivas e/ou adicionais de apoio à aprendizagem, no ano letivo de 2022/2023, existia um total de 57 alunos no 2.º CEB e de 22 no 3.º CEB (59 na Escola Básica Vasco da Gama e 20 na Escola Secundária Poeta Al Berto) o que corresponde a proporções de 16,8%, no caso de 2º CEB e 4,3%, no caso do 3º CEB. No ensino secundário, existem, no presente ano letivo, 27 alunos a beneficiarem de medidas seletivas/adicionais.

Em matéria de Educação Inclusiva, a Escola Básica Vasco da Gama, bem como a Escola Secundária Poeta Al Berto, têm disponível Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

Em matéria de retenções, no 2.º CEB, no ano letivo de 2019/2020 registaram-se 3 retenções, à semelhança dos anos anteriores. Relativamente ao 3.º CEB, registaram-se 17 retenções, todas na Escola Secundária Poeta Al Berto. Embora não exista informação do número de alunos inscritos no ano letivo de 2019/2020, a percentagem de alunos retidos no ano 2018/2019 atingiu os 11,5%. Destaque para o desempenho da EB Vasco da Gama que registou um decréscimo de 7 retenções no ano letivo de 2017/2018 para nenhuma em 2019/2020. Em 2021/2022 no 2º ciclo a taxa de retenção subiu para 2,7% e no 3º ciclo 3,5% na Escola Básica Vasco da Gama de Sines.

Ano letivo	Total de alunos	2.º CEB		Total de alunos	3.º CEB	
		n.º	%		n.º	%
Escola Secundária Poeta Al Berto	-	-	-	264	17	6,4
Escola Básica Vasco da Gama de Sines	335	9	2,7	201	7	3,5

TABELA 40: RETENÇÕES NOS 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE SINES, NO ANO LETIVO DE 2019/2020.

Fonte: Estabelecimentos do 2º e/ou 3.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Sines (inquérito próprio)

*Dados de 2021/2022

Relativamente ao número de abandonos, no ano letivo de 2022/2023 não se registou qualquer caso, nos 2º CEB e 3º CEB na Escola Básica Vasco da Gama. No caso da Escola Secundária Poeta Al Berto, ocorreram 2 situações de abandono de alunos do 3º CEB, no ano letivo de 2017/2018, e 1, em 2019/2020. Este fenómeno reflete o trabalho desenvolvido pelos diversos responsáveis da comunidade educativa para manter os alunos no sistema educativo, reduzindo assim potenciais situações de risco relativamente à consolidação das suas competências e níveis de habilitação.

4.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO

Em Sines a oferta ao nível do ensino secundário é assegurada apenas por um equipamento, a Escola Secundária Poeta Al Berto. Ainda assim, no concelho de Sines, conforme referido anteriormente, existem dois equipamentos que dispõem de ensino secundário profissional (Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e CENFIM - Núcleo de Sines) e um de ensino artístico (Escola das Artes do Alentejo Litoral).

A evolução do número de alunos no ensino secundário desde o início do século tem descrito uma dinâmica recessiva, ainda que tenha registado algumas variações positivas ao longo dos anos.

Em 2020/2021, 347 alunos matricularam-se na Escola Secundária Poeta Al Berto, menos 53,6% de matrículas que no ano de 2000/2001.

Em 2022/2023, na Escola Secundária registaram-se 334 matrículas no Ensino Secundário e 46 no curso PLA – de Português Língua de Acolhimento, para cidadãos estrangeiros falantes de outras línguas.

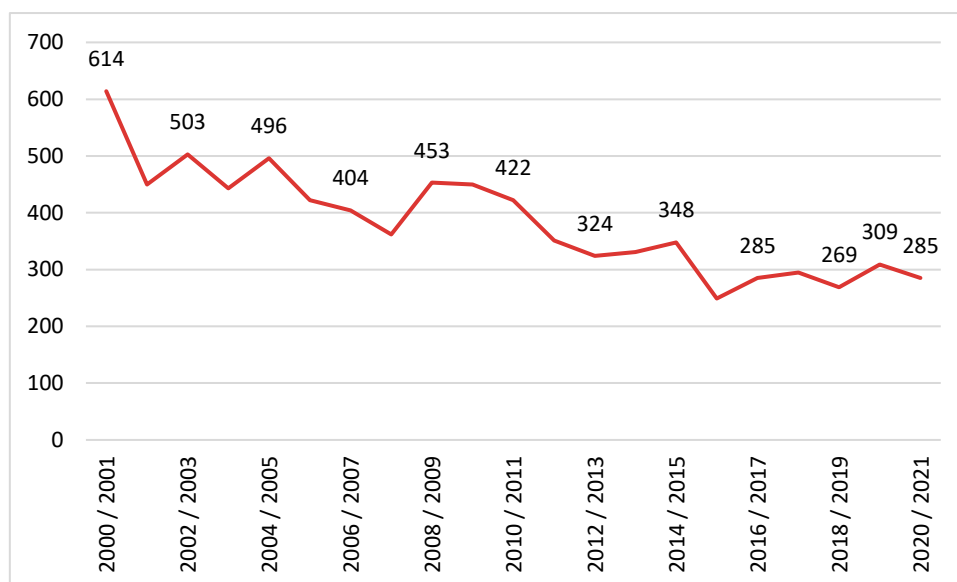


FIGURA 56: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO EM SINES.

Fonte: INE e Escola Secundária Poeta Al Berto (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

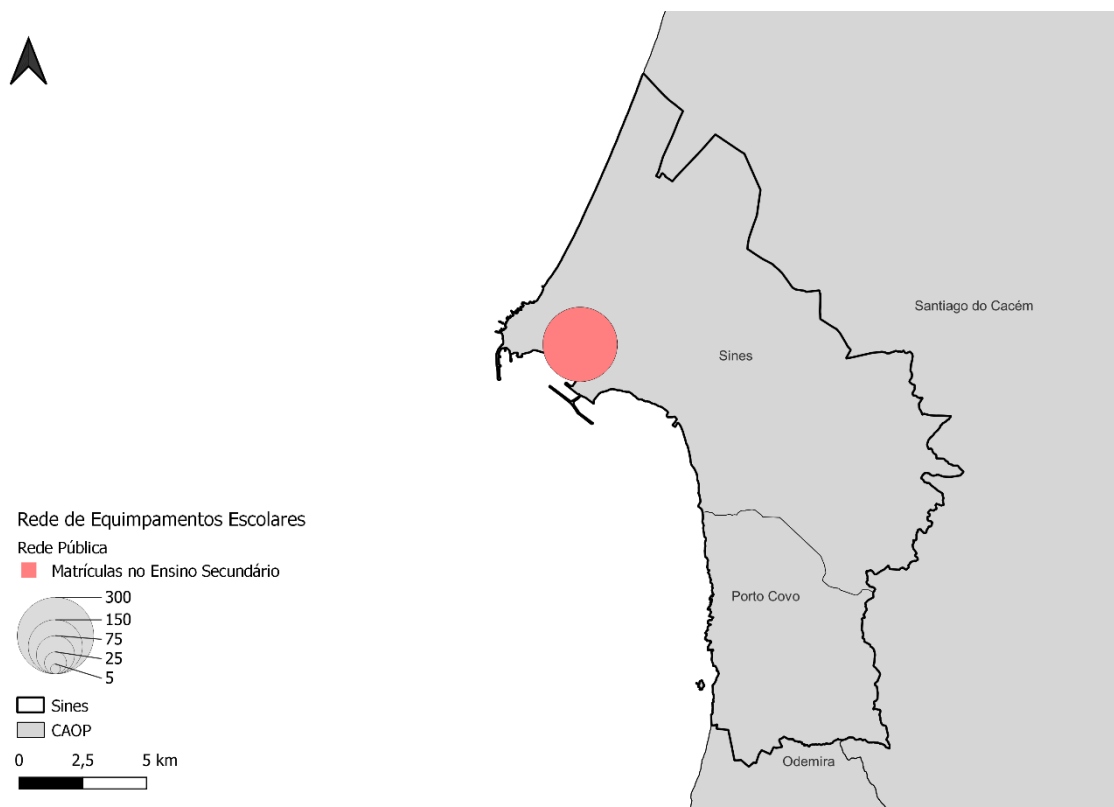


FIGURA 57: ALUNOS INSCRITOS NO ESTABELECIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.

Fonte: Estabelecimento do ensino secundário do concelho de Sines (inquérito próprio)

Relativamente à Educação Inclusiva e aos alunos que beneficiam de medidas seletivas e /ou adicionais de apoio à aprendizagem, para o ano letivo 2022/2023, foram identificados 27. alunos no ensino secundário (3,1%), embora na Escola Secundária Poeta Al Berto não exista nenhuma Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

Ano letivo	Total de alunos	Retenções	
		n.º	%
2018/2019	267	56	21,0
2019/2020	247	21	8,5
2021/ 2022	347	9	2,6
2022/2023	330	-	-

TABELA 41: RETENÇÕES NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE SINES, EM VÁRIOS ANOS LETIVOS.

Fonte: Escola Secundária Poeta Al Berto (inquérito próprio)

Em matéria de sucesso escolar, em 2019-2020, registaram-se 21 retenções (a percentagem de retenções tem vindo a diminuir de forma consolidada ao longo dos últimos anos). Em 2021/2022, verificaram-se 9 retenções, grande parte delas resultantes de alunos que manifestaram dúvidas no percurso científico inicialmente escolhido. Finalmente, relativamente ao número de abandonos escolares, não foi identificado qualquer abandono escolar, refletindo, de certo modo, a capacidade da instituição de manter os alunos na esfera educacional, impedindo-os de terminarem o seu percurso formativo de forma precoce.

Existem ainda 2 equipamentos que não pertencem à rede pública, que disponibilizam o ensino profissional, nomeadamente a ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e o CENFIM - Núcleo de Sines.

No ano letivo de 2022/2023, o CENFIM - Núcleo de Sines disponibiliza os cursos de Técnico/a de Soldadura, Técnico/a de Segurança no Trabalho e Gestão da Produção.

A ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano disponibiliza os cursos, nível IV, de Eletrónica, Automação e Instrumentação, Informática de Gestão, Manutenção Industrial – Eletromecânica, Análise Laboratorial e Química Industrial. Em colaboração com entidades do Ensino Politécnico, a ETLA oferece nas suas instalações, em horário pós-laboral, Cursos de Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), nível V, de Automação, Robótica Controlo Industrial (ARCI), Logística e Manutenção Industrial.

Curso		Anos letivos					
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
CENFIM - Núcleo de Sines*	Turmas	4	5	7	5	5	4
	Alunos	64	91	109	79	71	62
	Retenções	9	27	18	6	6	0
	Abandonos	2	13	8	3	3	0
	Residentes fora do concelho (2022/2023)	-	-	-	-	-	14
Escola Tecnológica do Litoral Alentejano	Turmas	12	12	12	12	12	12
	Alunos	256	245	242	259	264	265
	Retenções	17	11	11	17	29	0
	Abandonos	5	7	4	8	6	9
	Residentes fora do concelho (2022/2023)	-	-	-	-	-	188

TABELA 42: CURSOS PROFISSIONAIS E ALUNOS INSCRITOS, POR ANO LETIVO, NA ESCOLAS PROFISSIONAIS DE SINES.

Fonte: ETLA e CENFIM (Inquérito Próprio)

* os valores do CENFIM são nacionais, não se circunscrevendo ao núcleo de Sines

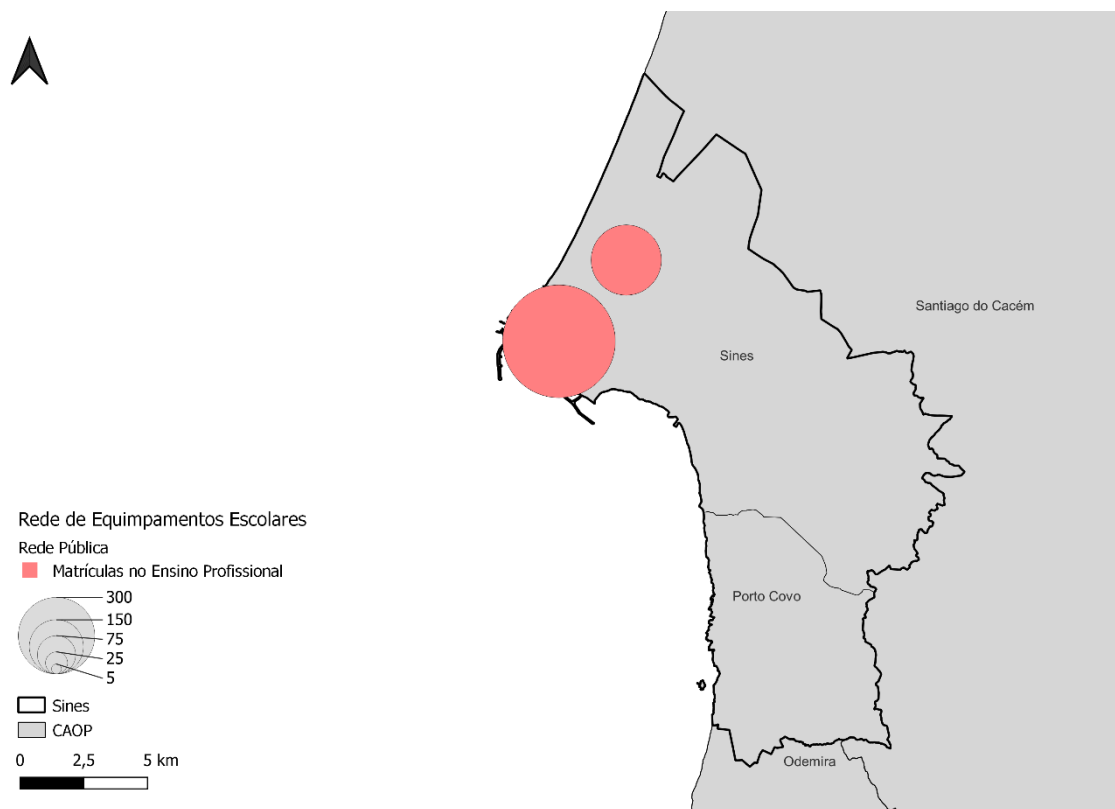


FIGURA 58: ALUNOS INSCRITOS NOS CURSOS DO ENSINO PROFISSIONAL NO CONCELHO DE SINES, EM 2020/2021.

Fonte: Estabelecimento ensino profissional do concelho de Sines (inquérito próprio)

4.1.6. PROJETOS ESCOLARES DESENVOLVIDOS PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

Escola Secundária Poeta Al Berto

Foram desenvolvidos diversos projetos, que têm permitido melhores aprendizagens, o acesso a equipamentos e experiências diferentes e também a promoção da escola enquanto elemento ativo nas dinâmicas concelhias.

Proporcionaram aos alunos oportunidades de valorização pessoal, de enriquecimento das aprendizagens curriculares, e simultaneamente assumiram-se como formas de educação para uma cidadania mais informada e participativa e para fomentar a solidariedade, o espírito de tolerância e o interculturalismo.

Projeto / programa	Atividade	Objetivos	Síntese descritiva
Clube da Ciência	Eco-Escolas	Objetivos Gerais: Motivar, estimulando o interesse e o prazer de investigar; promover a experimentação como meio para desenvolvimento da educação da ciência; compreender fenómenos científicos de uma forma lúdica; promover a integração das dimensões teórica e prática da ciência; criar um ambiente propício à reflexão e à análise; integrar tanto quanto possível as disciplinas de Matemática e Física, no quadro de uma visão abrangente do uso das novas tecnologias e de interdisciplinaridade, aprendendo linguagens de programação; realizar projetos envolvendo a montagem de pequenos robots. Sensibilizar/educar para a necessidade de adoção de comportamentos mais sustentáveis; Desenvolver hábitos de participação para uma cidadania responsável, de forma a melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade; envolver toda a comunidade educativa para o desenvolvimento de uma escola mais sustentável.	A abordagem temática incidirá, preferencialmente, nas seguintes áreas: Resíduos; Água; Energia; Espaços Exteriores da escola e Biodiversidade, embora possam ser trabalhados outros temas, de acordo com o interesse dos elementos da comunidade educativa.
	Oficina da Robótica	Desenvolver o pensamento computacional. Estimular a curiosidade científica e a criatividade.	Oficina quinzenal, para alunos voluntários, pré-inscritos, envolvendo a construção de pequenos robots e programando-os para realizarem algumas ações. Aprendizagem de bases da linguagem de programação <i>Phyton</i> .
	Oficina Cientista Júnior	Estimular a curiosidade científica e a criatividade. Demonstrar confiança em experimentar atividades novas, propor ideias e manifestar opiniões pessoais.	Oficina mensal, para alunos voluntários, pré-inscritos, envolvendo atividades apelativas de carácter formativo, em que alunos vão ser desafiados a questionar fenómenos do dia a dia.

Projeto / programa	Atividade	Objetivos	Síntese descritiva
	Descobrir o Alqueva	Dar a conhecer, de forma cativante e mais interativa, as estruturas existentes no Universo e as suas características. Desenvolver a cultura e curiosidade científicas dos jovens. Promover a importância do património histórico e natural.	O CCV propõe aos elementos do CT dos 7ºanos a dinamização de uma visita de estudo a pontos de interesse da região do Alqueva que tocam diferentes áreas disciplinares do ensino, como por exemplo: FQ: visita ao Observatório do Lago do Alqueva (OLA), onde desenvolvem atividades direcionadas para a Astronomia; CN e História: visita a São Pedro do Corval e ao bloco pedunculado "Rocha dos namorados";
	Feira das Ciências	Envolver o meio em projetos desenvolvidos pela escola. Contextualizar, aprofundar e ampliar algumas aprendizagens adquiridas na FQA, BioGeo e Geometria Descritiva A, ao longo deste domínio. Articular conhecimentos de diferentes disciplinas para aprofundar tópicos de FQA, BioGeo e Geometria Descritiva A para potenciar a compreensão da complexidade de situações e fenómenos do mundo real	O CCV propõe a dinamização de uma feira de ciências, a realizar no 2º semestre, que vai envolver os alunos do 3.º ano das escolas do concelho e os alunos do 10.ºA e B, no âmbito do DAC de FQA, BioGeo e Geometria Descritiva. Estes últimos irão desenvolver várias atividades para apresentar nesta feira.
	Green Cork Escolas	Criação e divulgação de material de promoção do Green Cork na escola e na comunidade Recolha e envio de rolhas de cortiça usadas Criação e divulgação de material de promoção do Green Cork na escola e na comunidade Recolha e envio de rolhas de cortiça usadas	O Green Cork Escolas, visando a promoção da sustentabilidade, divulga a cortiça como material totalmente reciclável e reutilizável. A recolha de rolhas de cortiça contribui para o financiamento de iniciativas de reflorestação de árvores autóctones, entre elas o sobreiro. As atividades desenvolver-se-ão na escola e na comunidade durante todo o ano letivo e com a colaboração de toda a comunidade educativa.
	Escola-Electrão	Divulgação de material de promoção do Escola Electrão na escola e na comunidade Recolha e envio de equipamentos elétricos e pilhas usadas.	O Escola-Electrão é um projeto cujo objetivo é sensibilizar a comunidade educativa para o esforço de reciclagem, com a recolha e envio de equipamentos elétricos e pilhas usadas. Para além de contribuir para a proteção do ambiente, a escola ganha prémios. As atividades desenvolver-se-ão na escola e na comunidade durante todo o ano letivo e com a colaboração de toda a comunidade educativa.
EDP Partilha	Intercâmbio escolar	*Desenvolver o espírito empreendedor e criativo dos alunos para angariar fundos/meios que permitam promover o intercâmbio; *Estabelecer contactos/parcerias que permitam desenvolver as ações necessárias ao intercâmbio; *Planear e saber conduzir / promover a realização de entrevistas com organismos específicos, parceiros do projeto: Câmara Municipal de Sines, Junta de Freguesia entre outros;	Os alunos da turma do curso profissional de técnico/a de Turismo participam nas ações deste projeto

Projeto / programa	Atividade	Objetivos	Síntese descritiva
		*Organizar um programa de atividades a desenvolver ao longo dos três dias de intercâmbio, tendo presente o espírito de partilha e de promoção do território	
Desporto escolar (Atividades internas)	Torneios Inter turmas	Dar resposta às motivações intrínsecas e extrínsecas dos alunos; Respeitar as normas do espírito desportivo; Incentivar a participação dos alunos nomeadamente no papel de árbitros; Promover estilos de vida saudável	O projeto do Desporto escolar concretiza-se quer com Atividades Internas quer com Atividades Externas. As Atividades internas, são atividades físico desportivas (torneios interturmas, Corta Mato, entre outras) enquadradas no Plano Anual de Escola, e desenvolvidas pelo Grupo Educação Física, sob a responsabilidade do Coordenador do desporto escolar.
	Basquetebol 3x3		
	Corta Mato Nível Escolar e Distrital		
Núcleos Desporto escolar (Atividades externas)	Voleibol (Juvenis Femininas)	Dar continuidade do trabalho desenvolvido no ano anterior; -Dar resposta aos interesses e motivações dos alunos; -Ser inclusivo dando a possibilidade de acesso a todos os alunos e em especial aqueles para os quais o acesso à prática desportiva extraescolar se encontre dificultado. - Os alunos pertencerem a um grupo de equipa e frequentarem treinos semanais mediante inscrição e autorização do EE	As atividades externas proporciona a criação de núcleos de Desporto Escolar, em que os alunos podem participar e fazer parte de um grupo de equipa mediante inscrição e autorização escrita pelo do respetivo Encarregado de Educação. Estes grupos de equipa têm particularidade de competir com outras escolas e participar em encontros/convívios.
	Badminton (vários/misto)		
	Futsal Iniciados Masculinos		
	Natação (Vários /misto)		

TABELA 43: PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO AE.

Fonte: PAA 2022-2024, Escola Secundária Poeta Al Berto

Âmbito dos principais programas, projetos de ação educativa	Âmbito
EDP Partilha	Cidadania ativa, responsável e participativa
Clube da Ciência	Ciência e Ambiente
<i>Make a wish</i>	Cidadania e Criatividade
Operação Nariz Vermelho	Cidadania
Desporto Escolar	Desporto, Saúde e Bem-Estar
Gabinete de Educação para a Saúde	Cidadania, Saúde e Bem-Estar
Ecossistemas de Aprendizagem e Bem-estar (EsABE)	Cidadania, Saúde e Bem-Estar
Todos Contam	Literacia Financeira
Parlamento dos Jovens do Ensino Secundário	Cidadania ativa, responsável e participativa
Um livro, uma comunidade Tertúlia Literária	Literacia da Literatura
Eco-Escolas	Cidadania e Ambiente
Projeto Eletrão	Cidadania e Ambiente

Fonte: Projeto Educativo 2019-2022, Escola Secundária Poeta Al Berto

Agrupamento de Escolas de Sines

Em termos de gestão curricular, e numa lógica de maior autonomia e flexibilidade, o AE tem desenvolvido diversas ações de melhoria das aprendizagens, de prevenção do abandono, do absentismo e indisciplina. O Quadro seguinte releva as ações desenvolvidas.

Ação	Objetivos Específicos	Estratégias/ Metodologias/Atividades
Curriculo na perspectiva Educação Integral	Integrar em todo o trabalho desenvolvido com os alunos as 6 dimensões (anexo 1), a aquisição das competências do PASEO e das aprendizagens essenciais, em todos os ciclos de ensino	Integrar no Projeto Curricular de Turma uma lógica de transdisciplinaridade, abrangendo as dimensões da EI, a aquisição do PASEO e das AE; DACs temporários integrando as várias áreas disciplinares e as turmas, em torno de um tema com recurso a trabalho de projeto. Desenhar o PAA, integrando a EI, nas ações e atividades transdisciplinares. Refletir e partilhar as práticas pedagógicas. Integrar o meio envolvente/património local no desenvolvimento do currículo.
Turmas Satélite	Desenvolver competências a nível de: Português; Matemática.	Trabalho em pequenos grupos de alunos. Reforço das competências a Português e Matemática: 1º ano – Português; Trabalho, com recurso a materiais adaptados e manipuláveis, interdisciplinar.
Coadjuvações	Potenciar aprendizagens nas diferentes disciplinas no 1º, 2º e 3º ciclos. Compreensão e expressão oral a Inglês no 2º e 3º ciclos. Melhorar o sucesso da avaliação interna a Estudo do Meio e Ciências Naturais nos 1º e 2º ciclos. Desenvolver nos alunos o gosto e as competências nas ciências experimentais. 2º/3º/4º/5º/6º/7º/8º/9º anos	Trabalho em pequenos grupos, com recurso a materiais adaptados e ao meio envolvente, saídas de campo, visitas de estudo. Apoio mais individualizado. Utilização dos recursos TIC. Role-play (competências da oralidade). Criação de momentos de leitura, escrita criativa. Uso de metodologias, estratégias e recursos didáticos ancorados em modelos pedagógicos ativos. Integração da autorregulação dos alunos, diversificação de instrumentos de avaliação.
DACs anuais	Articulação do currículo visando a abordagem transdisciplinar das aprendizagens essenciais. Operacionalizar o currículo prevendo atividades que visem a promoção das Competências do PASEO. 2º ciclo: EV/ET; CD/TIC; P/HGP. 3º Ciclo: CN/FQ; CD/TIC	Utilização de metodologias de trabalho que privilegiem o trabalho autónomo dos alunos e a utilização das TIC. Trabalho de grupos, pares, pequenos grupos; trabalho laboratorial; trabalho de campo. Utilização de estratégias promotoras da criatividade e sentido estético. Atividades desenvolvidas com recurso ao património local, envolvendo os parceiros e a comunidade. Integração da autorregulação dos alunos, diversificação de instrumentos de avaliação.
Disciplinas Semestrais	Diminuir a carga horária dos alunos e reduzir o número de disciplinas em cada semestre. Potenciar o sucesso dos alunos nas disciplinas Geografia e História (3º ciclo).	Utilização de metodologias de trabalho que privilegiem o trabalho autónomo dos alunos. Trabalho de grupos, pares, pequenos grupos. Atividades desenvolvidas com recurso ao património local, envolvendo os parceiros e a comunidade. Integração da autorregulação dos alunos, diversificação de instrumentos de avaliação.
Assembleias de turma	Potenciar a participação cívica dos alunos em assembleias de turma. Melhorar a taxa de participação no 2º e 3º ciclos nas assembleias gerais. Envolver as turmas do 3º ciclo, na elaboração do orçamento participativo. Desenvolver as dimensões da EI em momentos de reflexão.	Assembleias de turma em DT/AL e assembleias em grande plenário de representantes de alunos. Abordagem de temáticas, tais como liberdade, multiculturalidade, respeito pela diferença, entre outras, definidas anualmente, por proposta dos alunos. Identificação de aspetos a melhorar e propostas de estratégias de atuação. Sessões de trabalho plenárias dos alunos do 3º ciclo, para a elaboração das propostas a apresentar, para o orçamento participativo.
Cidadania e Desenvolvimento	Abordar as temáticas definidas no PEA na área da Cid e Des.	Trabalho de grupos, pares, pequenos grupos e Trabalho de projeto.

Ação	Objetivos Específicos	Estratégias/ Metodologias/Atividades
com a Comunidade	desenvolvendo nos alunos as várias dimensões da EI. Promover atividades dos alunos na comunidade, privilegiando a livre iniciativa, a autonomia e a responsabilidade. Articular com os parceiros da comunidade, de forma a rentabilizar recursos.	Desenvolvimento de atividades cívicas na comunidade educativa e no concelho, no âmbito das temáticas abordadas. Articulação e transversalidade das temáticas abordadas na cidadania e desenvolvimento e das TIC e disciplinas do currículo.
Laboratórios de aprendizagem	Melhorar as competências da literacia numérica. Desenvolver capacidades de raciocínio exercitando e aperfeiçoando a capacidade e a arte de inventar e resolver problemas. Melhorar as competências da escrita, inferência de textos. Incrementar e estimular a participação em jogos, campeonatos nacionais e todas as atividades relacionadas com a matemática e português.	Trabalho em plataformas e recursos digitais. Criação, por parte dos alunos, dos seus próprios materiais didáticos. Recurso a atividades de cariz mais prático, recorrendo aos espaços exteriores e outros) Aplicação prática de conhecimentos e capacidades. Dramatização de textos (obras em estudo). Produção de textos. Interpretação de textos (inferências, ...). Apoio mais individualizado
Xadrez	Promover a capacidade de concentração, atenção e o planeamento. Melhorar a capacidade de pensamento lógico e resolução de problemas.	Jogos de tabuleiro/Xadrez (3º e 4º ano). Participação em atividades do Desporto Escolar.
Aprendizagem das línguas	Partilha de experiências nos diferentes níveis de ensino (do pré-escolar ao 9º ano) Proporcionar o acesso a livros. Estimular o desejo de novas leituras. Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação. Garantir uma formação crítica e emancipadora. Estabilizar a escrita através da oralidade e da componente visual.	Leitura silenciosa e leitura expressiva Identificação de coordenadas espaciotemporais; Partilha e confronto de experiências nos diferentes domínios Comunicação expressiva / produção e interação
Desporto Escolar	Promover o acesso à prática desportiva regular de qualidade, com o objetivo de contribuir para a promoção do sucesso escolar dos alunos, de estilos de vida saudáveis e de valores e princípios associados a uma cidadania ativa.	CFD Surf Voleibol, Natação, Futsal AEC Exp. Físico Motora (1º Ciclo - AEC)
Expressão Artística	Enriquecer o seu sentido estético e a sua cultura artística e intervir criticamente, no âmbito da realização plástica, na comunidade em que está inserido; Desenvolver o gosto pelas diferentes formas artísticas: Plástica, Música, Dança e Dramática/Teatro	Expressão Plástica (oferta Complementar 2º/3º Ciclos) – Cuscos. Realização de exposições, encenações e concertos. Visitas a exposições e interação com artistas. Visionamento de peças de teatro e concertos. Atividades de experimentação e criação. Plano Nacional de Cinema. Residências Artísticas na Escola. AEC Expressões – Dramática, Dança, (1º Ciclo). Articulação com os parceiros da comunidade.
ECO Escolas e Escola Azul	Sensibilizar os alunos e a comunidade para a preservação da Natureza; Desenvolver a consciência ambiental;	Workshops, debates, sessões de partilha. Atividades sobre a Proteção do Ambiente. Literacia dos Oceanos. Prevenção do Afogamento. Campanhas de sensibilização na comunidade, proteção ambiental. Atividades de intervenção comunitária

Ação	Objetivos Específicos	Estratégias/ Metodologias/Atividades
	Desenvolver ações na comunidade para a promoção de uma vida sustentável.	
Disciplina de Educação Ambiental (1º ciclo)	Desenvolver uma consciência cívica a nível das temáticas do Ambiente Organizar o ensino, prevendo estratégias e atividades que visem a autonomia dos alunos com recurso às temáticas da educação ambiental Potenciar um trabalho de parceria com as entidades da comunidade	Criar ambientes estimulantes e potenciadores do desenvolvimento de curiosidade intelectual, articulando conhecimentos e competências na área da educação ambiental Desenvolvimento de atividades de pesquisa, análise, síntese, avaliação e comunicação. Articulação de conhecimentos e capacidades entre as várias disciplinas e projetos do AES com o desenvolvimento de atividades práticas, para potenciar aprendizagens significativas, em parceria com as entidades da comunidade. Potenciação do Projeto Curricular de Turma
Promoção do bem-estar da comunidade educativa	Definição de critérios de atuação comuns em cada conselho de turma/equipas pedagógicas. Acompanhar alunos que foram sujeitos à medida corretiva da saída da sala de aula na sala ZEN -2º e 3º Ciclos Reduzir o número de reincidências por aluno na sala de apoio ZEN. Apoiar os docentes com maior nº de ordens de saída de sala de aula Promover o bem-estar dos elementos docentes e não docentes.	Implementação de sessões “Atenção Plena”, pelo menos 3 vezes por semana (PE, 1ºciclo) nas turmas/disciplinas dos docentes com formação, nos vários níveis de ensino (2º e 3º ciclos, nas diferentes disciplinas); Trabalhar com as turmas procedimentos estipulados no espaço escolar; Criar momentos antes do intervalo para os alunos lancharem, acompanhados; Apoio, por docentes, aos alunos com ordem de saída da sala de aula, por manifestarem comportamentos sociais desajustados na sala ZEN, através de reflexão com o professor sobre o motivo da situação que os levou a este espaço, registando a ocorrência em documento próprio; Apoio aos docentes com maior nº de ordens de saída de sala de aula, recorrendo a várias estratégias (formação, apoio especializado, sessões de reflexão, ...); Desenvolver atividades que promovam o convívio e o bem-estar: encontros temáticos, passeios ao ar livre, atividades desportivas, tertúlias, entre outras)

TABELA 44: AÇÕES ASSOCIADAS À GESTÃO CURRICULAR.

Fonte: Projeto Educativo 2021-2025, Agrupamento de Escolas de Sines

MATRIZ SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

Forças	Fraquezas
▪ Importância da Cidade de Sines no sistema urbano regional e na estrutura funcional concelhia e regional; ▪ Tendência decrescente das taxas de retenção e desistência no 1.º, 2.º e 3.º CEB; ▪ Taxa de abandono escolar muito reduzida é demonstrativo de um resultado positivo das políticas educativas municipais e do sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho de Sines; ▪ Existência de uma oferta diversificada de atividades complementares de ensino é revelador de uma crescente valorização de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens; ▪ Acréscimo de população na freguesia de Porto Covo, na última década e elevada capacidade de atração de população migrante á escala concelhia/subregional; ▪ Saldo global dos movimentos de entradas e saídas de população ativa e estudantil positivo em 2021; ▪ As projeções da população escolar apontam para uma evolução positiva na próxima década.	▪ Diminuição da população residente na freguesia de Sines entre 2011 e 2021; ▪ Aumento da população com mais de 65 anos no concelho; ▪ Percentagem significativa de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico.
Oportunidades	Ameaças
▪ Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas metodologias de ensino, mais dinâmicas e atrativas para os alunos; ▪ Existência de programas de âmbito europeu capazes de dinamizar o ensino e a partilha de experiências com outros países, como o programa Erasmus+; ▪ A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) promove o planeamento a uma escala local e intermunicipal e, consequentemente, uma intervenção adaptada a cada contexto territorial e socioeconómico; ▪ Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável para medidas em linha com a dimensão "Transição Digital" (C20 Escola Digital) mas também em linha com a dimensão "Transição Climática" (C13 Eficiência Energética em Edifícios).	▪ Poli-crisis representam fator de risco acrescido para o ensino, com impacto no desenvolvimento de competências sociais das crianças; ▪ Falta de atratividade da profissão de docente coloca em causa a renovação do corpo docente para os próximos anos; ▪ Acentuar das debilidades infraestruturais e do estado de conservação dos equipamentos escolares de 2.º e 3.º ciclo e do ensino secundário, na ausência de investimento público relevante; ▪ Falta de recursos humanos não docentes nas escolas é um entrave ao pleno funcionamento dos equipamentos escolares.

4.2. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR

4.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho de Sines. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactos se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

O modelo *cohort survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011 – 2021, 2011-2025 e 2011-2030. Dadas as características do concelho,

localizado num território com alguma dinâmica e capacidade atrativa, mas em perda demográfica, bem como da política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM de Sines, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

4.2.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo cohort survival. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011-2025 e para 2011-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (com a publicação dos primeiros resultados do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Alentejo Litoral e o Continente, em 2011 e 2020;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e o Alentejo Litoral, entre 2010 e 2020.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2020, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Grupo etário	2021	Cenário Tendencial		Cenário Alternativo (Voluntarista)	
		2025	2031	2025	2031
0-9	1.307	1.271	1.235	1.385	1.434
10-19	1.393	1.361	1.329	1.382	1.435
20-29	1.351	1.221	1.091	1.135	1.178
30-39	1.768	1.590	1.412	1.469	1.525
40-49	2.204	2.274	2.343	2.437	2.531
50-59	1.973	1.943	1.913	1.989	2.066
60-69	1.870	2.043	2.216	2.305	2.393
+70	2.332	2.658	2.983	3.102	3.222
Total	14.198	14.361	14.523	15.204	15.785
Var. face a 2021	-	1,1	2,3	7,1	11,2

TABELA 45: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma estagnação, contabilizando-se um ligeiro acréscimo, em 2025, em torno dos 1,1% (mais 163 residentes, aproximadamente). Este cenário é possível que se possa concretizar, face à evolução recente das principais variáveis demográficas, e a alguns indicadores preliminares do Recenseamento Geral da População de 2021. Não obstante, o Cenário B (voluntarista), num contexto de reforço da capacidade de atração de população migrante e o impacto dos grandes projetos de Sines, na atração e fixação de novos residentes deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica prospetivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, a população residente no concelho será 15.204 e, em 2031, de 15.785 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 11,2% face ao valor contabilizado em 2021.

Sublinhe-se que na Carta Educativa vigente (2019), os exercícios de cenarização apontavam, para 2026, para uma população residente de 13.846 num cenário intermédio e de 14.788, num cenário agressivo.

4.2.3. CENARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR (2025 E 2030)

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual

o peso relativo que, em 2001 e 2011, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

	Cenário Tendencial		Cenário Alternativo (Voluntarista)	
	2025	2031	2025	2031
Pré-escolar	464	451	505	523
1.º ciclo	602	585	656	679
2.º ciclo	343	335	348	362
3.º ciclo	514	502	522	542
Ensino secundário	412	403	419	435

TABELA 46: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)

Fonte: Elaboração própria (2025 e 2031)

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a “população-alvo” (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 451 crianças (no Cenário A) ou das 523 crianças (no Cenário B). No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a “população-alvo” (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 585 crianças (no Cenário A) ou as 679 crianças (no Cenário B).

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 335 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 362 crianças. No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 502 crianças (no Cenário A) ou as 542 crianças (no Cenário B).

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é mais expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 403 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 435 crianças.

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a “escolarizar”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com

idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Sines, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas de Sines); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de retenção/desistência, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

	Cenário Tendencial		Cenário Alternativo (Voluntarista)	
	2025	2031	2025	2031
Pré-escolar	474	466	517	540
1.º ciclo	612	600	668	696
2.º ciclo	353	350	360	379
3.º ciclo	529	522	537	562
Ensino secundário	427	423	434	455

TABELA 47: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCOLAR, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)

Fonte: Elaboração própria (2025 e 2031)

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo no concelho de Sines, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existem diferenças a registar, nomeadamente um acréscimo do número de alunos em todos os níveis de ensino. Deve assinalar-se que o acréscimo que potencialmente irá ocorrer no 1.º e 3.º ciclo e no pré-escolar (em termos globais) deverá merecer uma atenção especial e capacidade de adaptação da rede, nos próximos anos.

Ciclos	2020/2021 (Público)	2031		Variação 2020/2021-2031	
		Cenário tendencial	Cenário alternativo voluntarista	Cenário tendencial	Cenário alternativo voluntarista
Pré-escolar*	434	451	523	3,9	20,6
1º Ciclo	610	585	679	-4,1	11,3
2º Ciclo	332	335	362	0,9	8,9
3º Ciclo	480	502	542	4,5	12,9
Secundário	285	403	435	41,3	52,5
Total	2141	2275	2541	6,3	18,7

TABELA 48: REDE PÚBLICA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)

Fonte: Equipa Técnica (2022) * inclui a rede privada/solidária

5. Estratégia de intervenção

5.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

5.1.1. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas, e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

5.1.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

No Concelho de Sines, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção no Alentejo Litoral, na periferia imediata da Área Metropolitana de Lisboa/Península de Setúbal e dos eixos de ligação Lisboa-Algarve, e de assumir cada vez mais como um importante polo industrial e logístico. Esta situação, este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas, pressões demográficas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- A previsível pressão demográfica e ganho potencial de efetivos nas primeiras classes da pirâmide etária. O acréscimo demográfico perspectivado para os próximos anos é impactante na procura escolar pelos estabelecimentos existentes;
- A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;

- A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego;
- A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacte nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar).

5.1.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa de Sines se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo) se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;
- O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

5.2.1. VISÃO ESTRATÉGICA

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho de Sines, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho de Sines;
- Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala intermunicipal, que reforcem a atratividade sub-regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multi-escalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais ao Alentejo Litoral.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho de Sines, sintetizada na mensagem:

Um Concelho social e territorialmente coeso, que dispõe de uma rede escolar qualificada, adaptada às necessidades atuais e futuras e que garante uma resposta adequada aos novos desafios do ensino e das aprendizagens.

5.2.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Sines, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho de Sines). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal e sub-regional assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação do Agrupamento de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho de Sines.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;
- racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;

- facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, incluindo à escala sub-regional.

A escola-sede de Agrupamento (Escola Básica Vasco da Gama) e a Escola Secundária Poeta Al Berto, nucleares nesta perspetiva, devem congregiar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Carta Educativa de Sines constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Carta Educativa:

- Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram o Agrupamento e Escola Secundária, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes (incluindo à escala sub-regional) e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Escola do século XXI: uma escola mais sustentável

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO² e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos. As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis vinham sendo lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal de Sines tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais maiores consumidores. A requalificação e modernização do parque escolar, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas continua a ser uma prioridade.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética, e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético. Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem. Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, seja porque ampliam o sentido de educação/aprendizagem, seja porque existe um novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos (potenciado pelo contexto pandémico), seja pela influência no desempenho dos alunos e da gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento e de relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Considerando-se um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, a inserção das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais, ...) deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos, utilizando-se de maneira adequada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet, ...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas de Sines e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no hardware e software (recursos das TIC) passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, progressivamente tem vindo a gerar uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva, da própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio.

Os períodos de recreio têm de ter equipamentos que não sejam padronizados ou aborrecidos, têm de ser desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de equipamentos lúdico-desportivos na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

6. Programa de Ação

6.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a adequação do parque escolar instalado, face à procura existente, na presente data, mas potencialmente insuficiente face às perspetivas de evolução da procura escolar, tornando-se urgente a construção de um novo centro escolar para dar resposta às necessidades previstas. Por outro lado, demonstrou-se da existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública. Finalmente, a crescente aposta na prossecução de projetos e métodos de aprendizagem diferenciadores e inovadores, que o Município tem desenvolvido, em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas e a Escola Secundária, impõem novas condições para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública. Acresce a necessidade de consolidar as condições de ensino e ampliar as dinâmicas de aprendizagem nas Escolas Profissionais e Artística.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa de 2ª geração, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhe outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social (integração de migrantes) e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja sub-regional.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras “da Educação” e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município, importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confirmem suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 4 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos;
- Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

6.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/ núcleo escolar, promovendo/ consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos e da incapacidade de resposta do parque instalado aos métodos e projetos de aprendizagem em curso no Concelho, inovadores e diferenciadores. Acresce a

necessidade de antecipar potenciais disfunções e desadequação da rede face às perspetivas de desenvolvimento em curso, com impacte significativo na atração e fixação de jovens casais e, consequentemente, na procura escolar nos próximos anos.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam quatro linhas de atuação fundamentais:

- Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: ensino profissional;
- Medida 1.3. Programa de modernização e manutenção do parque escolar;
- Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio;
- Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar.

Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos (todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância).

Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no concelho de Sines, ainda não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos) e perspetiva-se um importante acréscimo de procura (que também não terá resposta na oferta solidária/privada existente), pelo que a ampliação do número de salas é determinante.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espaços escolares. Em parte, a presença da rede privada e da rede solidária na procura pela educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar a possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente:

- Construção do Centro Escolar de Sines, contemplando 4 salas para JI e 8 salas para 1.º ciclo.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Centro Escolar de Sines					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:		Ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico			
Localização:		Sines			
Promotores:		Câmara Municipal de Sines			
Tipologia:		Criação de um novo estabelecimento (4 salas JI e 8 salas 1.º Ciclo)			
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em evitar no curto prazo uma disfunção/desadequação da rede, face à incapacidade da rede atual (pública e solidária) responder ao acréscimo de população a escolarizar, que se perspetiva para os próximos anos. Neste quadro, não implicará o encerramento de qualquer dos estabelecimentos existentes. Assim, pretende-se com a presente ação criar um centro escolar em Sines, com 4 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Sines e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, gerando as melhores condições para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um novo equipamento (4 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo), de raiz, em Sines, cuja características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escola local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e AEC) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores envolver-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2027
	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.500		

TABELA 49: FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DE SINES

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Ainda do ponto de vista da rede de oferta pedagógica não se deve descurar a necessidade potencial de instalação, em Sines, de uma Escola Internacional. Ainda que por princípio seja um investimento privado não deve ficar excluída a oportunidade de financiamento público, existindo atualmente intenções de investimento. Por outro lado, a execução neste território de novos investimentos, que exigem quadros altamente qualificados, poderá contribuir para justificar e operacionalizar de forma mais célere essa pretensão/necessidade.

Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: ensino profissional

A densa oferta de ensino profissional existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte significativa dos alunos que concluem o 9º ano em escolas de Sines e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional.

Para além da importância de desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades e escolas, garantindo a complementaridade e diversidade de ofertas, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expectativas e anseios dos jovens, é fundamental reforçar as condições e a qualificação de alguns estabelecimentos.

A construção de um novo equipamento para a ETLA - Escola Tecnológica do Alentejo Litoral é, neste quadro, de extrema importância. Conforme expresso na Revisão da Carta Educativa de 2019, a mudança de instalações da escola, motivada por necessidades da Repsol em recuperar as instalações cedidas, deverá ser feita através da construção de raiz de uma nova ETLA. Este novo equipamento, em local a definir, deverá contemplar 15 salas de componente letiva, 5 laboratórios de informática, 2 laboratórios de química, 5 oficinas, ginásio, campo de jogos, balneários, refeitório, sala de convívio, assim como instalações próprias para garantir o normal funcionamento dos serviços. O custo estimado será de 4,5 milhões de euros (incluindo apetrechamento).

Independentemente da fonte de financiamento a recorrer (à data, não possui elegibilidade no Programa Regional Alentejo 2030), afigura-se determinante a sua execução no curto/médio prazo.

Medida 1.3. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar

Deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras. Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Todos os níveis de ensino
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Sines
Tipologia:	Requalificação e modernização
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar ao ensino secundário e a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.	

DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à melhoria das infraestruturas e intervenções de reabilitação do edificado. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se: • Requalificação da Escola Secundária Al Berto, nomeadamente em termos de cobertura, paredes, caixilharias e revestimentos de pavimento interior e exterior. Atualmente, a qualidade do equipamento é impactante nas aprendizagens desenvolvidas e no sucesso educativo; • Requalificação da EB Vasco da Gama, nomeadamente em termos de cobertura, paredes e revestimentos de pavimento. Atualmente, a qualidade do equipamento é bastante prejudicial/impactante nas aprendizagens desenvolvidas e no sucesso educativo; • Requalificação da EB/JI N.º1 e N.º3, nomeadamente em termos de cobertura e tetos e ainda paredes exteriores Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2027
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.000		

TABELA 50: FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.4. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio

A necessidade de requalificação dos espaços exteriores em algumas escolas, com poucas condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, foi uma das principais dimensões de prioridade assumidas pela Diretora do Agrupamento de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” é determinante.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Todos os níveis de ensino
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Sines
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio					
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e de estado do perímetro escolar, sobretudo reforçando a condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios, parques infantis e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se na: • Requalificação dos espaços exteriores, na EB/JI n.º1 de Sines e na EB Vasco da Gama; • Requalificação/modernização das infraestruturas desportivas na EB Vasco da Gama - Pavilhão e Ginásio em toda a sua estrutura, paredes, revestimentos, tetos, balneários e ainda do campo desportivo exterior, com a substituição de todo o piso e colocação de novos equipamentos desportivos (tabelas, balizas, pista de atletismos,.... • Requalificação/modernização das infraestruturas desportivas na ES Poeta Al Berto (pavilhão e balneários).					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2027
X	X				
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			1.600		

TABELA 51: FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis). A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente naqueles onde as condições de conforto térmico são mais débeis e

onde a eficiência energética é menor (com impacto significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético) em muitas escolas. Não foram adotadas quaisquer medidas específicas de aumento da eficiência nos últimos anos o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas dos estabelecimentos escolares, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:		Todos os níveis de ensino			
Localização:		Diversos estabelecimentos escolares			
Promotores:		Câmara Municipal de Sines			
Tipologia:		Eficiência Energética			
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos. As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, apontando-se para que na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas “ETICS”, intervenção nas clarabóias e AVAC Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, substituição do AVAC, nomeadamente na: - Escola Básica Vasco da Gama; - Escola Secundária Poeta Al Berto.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2027
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			800		

TABELA 52: FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR

Fonte: Equipa Técnica (2022)

6.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem

O diagnóstico revelou constrangimentos, nomeadamente a conservação deficiente de algum edificado, condicionadora da sua atratividade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, não obstante não sejam preocupantes os níveis de insucesso escolar, a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração das comunidades residentes/migrantes é cada vez mais determinante. Assim, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das estratégias de ensino / aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação das atividades de complemento curricular (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento por exemplo, de atividades de complemento curricular como expressão artística, ciências, línguas, entre outros.

A atualização e modernização dos laboratórios, a criação de salas de multusos, a criação de centros de ciências experimentais, contemplando laboratórios /espaços para a ciência, espaços e respetiva apetrechamento afeto às tecnologias (Laboratórios para Tecnologias) são dimensões centrais no processo de melhoria das condições e diferenciação das aprendizagens que devem merecer uma atenção especial.

Por outro lado, a oferta profissional deverá ser reforçada, melhorando a sua qualidade e diferenciação, indo ao encontro dos interesses dos alunos, mas também das necessidades da base económica local. A criação de novas áreas de especialização, a complementaridade e estreita articulação entre as entidades gestoras/escolas, é determinante para esta estratégia de diferenciação e afirmação concelhia.

Esta estratégia materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem e fomentar as ciências experimentais, as artes e as novas tecnologias);
- Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- Reforçar a formação e qualificação superior no Município, estabelecendo parcerias com instituições de ensino superior;
- Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola Secundária Poeta Al Berto, nomeadamente em termos de consolidação dos cursos de artes e socioeconómicas, mas sobretudo através do reforço da oferta profissional.

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário (Escola Básica Vasco da Gama e Escola Secundária Poeta Al Berto), deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

Neste quadro é igualmente muito relevante a continuidade da integração do AE de Sines na medida TEIP. Os resultados alcançados, bastante positivos, e que se esperam consolidar, e a crescente necessidade de promover a integração de população migrante, com os desafios inerentes a este objetivo (desempenho escolar, socialização, inclusão social,...), atestam da importância de se assegurar a manutenção da inclusão do AE de Sines na Medida TEIP.

Numa outra dimensão, releva a assinatura de um acordo entre o Município e o Instituto Politécnico de Setúbal, na presença da Ministra da Coesão, do Ministro do Ensino Superior e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, para a instalação em Sines de uma Escola Superior, projeto que está em desenvolvimento e que é fundamental para Sines e para o Alentejo Litoral. Complementarmente, existe já a garantia de financiamento de uma residência de estudantes com 40 camas, no âmbito do PRR, e cujo concurso de empreitada será lançado em breve.

Acresce o papel diferenciador de integração/inclusão e elevador social que a Escola deve desempenhar. Dadas as dificuldades económicas e as situações laborais precárias existentes (muitas mães a trabalhar na restauração, muitas horas, estando ausentes do lar deixam as famílias “desprotegidas”). Será necessário encontrar soluções que permitam reforçar a dinâmica de apoio social.

Merece também destaque a necessidade de criar uma plataforma de promoção e articulação do Ensino Profissional Local. Assim, continua pertinente a ação prevista na Carta Educativa de abril de 2019, cuja descrição previa:

Manter a plataforma de promoção e articulação das ofertas de ensino profissional atualizada, sendo uma prioridade no concelho de Sines, com objetivos e âmbitos e atuação segundo várias vertentes. Numa vertente, funciona como um fórum, congregando as diversas entidades e instituições com ofertas de ensino profissional, que permita obstar aos problemas identificados (como a sobreposição de ofertas, de falta de complementaridade entre os cursos e áreas e ainda cursos/áreas que ficarão por explorar), desenvolvendo fórmulas de articulação, e até de partilha de recursos entre as várias entidades e escolas, de modo a que a oferta de cursos profissionais no concelho seja complementar e diversificada. Numa segunda vertente, e juntando às anteriores outros agentes económicos/sociais (como empresas e Associações), a plataforma poderá também funcionar como um observatório do mercado de trabalho local, numa perspetiva de perceber quais as reais necessidades do mercado e como a oferta formativa se deverá adaptar a essas necessidades, mas também às expectativas e perfis dos jovens. Complementarmente, este fórum deve permitir aos agentes económicos/sociais ajudarem a configurar as ofertas educativas, bem como promover fórmulas de colaboração entre escolas e agentes económicos/sociais, nomeadamente no que respeita ao acolhimento de estagiários e participação nas atividades letivas/formativas. Numa terceira vertente, esta estrutura tem como missão promover ações regulares de divulgação e apresentação da oferta formativa existente no concelho, bem como das atividades da plataforma. Entre outras, as seguintes iniciativas poderiam ser promovidas:

▮ *Kit de acesso ao Ensino Profissional: disponibilização de um kit (com material em suporte físico ou digital) através do qual seja possível conhecer com detalhe a oferta de ensino profissional e vocacional, bem como das oportunidades de estágios que cada curso disponibiliza.*

▮ *Montra ou “Open day” do Ensino Profissional integrada na Informa: organização de um dia dedicada à discussão das oportunidades que o ensino profissional pode proporcionar, passando pela apresentação da oferta formativa, ao envolvimento de empresas-chave e ainda à apresentação de testemunhos de antigos alunos, por exemplo.*

▮ *Atualização da plataforma digital que permite agregar a procura e a oferta de empregos e estágios no concelho e região, divulgando à comunidade, a informação. Por um lado, as empresas locais podem anunciar ofertas de trabalho e vagas para estágios profissionais e, por outro, os alunos do concelho podem encontrar um local para iniciar a sua vida laboral.*

Era também previsto uma outra ação relevante, que foi novamente enfatizada nas entrevistas realizadas junto de alguns *stakeholders*: Programa de Capacitação do Corpo de Assistentes Operacionais. Os assistentes operacionais, enquanto profissionais que estão na primeira linha de contacto com os alunos, têm um papel importante na gestão da sociabilização e do comportamento dos alunos dentro do recinto escolar. Daí que a sua formação seja essencial para um melhor desempenho das suas funções, prevendo-se assim implementar um conjunto de ações formativas visando a sua capacitação para o efeito.

Importa ainda fomentar o desenvolvimento de iniciativas para promover a convergência entre o Agrupamento de Escolas de Sines, a Escola Secundária Poeta Al Berto, CENFIM e ETLA. A partilha de informação, de recursos pedagógicos, de experiências e boas práticas, bem como a realização de eventos e projetos conjuntos são determinantes para assegurar trajetos escolares integrados, a qualificação das ofertas e o sucesso educativo dos alunos.

Finalmente, assinala-se que compete ao Município, para além de assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico e secundário às necessidades atuais e à procura no concelho de Sines, assegurar as ofertas educativas disponíveis, para ir ao encontro das necessidades da procura efetiva no município em matéria de educação e formação, assegurando a adequação, racionalização e complementaridade das ofertas educativas e formativas e o desenvolvimento das mesmas, bem como garantir uma rede de oferta para a aprendizagem ao longo da vida, reforçando as qualificações dos recursos humanos.

Melhorar os níveis de educação e formação, apostar num ensino de qualidade, potenciar os meios e recursos disponíveis no concelho, concertando com os municípios vizinhos, procurando sinergias e a rentabilização dos espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativos, são prioridades que estabelecemos para o nosso concelho. A par da aposta na capacidade pedagógica dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos que integram as diferentes Escolas/Agrupamento, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos e o reforço do ensino profissional e da formação de recursos humanos, ao longo da vida, adequada e ajustada ao mercado de trabalho. Garantindo, como dimensão central de coesão social, o acesso de todos à educação e à formação.

E sendo Sines, uma porta para a Europa e o Mundo, pelas condições do território em vários sectores, como a indústria e o porto de Sines, pretendemos reforçar a projeção do Município, no território nacional e internacional, através de uma oferta diferenciadora e especializada, que se quer geradora de recursos humanos altamente qualificados e competentes.

Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação inclusiva, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio à aprendizagem – Educação Inclusiva

No âmbito da Educação Inclusiva, é objetivo do município e de todos as instituições de educação e ensino do concelho, trabalhar para uma Escola Inclusiva, onde todos os alunos, sem exceção, sejam valorizados, respeitados e desafiados a desenvolver o seu potencial, a adquirir aprendizagens significativas e competências que lhes permita, também, serem proativos na sociedade, serem capazes de conviver com e na diversidade.

Serão desenvolvidos esforços para promover a apropriação da importância do desenvolvimento do aluno na perspetiva da Educação Integral e Inclusiva pela comunidade. É premente que se promova a apropriação e valorização de uma Escola verdadeiramente inclusiva, centrando o planeamento educativo no aluno e no seu sucesso integral, promovendo a equidade e a garantindo o os apoios e os recursos necessários, para a concretização do potencial de aprendizagem e desenvolvimento de cada aluno.

Reforçar o apetrechamento dos CAA para alunos que beneficiam de medidas de apoio à aprendizagem de forma a elevar a qualidade e a disponibilizar as melhores condições às crianças e alunos, promovendo a sua integração e aprendizagem, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro alguns equipamentos escolares, apesar de possuírem CAA, devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos (dotar as salas de outros equipamentos e mobiliário, para apender a fazer).

Integrar práticas pedagógicas inclusivas centradas nos alunos, será a prioridade, desenvolver oportunidades de aprendizagem e a participação ativa de todos os alunos, a par da promoção de ambientes de aprendizagem inclusivos, onde o clima de aula, seja positivo e promotor de respeito, bem-estar e empatia, reconhecendo que cada aluno aprende de modo único e singular.

Em simultâneo, deverá apostar-se na capacitação de todos os agentes educativos, bem como no acompanhamento e consequente monitorização de práticas inclusivas, promovendo e valorizando as mesmas.

Por fim, valorizar e cimentar o trabalho verdadeiramente colaborativo, entre todos os agentes e entidades (stakeholders) envolvidas nesta área, é condição sine qua non, para se promover uma Educação verdadeiramente inclusiva, onde todos trabalham com o mesmo sentido, criando sinergias, em prol de uma educação integral e humanista e inclusiva.

Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Na EB Vasco da Gama há, sobretudo, que as salas de melhores e mais diversificados equipamentos. Na Escola Secundária as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências e das tecnologias (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática).

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação de centros de recursos, incluindo bibliotecas e salas de informática).

Também a criação de Laboratórios de Aprendizagem deve ser equacionada em todos estabelecimentos. Estes espaços educativos deverão estar equipados com material tecnológico de última geração, incluindo painéis tácteis de grandes dimensões que funcionam como o “cérebro” da sala, podendo ficheiros, fotografias, vídeos e utilizar o mais moderno e atual software educativo. As metodologias a desenvolver deverão contribuir para que alunos sejam o ator principal/o protagonista do processo de ensino e aprendizagem, criando estratégias de aprendizagem mais amigas da tecnologia e aproximando as salas e as aulas do que é o gosto, expectativa e quotidiano dos jovens do século XXI.

Por outro lado, a dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático atualizado (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, incluindo múltiplas tomadas em todas as salas, de cobertura e velocidade de internet, ...).

6.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Medida III.1 Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas

É consensual que a rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação.

O número desadequado de recursos humanos, não docentes, pode ser bastante impactante na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos. Assim, a aposta na melhoria das condições oferecidas passa, em parte, pela disponibilidade de um maior número de recursos humanos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos. A criação de uma bolsa municipal (centralização dos recursos), permitirá uma adequação regular às necessidades das escolas, quer sejam elas permanente quer sejam de carácter temporário.

Medida III.2 Criação de residências de docentes

A criação de duas residências de docentes no Alentejo Litoral com o objetivo de criar condições para apoiar os profissionais que precisam de alojamento temporário, durante o tempo de serviço na região, poderá contribuir para diluir a dificuldade de contratação em algumas áreas disciplinares.

Por outro lado, dada a contratação de professores por via de horários incompletos o que, em junção com as dificuldades de mobilidade e de alojamento, acarreta problemas ao nível da elevada rotatividade entre docentes e prejudica a continuidade dos projetos escolares, poderá ser obviado com a criação de residências de docentes e consequente redução dos custos com alojamento, que impede muitos professores de aceitar os horários.

Assim, deverá ser ponderada a construção de duas residências de docentes no território do Alentejo Litoral. Em processo de concertação entre os diversos Municípios, deverá ser equacionada a viabilidade e oportunidade de criação destas duas estruturas e a seleção da sua localização, de modo a otimizar distâncias e aproveitar equipamentos/edifícios potencialmente disponíveis para esse fim.

6.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR

Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Destaque para a necessidade de criar alguns espaços, nomeadamente na Escola Secundária Poeta Al Berto (modernização/qualificação da sala polivalente), melhor adaptados, com boas condições de conforto, que estimule a vinda da comunidade às escolas. Estes espaços são fundamentais para disponibilizar novas valências, acolher iniciativas com maior dimensão (espaços dignos e atrativos, por exemplo para desenvolver atividades culturais).

6.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1.º ciclo	2.500
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: ensino profissional	4.500
	Medida 1.3. Programa de modernização e manutenção do parque escolar	2.000
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	1.600
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar	800
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	300
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação inclusiva, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio	200
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	500
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1. Criação de bolsa municipal de recursos humanos	-
	Medida III.2. Criação de residência de docentes	1.000
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	100
Total de investimento (estimativa)		13.500

TABELA 53: SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Conforme referenciado anteriormente, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Sines e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

7. Modelo de monitorização, avaliação e disseminação

7.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município Sines (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2032/2033, 10 anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mutações aceleradas observadas na Sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Sines (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo do Diretor de Agrupamento e da Escola Secundária e da autarquia é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município e Agrupamentos de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para

que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais”.

7.2. ÂMBITO

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a “durabilidade” da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

7.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Trata-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Sines deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Sines, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

7.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A implementação da Carta Educativa de Sines (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de outputs, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação da Divisão de Desenvolvimento Social/ Unidade de Educação e Juventude (DDS/UEJ), enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita,

posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa de Sines, serão carregados diretamente pela DDS/UEJ, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pela DDS/UEJ e a preencher e disponibilizar pelo Diretor de Agrupamento e da Escola Secundária, ...). As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pela DDS/UEJ).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DDS/UEJ defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DDS/UEJ, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DDS/UEJ e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Sines deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
- População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística - Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo - Taxa bruta de natalidade - Saldo natural e saldo migratório - População imigrante	Anual	DDS/UEJ (parceria/protocolo com o INE)
Número de desempregados inscritos no centro de emprego	Semestral	DDS/UEJ (parceria/protocolo com o IEFP)
- Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento - Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento - Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento - Alunos residentes em Sines inscritos, por escola e agrupamento - Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento - Salas de atividade ocupadas (com turma) - Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento - Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento	Anual	DDS/UEJ / Agrupamentos de Escolas

TABELA 54: INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

Fonte: Equipa Técnica (2022)

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (JI/1.º ciclo)	2	Anual	DDS/UEJ
	N.º de salas criadas (JI e 1.º ciclo)	6	Anual	DDS/UEJ
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2.º, 3.º ciclo e secundário)	2	Anual	DDS/UEJ
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos modernizados/requalificados (2.º, 3.º ciclo e secundário)	3	Anual	DDS/UEJ
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (2.º, 3.º ciclo e secundário)	2	Anual	DDS/UEJ
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções (espaços de educação especial)	2	Anual	DDS/UEJ
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	N.º de intervenções executadas	2	Anual	DDS/UEJ
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (salas polivalentes/salas de alunos)	2	Anual	DDS/UEJ

TABELA 55: INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/ DDS/UEJ e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela DDS/UEJ com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a DDS/UEJ deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a DDS/UEJ deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a DDS/UEJ, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, flyers, website, newsletters online.

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma Apresentação	de	Regularidade
Boletim de Monitorização	— Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública;	Em papel. disponibilizar instalações	A nas do	Anual

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma Apresentação de	Regularidade
	Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.	Município/ DDS/UEJ e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	
Brochuras e Flyers	- Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; - Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos.		Anual
Website CMAS	- Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; - Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa.	Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral
Newsletters online	- Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; - Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.		Semestral

TABELA 56: FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE

Fonte: Equipa Técnica (2022)

8. Bibliografia/Webgrafia

Documentação europeia e nacional

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Conselho europeu, de março de 2001
- Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação
- Estratégia Europa 2020
- Estratégia Portugal 2030
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- EUROSTAT
- Guião para a elaboração das Cartas Educativas, DGEEC, DGEstE; IGeFE, maio de 2021
- Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020
- Modelos de Monitorização, Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010
- Plano de Ação “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2008 e 2018
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020
- Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030
- Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023
- Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026
- Programa Aproximar Educação, 2015
- Projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Sines
- Plano Diretor Municipal de Sines
- Resolução das Nações Unidas “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, 2015
- A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; José Ribeiro da Silva, 2016
- A comunicação no processo de ensino aprendizagem. Patrícia Carvalho, 2014
- Carta Educativa de Sines, 2019

Legislação

- 1976: Constituição da República Portuguesa, Decreto de 10 de abril de 1976
- 1986: Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- 1997: Lei n.º 5/97, Diário da República n.º 34/1997, Série I-A de 1997-02-10, Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, que estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro
- 1999: Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais
- 2003: Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais
- 2012: Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário com redação alterada através do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho
- 2013: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Norma revogatória do artigo 3.º, não altera o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação
- 2015: Portaria n.º 644-A/2015, Diário da República n.º 164/2015, 3º Suplemento, Série II de 2015-08-24, Define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC))
- 2018: Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
- 2018: DL 54/2018, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, estabelece o regime jurídico da educação inclusiva
- 2018: DL55/2018, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens
- 2019: Decreto-Lei n.º 21/2019, Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30, Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - Artigo 12.º
- 2022: Portaria n.º 303/2022, Diário da República n.º 245/2022, Série I de 2022-12-22, identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022-2023

Instrumentos de planeamento

- PROT Alentejo – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, 2009

Websites

<http://www.dgeec.medu.pt>

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en

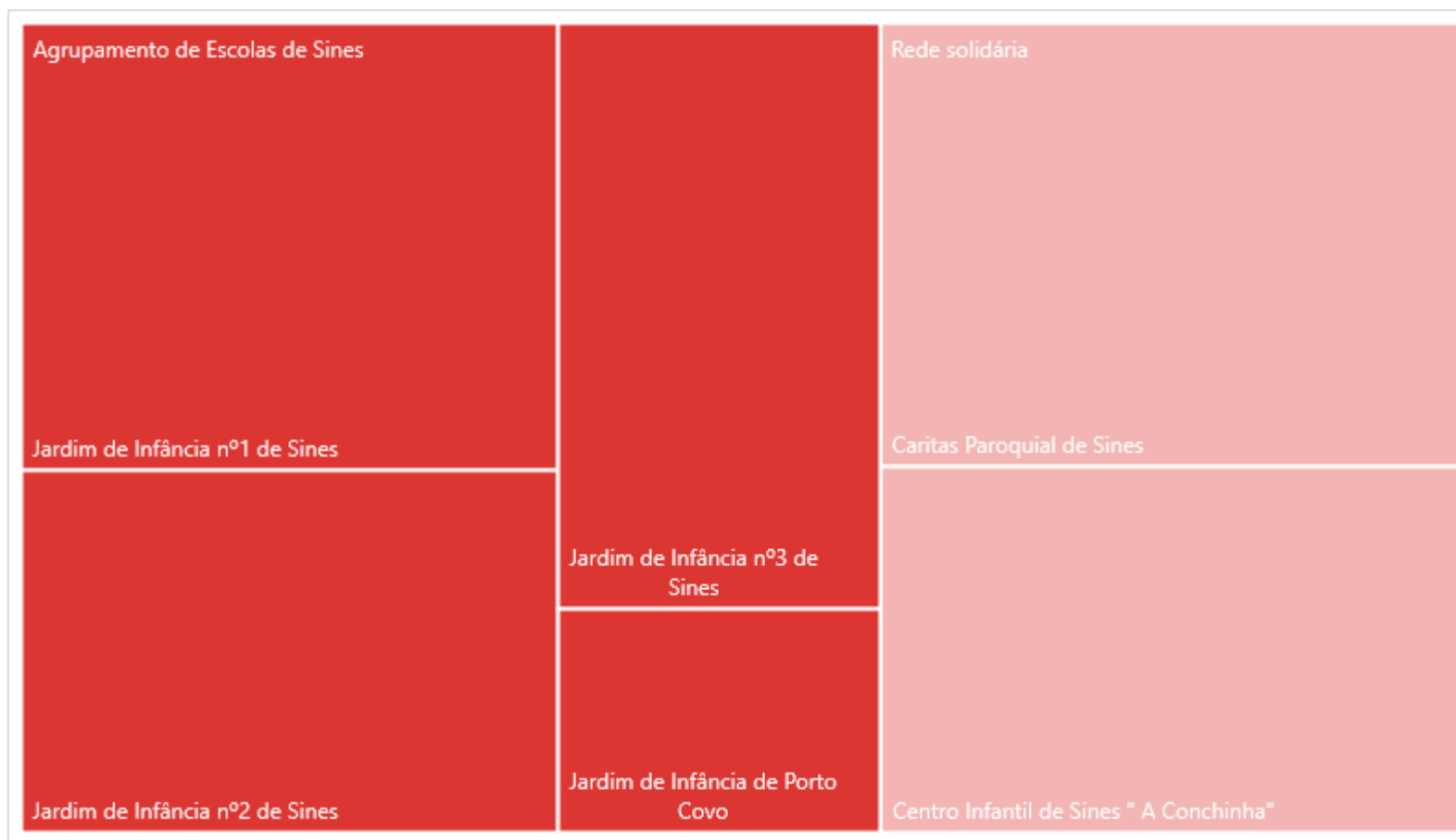
<https://infocursos.medu.pt/>

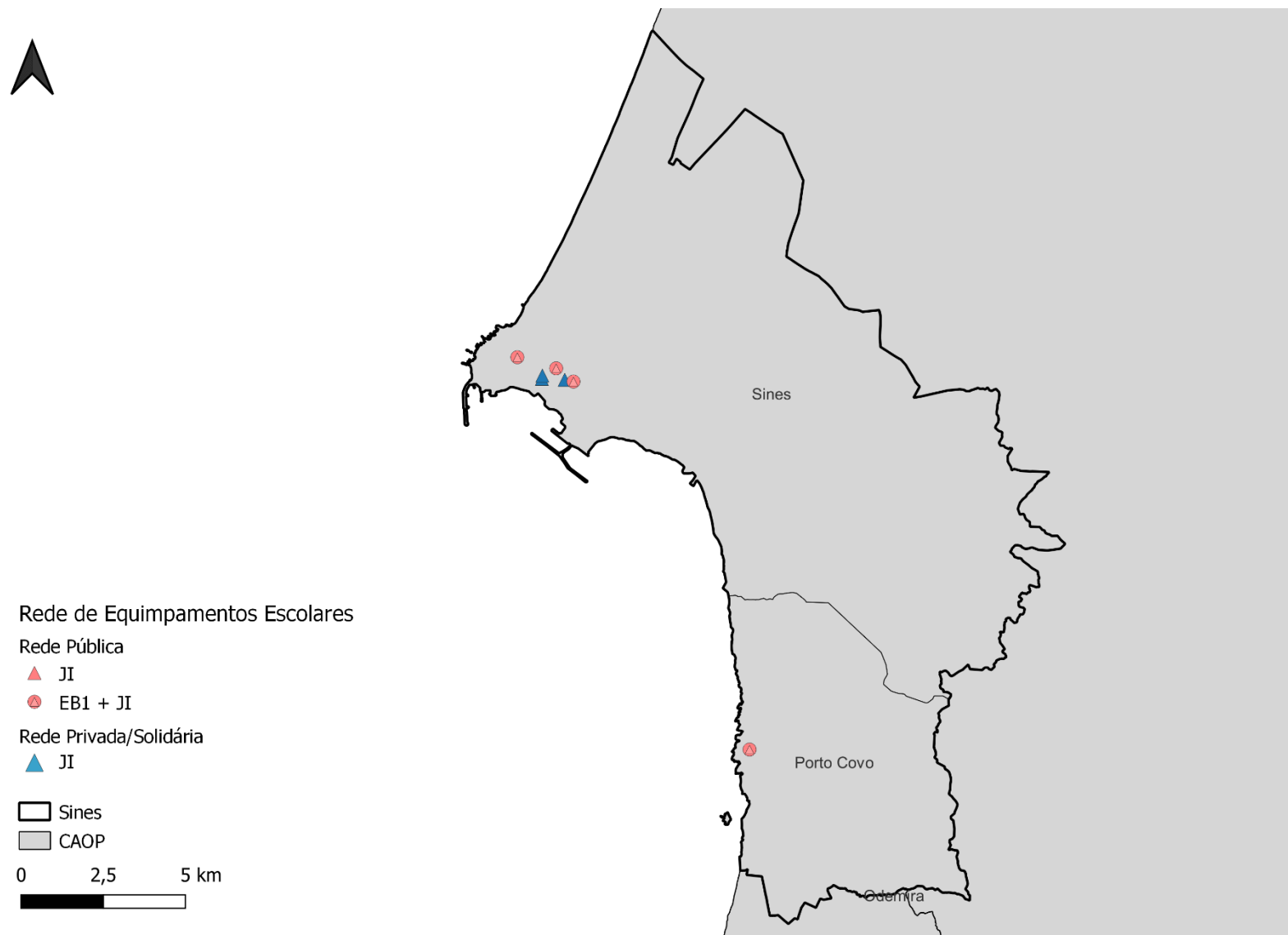
Informação quantitativa (fontes)

- Carta Social do MTSSS: indicadores da rede privada e solidária de pré-escolar
- Câmara Municipal de Sines
- Instituto Nacional de Estatística: indicadores demográficos, sociais e educativos
- Inquérito a todos os estabelecimentos educativos da rede pública
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): indicadores para a educação e formação

Anexos

PRÉ-ESCOLAR





Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Sines	Estabelecimento de Ensino	Jardim de Infância da Escola Básica n.º 1 de Sines	Freguesia	Sines		
Agrupamento de Escolas de Sines Jardim de Infância nº1 de Sines Jardim de Infância nº2 de Sines Jardim de Infância nº3 de Sines Jardim de Infância de Porto Covo Rede solidária Caritas Paroquial de Sines Centro Infantil de Sines " A Conchinha" Centro Infantil de Sines " A Conchinha" Caritas Paroquial de Sines Jardim de Infância nº3 de Sines Jardim de Infância de Porto Covo Jardim de Infância nº2 de Sines Jardim de Infância nº1 de Sines Rede solidária Agrupamento de Escolas de Sines 9,2 -5,5 5,0 -20,0 66,7 1,3 % 80,0 60,0 40,0 20,0 0,0 -20,0 -40,0							
Número de alunos, em 2020/2021			Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021				
CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	2011	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Deficiente	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	4	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	4
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	79	2019/2020	80	2020/2021	80	Residentes no concelho (2020/2021)	80
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			40	Depois da Componente Letiva (N.º)			50
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ⁵	4			Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Sim	
Educação bilingue de alunos surdos	Não			Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita			Sim	
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não			Intervenção Precoce na Infância			Sim	

Unidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	65	71	71
Caritas Paroquial de Sines	91	90	86
Jardim de Infância nº3 de Sines	60	59	63
Jardim de Infância de Porto Covo	30	31	24
Jardim de Infância nº2 de Sines	39	63	65
Jardim de Infância nº1 de Sines	79	80	80

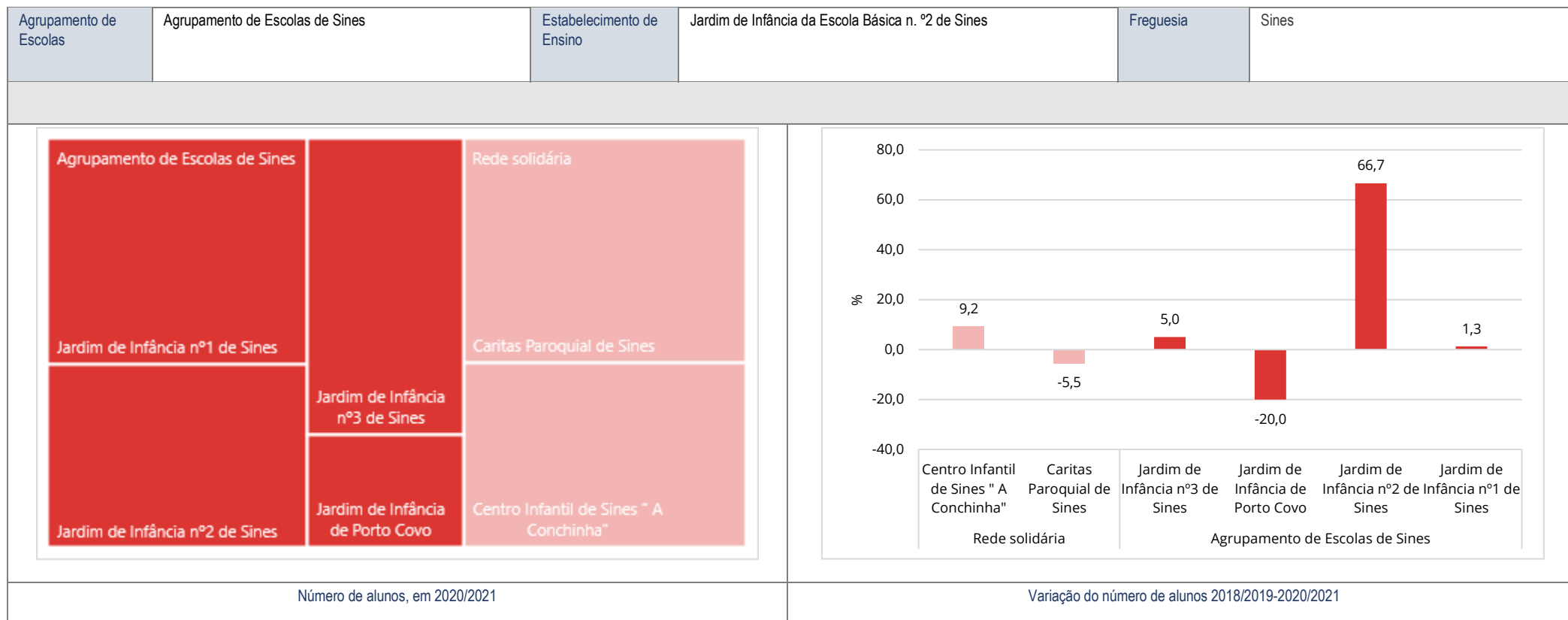
■ 2018/2019 ■ 2019/2020 ■ 2020/2021

Rede solidária: Centro Infantil de Sines "A Conchinha", Caritas Paroquial de Sines
Agrupamento de Escolas de Sines: Jardim de Infância nº3 de Sines, Jardim de Infância de Porto Covo, Jardim de Infância nº2 de Sines, Jardim de Infância nº1 de Sines

RECURSOS HUMANOS								
Educadores de Infância (Quadro)	4	Assistentes Técnicos (Quadro)	4	Assistentes Operacionais (Quadro)	5	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0	
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	1	

⁵ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolverte			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral		Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Pedonais		Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Razoável		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos		Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Deficiente
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Deficiente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom	
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Bom	
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Deficiente	
	Recreio Coberto	Razoável		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável	
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom	
	Parque Infantil	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom	
				Esgotos	Bom			
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	-							
Espaços Exteriores	-							
Comentários Adicionais	-							



CARACTERIZAÇÃO GERAL

Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1984	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2020	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2021
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	1	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	3
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	39	2019/2020	63	2020/2021	65	Residentes no concelho (2020/2021)	65
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			42	Depois da Componente Letiva (N.º)			42
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ⁶	2			Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Sim	
Educação bilingue de alunos surdos	Não			Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita			Não	
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não			Intervenção Precoce na Infância			Sim	

Unidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	65	71	71
Caritas Paroquial de Sines	91	90	86
Jardim de Infância n.º3 de Sines	60	59	63
Jardim de Infância de Porto Covo	30	31	24
Jardim de Infância n.º2 de Sines	39	63	65
Jardim de Infância n.º1 de Sines	79	80	80

■ 2018/2019
 ■ 2019/2020
 ■ 2020/2021

Rede solidária: Centro Infantil de Sines "A Conchinha", Caritas Paroquial de Sines
 Agrupamento de Escolas de Sines: Jardim de Infância n.º3 de Sines, Jardim de Infância de Porto Covo, Jardim de Infância n.º2 de Sines, Jardim de Infância n.º1 de Sines

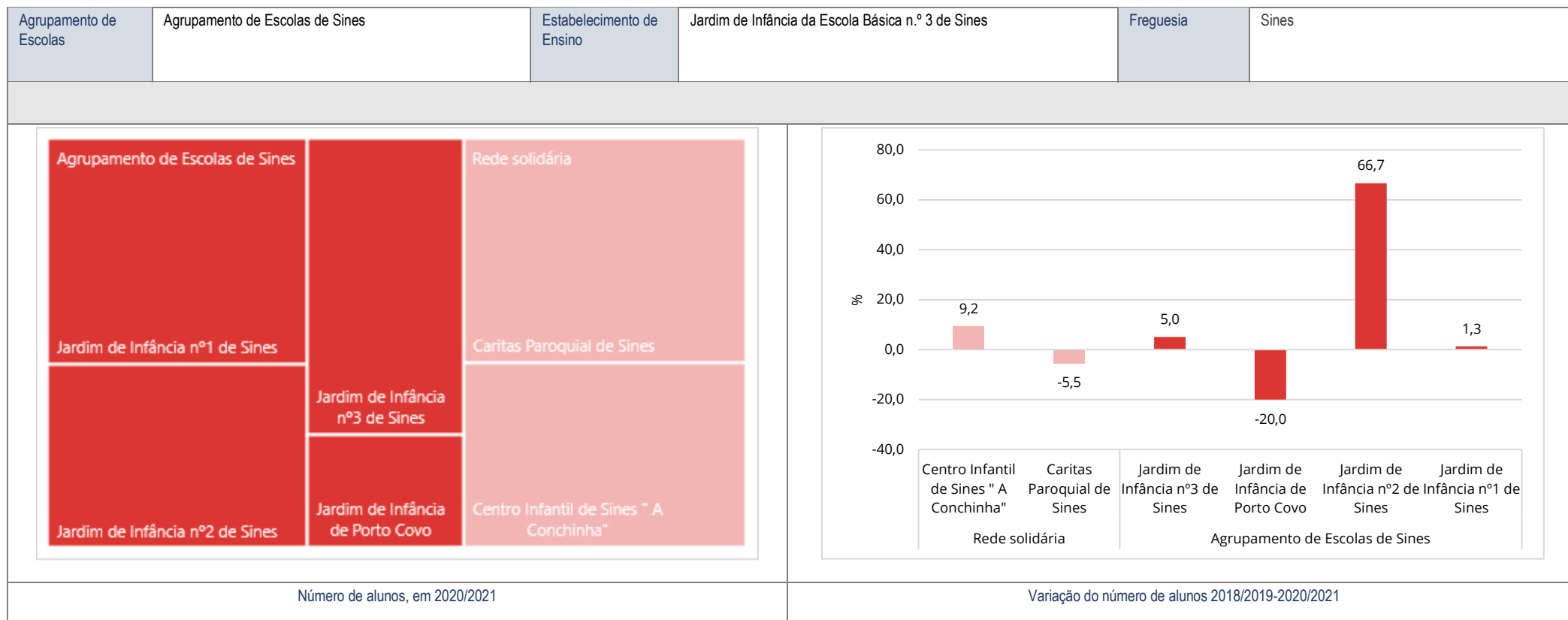
RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	3	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	7	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

⁶ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolvente			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral		Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Bom
	Pedonais		Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos		Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom	
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Bom	
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom	
	Recreio Coberto	Bom		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom	
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom	
	Parque Infantil	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom	
	Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Esgotos	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
		Bom						
	PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	-							
Espaços Exteriores	-							
Comentários Adicionais	-							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------



CARACTERIZAÇÃO GERAL

Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	2009	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2009	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	3	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	3
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS									
N.º de crianças	2018/2019	60	2019/2020	59	2020/2021	63	Residentes no concelho (2020/2021)	63	
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			60	Depois da Componente Letiva (N.º)			60	
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ⁷	4			Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Sim	
Educação bilingue de alunos surdos	Não			Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Sim	
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não			Intervenção Precoce na Infância				Sim	

Unidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	65	71	71
Caritas Paroquial de Sines	91	90	86
Jardim de Infância nº3 de Sines	60	59	63
Jardim de Infância de Porto Covo	30	31	24
Jardim de Infância nº2 de Sines	39	63	65
Jardim de Infância nº1 de Sines	79	80	80

■ 2018/2019
 ■ 2019/2020
 ■ 2020/2021

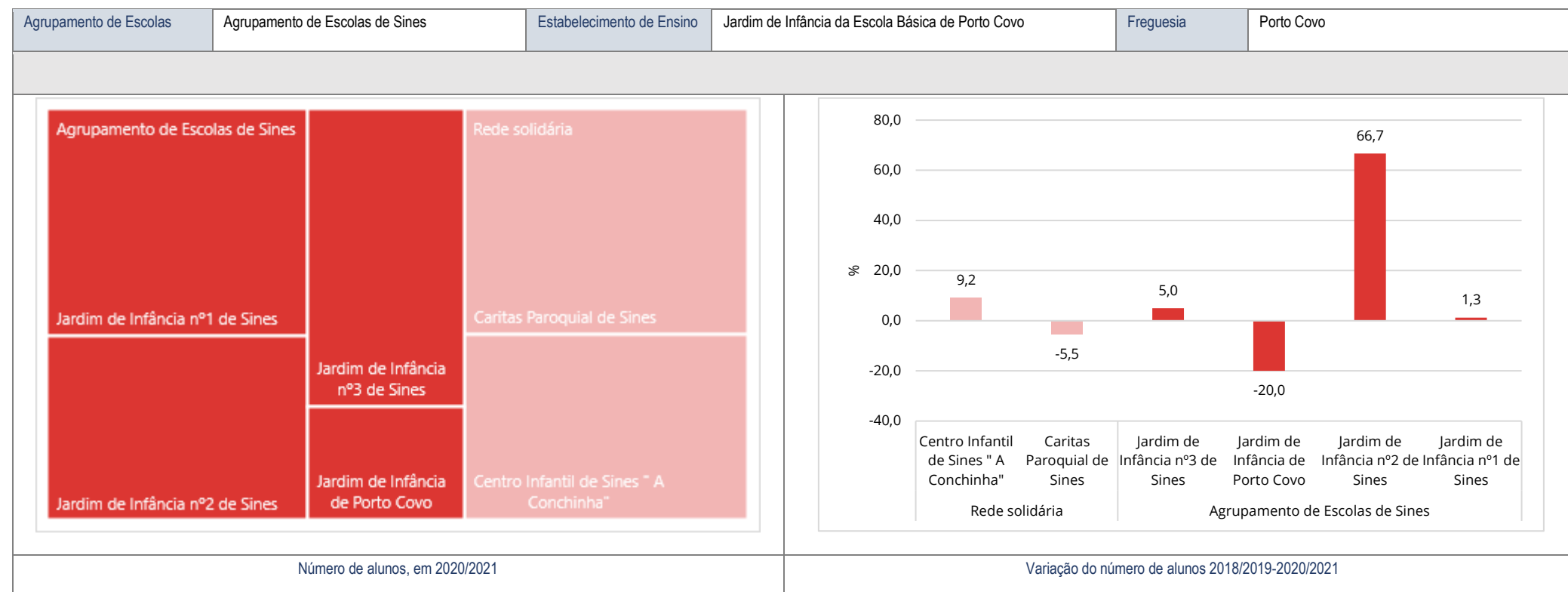
RECURSOS HUMANOS									
Educadores de Infância (Quadro)	3	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	5	Outros Recursos Humanos (Quadro)		0	
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)		2	

⁷ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolvente			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral		Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Pedonais		Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos		Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Inexistente	
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom	
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom	
	Recreio Coberto	Bom		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom	
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom	
	Parque Infantil	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom	
	Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Esgotos	Bom			
				Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	-							
Espaços Exteriores	-							
Comentários Adicionais	-							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------



CARACTERIZAÇÃO GERAL

Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	2013	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2012	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	30	2019/2020	31	2020/2021	24	Residentes no concelho (2020/2021)	24
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			16	Depois da Componente Letiva (N.º)			16
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ⁸	0			Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não	
Educação bilingue de alunos surdos	Não			Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita			Não	
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não			Intervenção Precoce na Infância			Não	

Unidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	65	71	71
Caritas Paroquial de Sines	91	90	86
Jardim de Infância nº3 de Sines	60	59	63
Jardim de Infância de Porto Covo	30	31	24
Jardim de Infância nº2 de Sines	39	63	65
Jardim de Infância nº1 de Sines	79	80	80

■ 2018/2019 ■ 2019/2020 ■ 2020/2021

Rede solidária: Centro Infantil de Sines "A Conchinha", Caritas Paroquial de Sines
Agrupamento de Escolas de Sines: Jardim de Infância nº3 de Sines, Jardim de Infância de Porto Covo, Jardim de Infância nº2 de Sines, Jardim de Infância nº1 de Sines

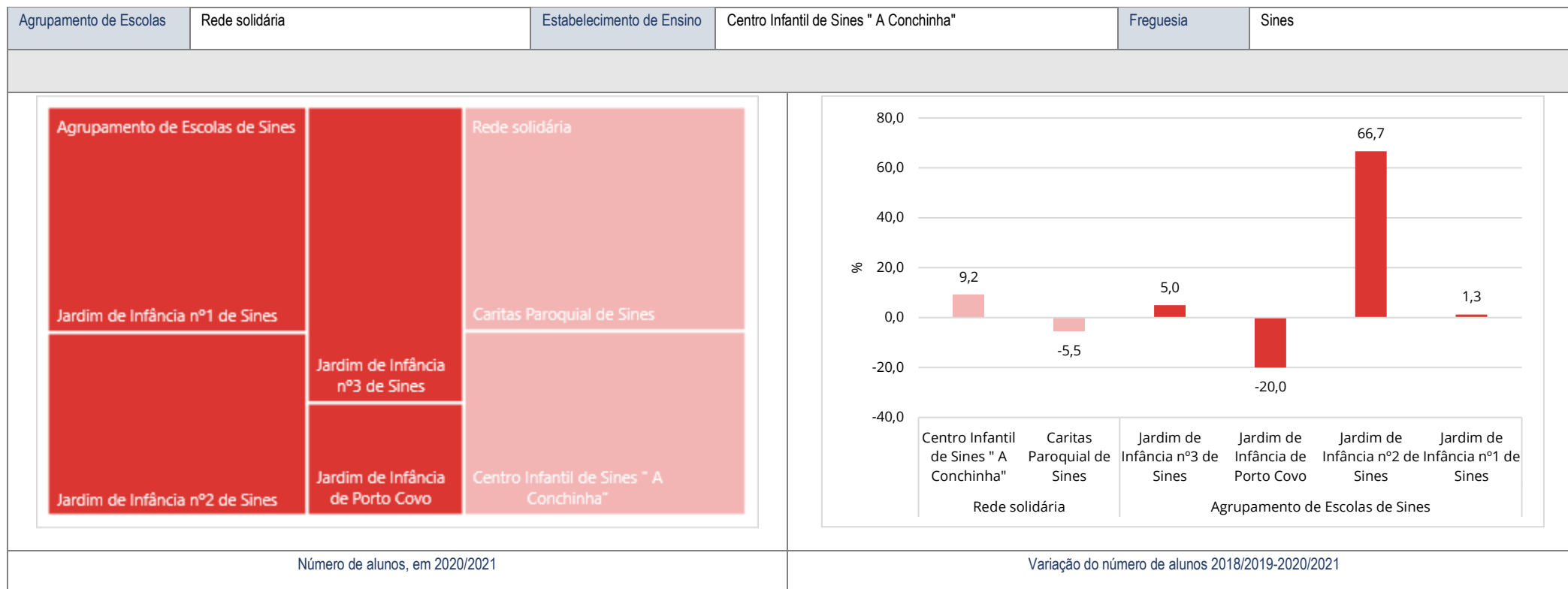
RECURSOS HUMANOS								
Educadores de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	3	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0	
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0	

⁸ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE									
Caracterização do Meio Envolvente			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Razoável	
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Cobertura		Deficiente	Escadas	Inexistente		
	Pedonais	Bom	Salas		Bom	Ascensores	Inexistente		
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom	
	Transportes Públicos		Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom	
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente	
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente	
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE									
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom		
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom		
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom		
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom		
	Recreio Coberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom		
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom		
	Parque Infantil	Bom	Esgotos	Bom					
		Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES									
Edifício(s)	-								
Espaços Exteriores	-								
Comentários Adicionais	-								

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------



CARACTERIZAÇÃO GERAL

Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1970	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	4	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	3
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	65	2019/2020	71	2020/2021	71	Residentes no concelho (2020/2021)	67
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			71	Depois da Componente Letiva (N.º)			71
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ⁹	0			Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não	
Educação bilingue de alunos surdos	Não			Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita			Não	
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não			Intervenção Precoce na Infância			Sim	

Unidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	65	71	71
Caritas Paroquial de Sines	91	90	86
Jardim de Infância nº3 de Sines	60	59	63
Jardim de Infância de Porto Covo	30	31	24
Jardim de Infância nº2 de Sines	39	63	65
Jardim de Infância nº1 de Sines	79	80	80

■ 2018/2019
 ■ 2019/2020
 ■ 2020/2021

RECURSOS HUMANOS								
Educadores de Infância (Quadro)	3	Assistentes Técnicos (Quadro)	2	Assistentes Operacionais (Quadro)	5	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0	
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	5	

⁹ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolverte			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral		Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Razoável
	Pedonais		Razoável		Salas	Bom	Ascensores	Razoável
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Razoável		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos		Deficiente		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Razoável	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável	
	Sala Polivalente	Razoável		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Razoável	
	Sanitários	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Inexistente	
		Razoável		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável	
	Recreio Coberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente	
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável	
	Parque Infantil	Razoável	Esgotos	Razoável				
	Campo de Jogos Exterior	Deficiente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	O edifício embora tenha sido alvo de uma grande intervenção em 2012, com uma requalificação geral a nível da eletricidade, cobertura exterior e interior, é um edifício com mais de 40 anos. Carece de uma grande manutenção permanente.							
Espaços Exteriores	O espaço exterior é relvado, tem umas dimensões excelentes, tem baloiços e balancé, necessita de um parque infantil adequado ao pré-escolar (estrutura multifunções) e de uma cobertura.							
Comentários Adicionais	Este infantário foi gestão da segurança social até novembro de 2011. Através de procedimento concursal a IPSS, Espiga- Cooperativa de Solidariedade Social,cr,l, é gestora deste estabelecimento com acordo de cooperação.							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------

Agrupamento de Escolas	Rede solidária	Estabelecimento de Ensino	Caritas Paroquial de Sines	Freguesia	Sines																																																				
Agrupamento de Escolas de Sines Jardim de Infância nº1 de Sines Jardim de Infância nº2 de Sines Jardim de Infância nº3 de Sines Jardim de Infância de Porto Covo Rede solidária Caritas Paroquial de Sines Centro Infantil de Sines " A Conchinha" 9,2 5,0 66,7 -5,5 -20,0 1,3 Centro Infantil de Sines " A Conchinha" Caritas Paroquial de Sines Jardim de Infância nº3 de Sines Jardim de Infância de Porto Covo Jardim de Infância nº2 de Sines Jardim de Infância nº1 de Sines Rede solidária Agrupamento de Escolas de Sines <tr><td colspan="3">Número de alunos, em 2020/2021</td><td colspan="3">Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021</td></tr><tr><td colspan="6">CARACTERIZAÇÃO GERAL</td></tr><tr><td>Total de Edifícios</td><td>1</td><td>Ano de Construção (Edifício original)</td><td>1980</td><td>Ano de Construção (Edifício mais recente)</td><td>2010</td><td>Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)</td><td>2010</td></tr><tr><td>Edifícios Construídos de Raiz</td><td>1</td><td>Edifícios Adaptados</td><td>0</td><td>Situação Mista</td><td>0</td><td>Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)</td><td>Sim</td></tr><tr><td>Estado de Conservação Geral (edifícios)</td><td>Excelente</td><td>Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)</td><td>Bom</td><td>Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)</td><td>11</td><td>Salas de Atividade Ocupadas com Turma</td><td>10</td></tr><tr><td>Carência de Salas (N.º)</td><td>Não</td><td>Carência de Salas (Finalidade)</td><td>-</td><td>Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações</td><td>Não</td><td>Acessibilidades para Crianças com NEE</td><td>Sim</td></tr><tr><td>Serviço de Almoço (Refeições)</td><td>Sim</td><td>Tipo de Unidade de Confeção de Refeições</td><td colspan="5">Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior</td></tr>						Número de alunos, em 2020/2021			Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021			CARACTERIZAÇÃO GERAL						Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1980	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2010	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2010	Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim	Estado de Conservação Geral (edifícios)	Excelente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	11	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	10	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim	Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				
Número de alunos, em 2020/2021			Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021																																																						
CARACTERIZAÇÃO GERAL																																																									
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1980	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2010	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2010																																																		
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim																																																		
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Excelente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	11	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	10																																																		
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim																																																		
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior																																																						

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	91	2019/2020	90	2020/2021	86	Residentes no concelho (2020/2021)	80
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			-	Depois da Componente Letiva (N.º)			-
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ¹⁰	1			Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não	
Educação bilingue de alunos surdos	Não			Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita			Não	
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não			Intervenção Precoce na Infância			Não	

Unidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Centro Infantil de Sines "A Conchinha"	65	71	71
Caritas Paroquial de Sines	91	90	86
Jardim de Infância nº3 de Sines	60	59	63
Jardim de Infância de Porto Covo	30	31	24
Jardim de Infância nº2 de Sines	39	63	65
Jardim de Infância nº1 de Sines	79	80	80

■ 2018/2019
 ■ 2019/2020
 ■ 2020/2021

Rede solidária: Centro Infantil de Sines "A Conchinha", Caritas Paroquial de Sines
 Agrupamento de Escolas de Sines: Jardim de Infância nº3 de Sines, Jardim de Infância de Porto Covo, Jardim de Infância nº2 de Sines, Jardim de Infância nº1 de Sines

RECURSOS HUMANOS								
Educadores de Infância (Quadro)	7	Assistentes Técnicos (Quadro)	11	Assistentes Operacionais (Quadro)	9	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0	
Educadores de Infância (Outros)	1	Assistentes Técnicos (Outros)	3	Assistentes Operacionais (Outros)	1	Outros Recursos Humanos (Outros)	0	

¹⁰ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

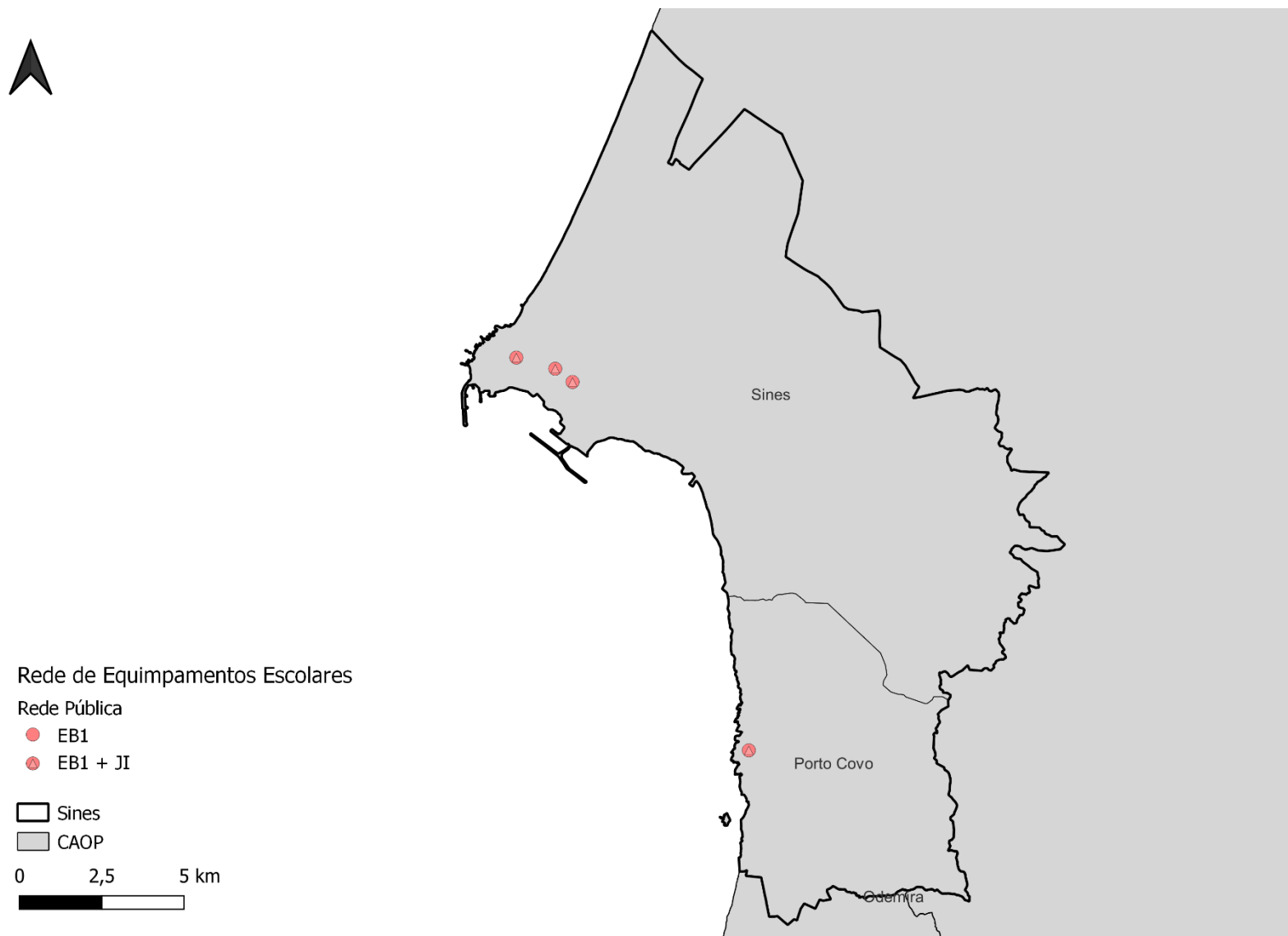
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE									
Caracterização do Meio Envolverte			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Razoável	
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Cobertura		Bom	Escadas	Bom		
	Pedonais	Bom	Salas		Excelente	Ascensores	Inexistente		
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Bom		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom	
	Transportes Públicos		Bom		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Bom	
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom	
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom	
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE									
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Excelente	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Excelente		
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Excelente		
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Excelente	Instalação de Climatização	Excelente		
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Excelente	Wi-Fi	Excelente		
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Excelente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Excelente		
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Excelente		
	Parque Infantil	Bom	Esgotos	Excelente					
	Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Positiva (redução do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não		
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES									
Edifício(s)	Pintura do Edifício								
Espaços Exteriores	Aquisição de Brinquedos para o exterior. Manutenção de todo o espaço exterior (relva ...)								
Comentários Adicionais	-								

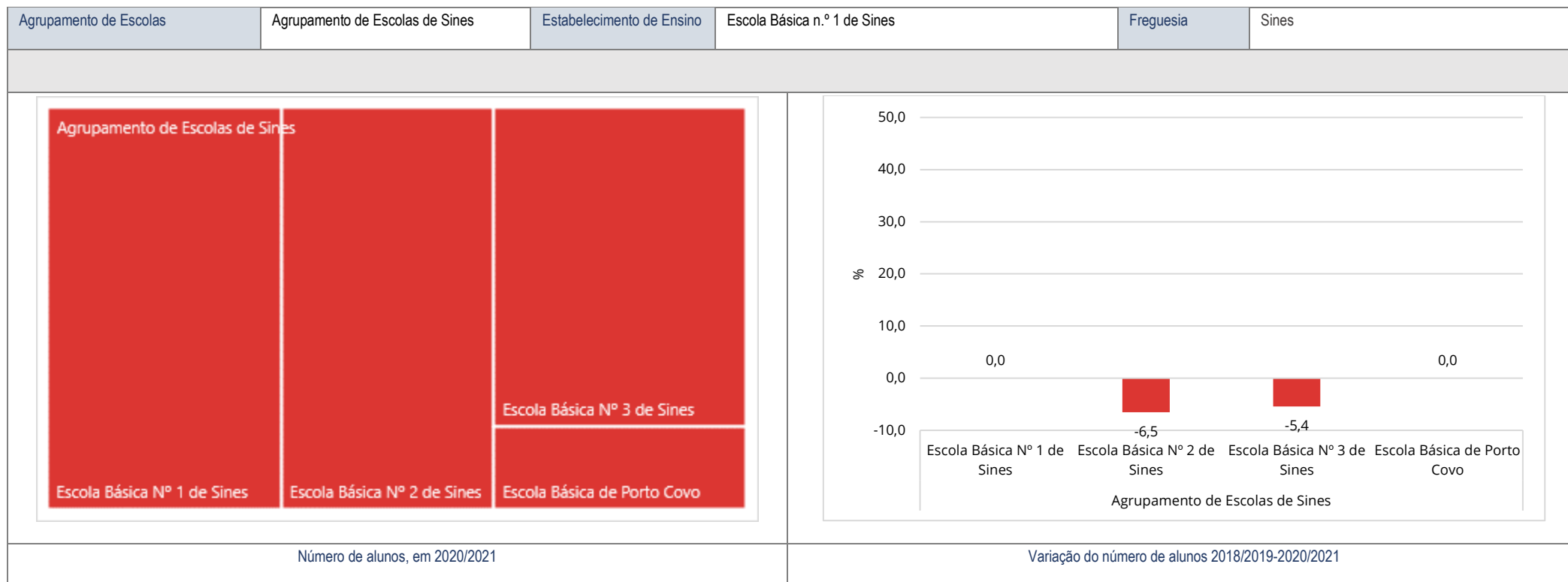
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------

Mapa de localização das escolas básicas no Município de Sines. O mapa é dividido em quatro áreas coloridas que representam as diferentes escolas:

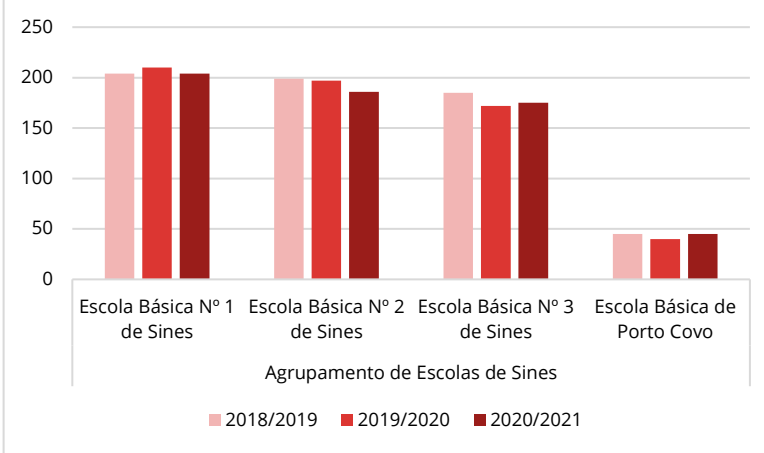
- Escola Básica Nº 1 de Sines:** Representada pela área verde no canto superior esquerdo.
- Escola Básica Nº 2 de Sines:** Representada pela área amarela no canto superior direito.
- Escola Básica Nº 3 de Sines:** Representada pela área laranja no canto inferior esquerdo.
- Escola Básica de Porto Covo:** Representada pela área azul no canto inferior direito.





CARACTERIZAÇÃO GERAL

Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	2012	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2012	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	10	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	10
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - sem confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	204	2019/2020	210	2020/2021	204	Residentes no Concelho (2020/2021)	204	Turmas (2020/2021)	10	
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		204	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-	 Agrupamento de Escolas de Sines 2018/2019 2019/2020 2020/2021 Evolução do n.º de Crianças				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ¹¹		22	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Sim					
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Sim					
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Sim					
Alunos Retidos	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0					
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0					
RECURSOS HUMANOS											
Docentes (Quadro)	11	Assistentes Técnicos (Quadro)			0	Assistentes Operacionais (Quadro)		9	Outros Recursos Humanos (Quadro)		0
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)			0	Assistentes Operacionais (Outros)		2	Outros Recursos Humanos (Outros)		0

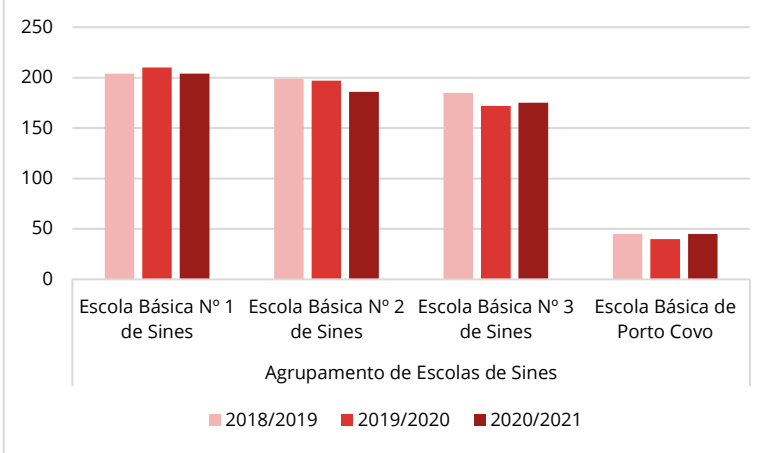
¹¹ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolvente			Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Cobertura		Razoável	Escadas	Razoável	
	Pedonais	Bom	Salas		Razoável	Ascensores	Inexistente	
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom	Paredes Exteriores		Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável	
	Transportes Públicos	Bom	Paredes Interiores		Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável	
			Revestimentos de Pavimentos Exteriores		Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável	
			Revestimentos de Pavimentos Interiores		Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável	
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Bom	
	Sala Polivalente	Razoável		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Razoável	
	Centro recursos / Biblioteca	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Inexistente	
		Recreio Coberto		Deficiente	Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Deficiente	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Descoberto	Deficiente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom	
	Parque Infantil	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom	
	Sanitários	Razoável	Esgotos	Bom				
	Campo de jogos	Deficiente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
	Campo de Jogos Exterior	Deficiente						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	-							
Espaços Exteriores	-							
Comentários Adicionais	-							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------



ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	199	2019/2020	197	2020/2021	186	Residentes no Concelho (2020/2021)	186	Turmas (2020/2021)	9	
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		186	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-	 Agrupamento de Escolas de Sines 2018/2019 2019/2020 2020/2021 Evolução do n.º de Crianças				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ¹²		13	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Sim					
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Sim					
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Sim					
Alunos Retidos	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0					
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0					
RECURSOS HUMANOS											
Docentes (Quadro)	13	Assistentes Técnicos (Quadro)			0	Assistentes Operacionais (Quadro)		7	Outros Recursos Humanos (Quadro)		0
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)			0	Assistentes Operacionais (Outros)		0	Outros Recursos Humanos (Outros)		0

¹² Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolve			Deficiente	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Cobertura		Deficiente	Escadas	Razoável	
	Pedonais	Bom	Salas		Razoável	Ascensores	Inexistente	
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom	Paredes Exteriores		Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Deficiente	
	Transportes Públicos	Bom	Paredes Interiores		Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Deficiente	
			Revestimentos de Pavimentos Exteriores		Deficiente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável	
			Revestimentos de Pavimentos Interiores		Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável	
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Deficiente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Razoável	
	Sala Polivalente	Deficiente		Instalação de Gás Natural	Razoável	Instalação de Ventilação	Deficiente	
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Deficiente	
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Deficiente	Wi-Fi	Deficiente	
	Recreio Coberto	Deficiente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Deficiente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável	
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente	
	Parque Infantil	Razoável	Esgotos	Razoável				
	Sanitários	Deficiente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
	Campo de jogos	Razoável						
	Campo de Jogos Exterior	Razoável						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	-							
Espaços Exteriores	-							
Comentários Adicionais	-							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------



CARACTERIZAÇÃO GERAL

Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	2009	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2009	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	9	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	9
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - sem confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	185	2019/2020	172	2020/2021	175	Residentes no Concelho (2020/2021)	175	Turmas (2020/2021)	9	
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		175	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-	Agrupamento de Escolas de Sines 2018/2019 2019/2020 2020/2021 Evolução do n.º de Crianças				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ¹³		7	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Sim					
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Sim					
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Sim					
Alunos Retidos		2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020					0
Alunos que Abandonaram		2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0				
RECURSOS HUMANOS											
Docentes (Quadro)		11	Assistentes Técnicos (Quadro)		0	Assistentes Operacionais (Quadro)		4	Outros Recursos Humanos (Quadro)		0
Docentes (Outros)		4	Assistentes Técnicos (Outros)		0	Assistentes Operacionais (Outros)		4	Outros Recursos Humanos (Outros)		0

¹³ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolvente			Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral		Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Pedonais		Bom		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Bom		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Deficiente
	Transportes Públicos		Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente	
	Sala Polivalente	Razoável		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Razoável	
	Centro recursos / Biblioteca	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Deficiente	
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Deficiente	Wi-Fi	Deficiente	
	Recreio Coberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável	
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável	
	Parque Infantil	Razoável		Esgotos	Razoável			
	Sanitários	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Especificas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
	Campo de jogos	Razoável						
	Campo de Jogos Exterior	Razoável						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	-							
Espaços Exteriores	-							
Comentários Adicionais	-							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Sines	Estabelecimento de Ensino	Escola Básica de Porto Covo	Freguesia	Porto Covo		
Agrupamento de Escolas de Sines Escola Básica Nº 1 de Sines Escola Básica Nº 2 de Sines Escola Básica Nº 3 de Sines Escola Básica de Porto Covo 50,0 40,0 30,0 20,0 10,0 0,0 -10,0 % 0,0 -6,5 -5,4 0,0 Escola Básica Nº 1 de SinesEscola Básica Nº 2 de SinesEscola Básica Nº 3 de SinesEscola Básica de Porto Covo Agrupamento de Escolas de Sines							
Número de alunos, em 2020/2021			Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021				
CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício Original)	2013	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2013	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	4	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	3
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - sem confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	45	2019/2020	40	2020/2021	45	Residentes no Concelho (2020/2021)	45	Turmas (2020/2021)	3	
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		45	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-	Agrupamento de Escolas de Sines 2018/2019 2019/2020 2020/2021 Evolução do n.º de Crianças				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ¹⁴		5	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Sim					
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Sim					
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Sim					
Alunos Retidos		2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020					0
Alunos que Abandonaram		2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0				
RECURSOS HUMANOS											
Docentes (Quadro)		4	Assistentes Técnicos (Quadro)		0	Assistentes Operacionais (Quadro)		2	Outros Recursos Humanos (Quadro)		0
Docentes (Outros)		0	Assistentes Técnicos (Outros)		0	Assistentes Operacionais (Outros)		1	Outros Recursos Humanos (Outros)		0

¹⁴ Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

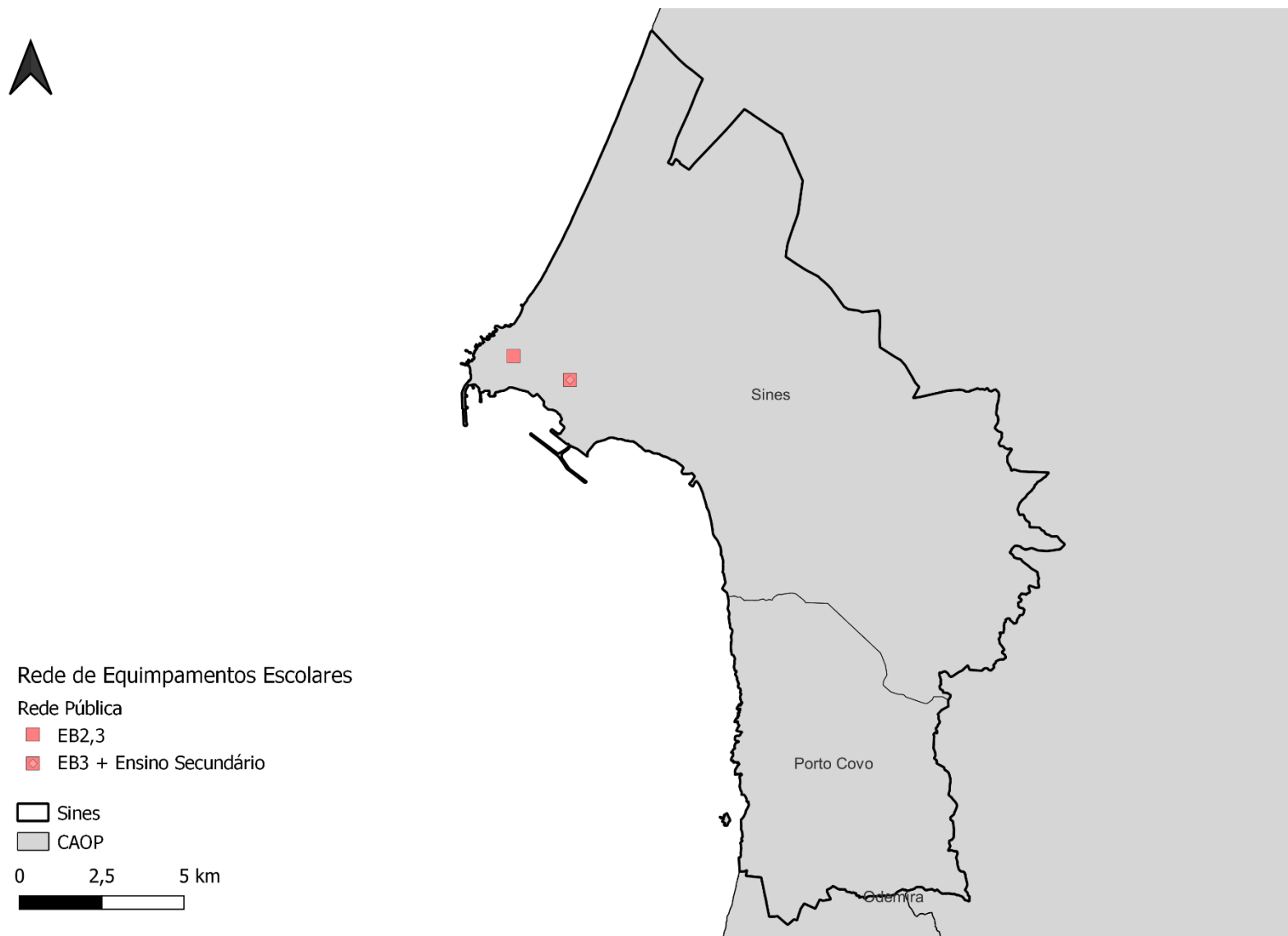
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolve		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Razoável
	Centro recursos / Biblioteca	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Razoável
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Deficiente	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Coberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
			Esgotos	Bom			
	Parque Infantil	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Bom					
	Campo de jogos	Bom					
Campo de Jogos Exterior	Bom						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIACÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	-						
Espaços Exteriores	-						
Comentários Adicionais	-						

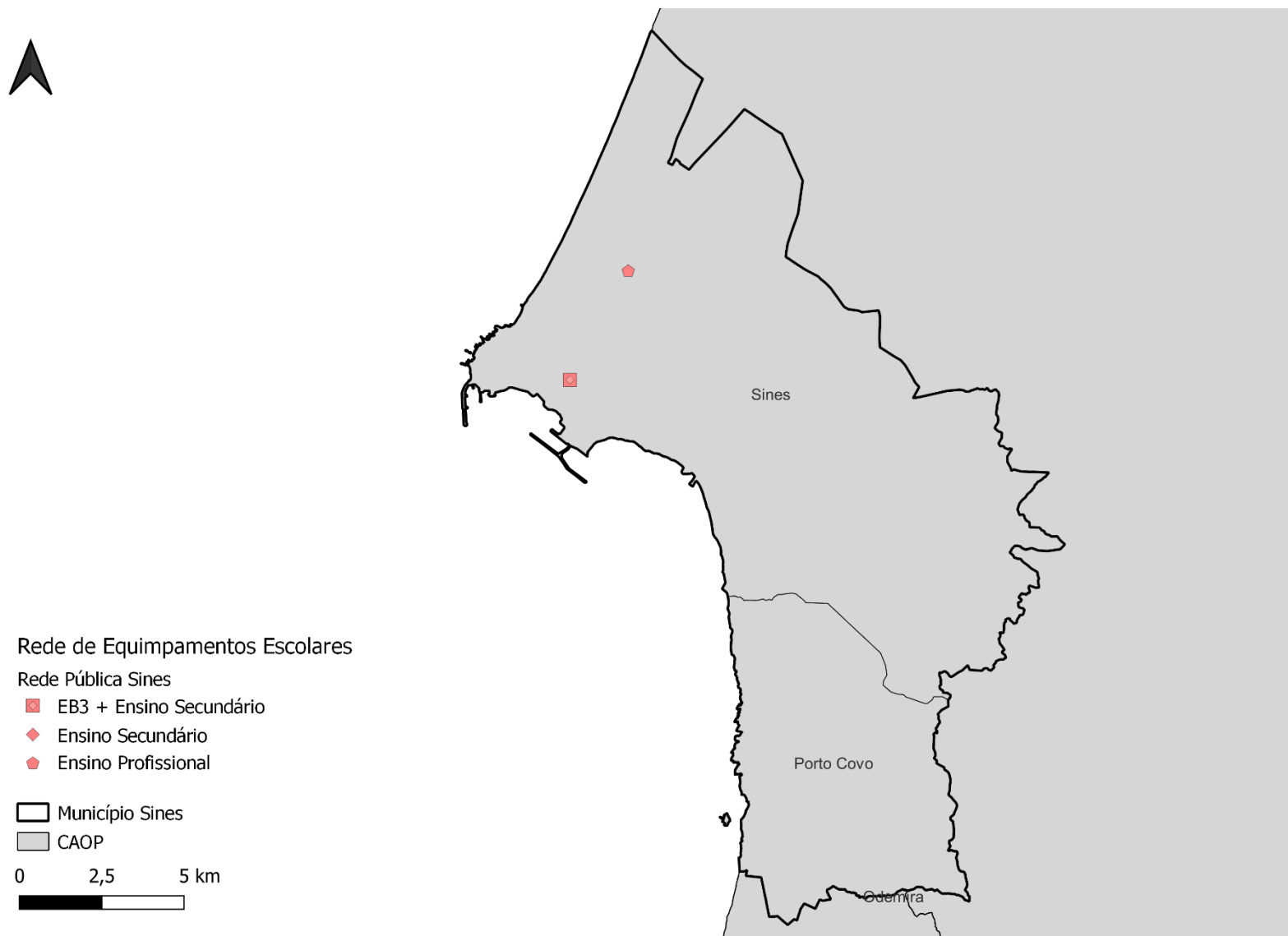
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------

2º/ 3º CICLO E SECUNDÁRIO

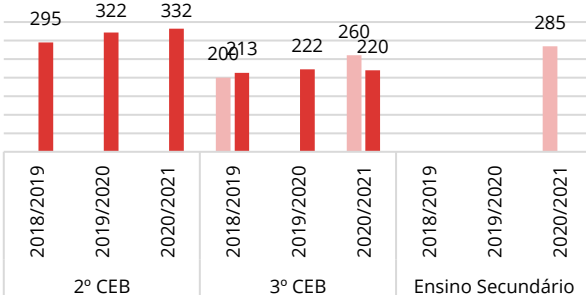
Nº de alunos no 2º Ciclo do Ensino Básico, em 2020/2021 Agrupamento de Escolas de Sines EB Vasco da Gama de Sines, 332	Nº de alunos no 3º Ciclo do Ensino Básico, em 2020/2021 Escola Secundária Poeta Al Berto, 260 Agrupamento de Escolas de Sines EB Vasco da Gama de Sines, 220	Nº de alunos no Ensino Secundário, em 2020/2021 Escola Secundária Poeta Al Berto, 285
Nº de alunos no 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, em 2020/2021 Agrupamento de Escolas de Sines EB Vasco da Gama de Sines, 552 Escola Secundária Poeta Al Berto, 545		





Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Sines	Estabelecimento de Ensino	Escola Básica Vasco da Gama de Sines
Níveis de Ensino	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico	Freguesia	Sines
Agrupamento de Escolas de Sines EB Vasco da Gama de Sines, 2º CEB, 332 EB Vasco da Gama de Sines, 3º CEB, 220		50,0 40,0 30,0 20,0 10,0 0,0 % 12,5 3,3 EB Vasco da Gama de Sines, 2º CEB EB Vasco da Gama de Sines, 3º CEB Agrupamento de Escolas de Sines	
Número de alunos, em 2020/2021		Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021	

CARACTERIZAÇÃO GERAL																							
Total de Edifícios		3		Ano de Construção (Edifício Original)		2003		Ano de Construção (Edifício Mais Recente)			2003		Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)		-								
Edifícios Construídos de Raiz (N.º)				3				Edifícios Adaptados (N.º)			0		Situação Mista				0						
Estado de Conservação Geral (Edifícios)				Razoável				Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)			Deficiente		Tipologia				T20						
Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (N.º Total)				20				Salas de Atividade Ocupadas Com Turma (N.º)			28												
Carência de Salas (N.º)				10				Carência de Salas (Finalidade)			Salas de aula												
Salas (N.º)																							
Informática		1		Educação Física/Polivalente				2		Educação Visual e Tecnológica			3		Laboratórios		2		Oficinas		0		
Atividades Complementares (Projetos, Clubes, Outros)																							
Designação				N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima	
Desporto Escolar				160		160				-		-		-				-		-		-	
Designação				N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima	
-				-		-				-		-		-				-		-		-	
Serviço de Almoço (Refeições)		Sim		Tipo de Unidade de Confeção de Refeições				Unidade de confeção de refeições própria. Sem confeção para o exterior						Acessibilidades para Crianças com NEE				Sim					

ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2.º Ciclo	2018/2019	295	2019/2020	322	2020/2021	332	Residentes no concelho	320	Turmas (2020/2021)	16
	3.º Ciclo		213		222		220		210		12
	Secundário		-		-		-		-		-
2.º Ciclo	Alunos com Necessidades Educativas Específicas	49	Educação Bilingue de Alunos Surdos	-	Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	-	Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo	Sim	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita	Sim	
3.º Ciclo		41		-		-		Sim		Sim	
Secundário		-		-		-		-		-	
Alunos Retidos	2.º Ciclo	2017/2018	3	Alunos que Abandonaram	2.º Ciclo	2017/2018	0	 295 322 332 206 213 222 260 220 285 2018/2019 2019/2020 2020/2021 2018/2019 2019/2020 2020/2021 2018/2019 2019/2020 2020/2021 2º CEB 3º CEB Ensino Secundário ■ Escola Secundária Poeta Al Berto ■ EB Vasco da Gama de Sines Evolução do n.º de Crianças			
		2018/2019	3			2018/2019	0				
		2019/2020	3			2019/2020	0				
	3.º Ciclo	2017/2018	7		3.º Ciclo	2017/2018	0				
		2018/2019	2			2018/2019	0				
		2019/2020	0			2019/2020	0				
	Secundário	2017/2018	-		Secundário	2017/2018	-				
		2018/2019	-			2018/2019	-				
		2019/2020	-			2019/2020	-				

RECURSOS HUMANOS									
Docentes (N.º)		Quadro	Outros	Assistentes Técnicos (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Operacionais (N.º)	Quadro	Outros
		27	22		7	0		20	0
Outros Recursos Humanos (N.º)		Quadro	Outros						
		1	2						

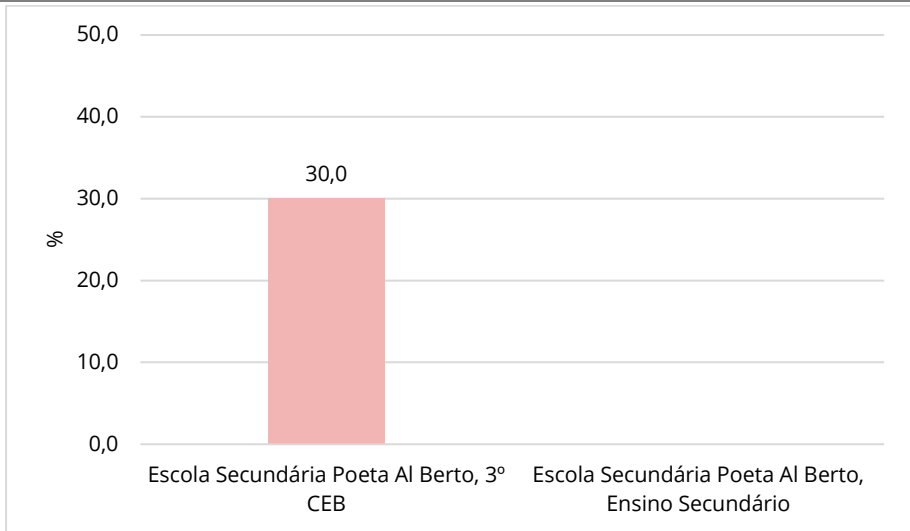
RECURSOS HUMANOS

Docentes (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Técnicos (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Operacionais (N.º)	Quadro	Outros
	27	22		7	0		20	0
Outros Recursos Humanos (N.º)	Quadro	Outros						
	1	2						

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolverte			Razoável				
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
	Pedonais	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Deficiente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Salas	Razoável	Ascensores	Deficiente
				Laboratórios	Razoável	Oficinas	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Exteriores	Deficiente	Caixilharia e Portas Exteriores	Deficiente
				Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Deficiente
		Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Deficiente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Deficiente		
		Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Deficiente		
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Razoável	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável
	Sala de Convívio	Razoável		Instalação de Gás Natural	Razoável	Instalação de Ventilação	Razoável
	Sala Polivalente	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Razoável
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Coberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Recreio Descoberto	Inexistente	Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente	
	Centro de Recursos / Biblioteca	Razoável	Esgotos	Razoável			
	Mediateca	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Positiva (redução do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Pavilhão Desportivo	Deficiente					
	Campo de Jogos Exterior	Deficiente					
	Balneários	Deficiente					
Sanitários	Deficiente						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Edifício principal - telhados e coberturas (infiltrações graves de água dentro das instalações) Ginásio - telhado podre, balneários fora de serviço devido ao estado agravado de deterioração, pisos completamente levantados devido à entrada de água, pela cobertura; canalizações e caixilharias das janelas; Pavilhão Desportivo - telhados e coberturas (infiltrações graves de água dentro das instalações); Pala entrada escola - infiltrações graves (está a desfazer-se) Todas as janelas de alumínio da escola necessitam de intervenção e/ou substituição por não funcionarem. Anfiteatro - infiltrações graves, teto falso , instalações elétricas. Sistema de segurança / emergência - ainda não foram efetuadas; Sanitários - necessidade de intervenção;						
Espaços Exteriores	Espaço exterior envolvente - necessidade de intervenção; Campos de jogos exteriores - piso completamente deteriorado e rede envolvente também; Rede circundante da Escola e iluminação exterior substituição / intervenção necessária;						
Comentários adicionais							

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------

Agrupamento de Escolas		Estabelecimento de Ensino	Escola Secundária Poeta Al Berto
Níveis de Ensino	3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	Freguesia	Sines
			
Número de alunos, em 2020/2021		Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021	

CARACTERIZAÇÃO GERAL																							
Total de Edifícios		3		Ano de Construção (Edifício Original)		1995		Ano de Construção (Edifício Mais Recente)			1995		Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)			-							
Edifícios Construídos de Raiz (N.º)				3				Edifícios Adaptados (N.º)				0		Situação Mista				0					
Estado de Conservação Geral (Edifícios)				Razoável				Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)				Deficiente		Tipologia				T42					
Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (N.º Total)				25				Salas de Atividade Ocupadas Com Turma (N.º)				25											
Carência de Salas (N.º)				-				Carência de Salas (Finalidade)				-											
Salas (N.º)																							
Informática		4		Educação Física/Polivalente				1		Educação Visual e Tecnológica				3		Laboratórios		4		Oficinas		2	
Atividades Complementares (Projetos, Clubes, Outros)																							
Designação				N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima	
Desporto Escolar				511		511				-		-		-				-		-		-	
Designação				N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima				Designação		N.º de Alunos Inscritos		Capacidade Máxima	
-				-		-				-		-		-				-		-		-	
Serviço de Almoço (Refeições)		Sim		Tipo de Unidade de Confeção de Refeições				Unidade de confeção de refeições própria. Sem confeção para o exterior						Acessibilidades para Crianças com NEE				Sim					

ALUNOS																																													
Evolução do N.º de Crianças	2.º Ciclo	2018/2019	-	2019/2020	-	2020/2021	-	Residentes no concelho	-	Turmas (2020/2021)	-																																		
	3.º Ciclo		200		-		260		-		12																																		
	Secundário		-		-		285		-		15																																		
2.º Ciclo	Alunos com Necessidades Educativas Específicas	-	Educação Bilingue de Alunos Surdos	-	Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	-	Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo	-	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita	-																																			
3.º Ciclo		22		-		-		-		-																																			
Secundário		8		-		-		-		-																																			
Alunos Retidos	2.º Ciclo	2017/2018	-	Alunos que Abandonaram	2.º Ciclo	2017/2018	-	<table><caption>Evolução do n.º de Crianças</caption><thead><tr><th>Categoria</th><th>Ano</th><th>Escola Secundária Poeta Al Berto</th><th>EB Vasco da Gama de Sines</th></tr></thead><tbody><tr><td rowspan="3">2º CEB</td><td>2018/2019</td><td>295</td><td>200</td></tr><tr><td>2019/2020</td><td>322</td><td>213</td></tr><tr><td>2020/2021</td><td>332</td><td>222</td></tr><tr><td rowspan="3">3º CEB</td><td>2018/2019</td><td>260</td><td>220</td></tr><tr><td>2019/2020</td><td>260</td><td>220</td></tr><tr><td>2020/2021</td><td>285</td><td>220</td></tr><tr><td rowspan="3">Ensino Secundário</td><td>2018/2019</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2019/2020</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2020/2021</td><td>-</td><td>-</td></tr></tbody></table>				Categoria	Ano	Escola Secundária Poeta Al Berto	EB Vasco da Gama de Sines	2º CEB	2018/2019	295	200	2019/2020	322	213	2020/2021	332	222	3º CEB	2018/2019	260	220	2019/2020	260	220	2020/2021	285	220	Ensino Secundário	2018/2019	-	-	2019/2020	-	-	2020/2021	-	-
		Categoria	Ano			Escola Secundária Poeta Al Berto	EB Vasco da Gama de Sines																																						
		2º CEB	2018/2019			295	200																																						
	2019/2020		322		213																																								
	2020/2021		332		222																																								
	3º CEB	2018/2019	260		220																																								
		2019/2020	260		220																																								
		2020/2021	285		220																																								
	Ensino Secundário	2018/2019	-		-																																								
		2019/2020	-		-																																								
		2020/2021	-		-																																								
	3.º Ciclo	2017/2018	22		3.º Ciclo	2017/2018	2																																						
2018/2019		23	2018/2019	0																																									
2019/2020		23	2019/2020	1																																									
Secundário	2017/2018	11	Secundário	2017/2018	2																																								
	2018/2019	11		2018/2019	2																																								
	2019/2020	11		2019/2020	1																																								

RECURSOS HUMANOS													
Docentes (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Técnicos (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Operacionais (N.º)	Quadro	Outros	Outros Recursos Humanos (N.º)	Quadro	Outros		
	45	12		7	0		12	0		4	4		
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE													
Caracterização do Meio Envolvente			Razoável										
Acessibilidades	Acesso Geral		Razoável		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura		Razoável		Tetos		Razoável	
	Pedonais		Bom			Cobertura		Deficiente		Escadas		Razoável	
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada		Bom			Salas		Razoável		Ascensores		Bom	
						Laboratórios		Razoável		Oficinas		Razoável	
	Transportes Públicos		Bom			Paredes Exteriores		Razoável		Caixilharia e Portas Exteriores		Razoável	
						Paredes Interiores		Razoável		Caixilharia e Portas Interiores		Razoável	
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores		Razoável		Dispositivos de Proteção Contra Queda		Razoável		
					Revestimentos de Pavimentos Interiores		Razoável		Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores		Razoável		
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE													
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório		Razoável		Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água		Razoável		Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)		Razoável	
	Sala de Convívio		Razoável			Instalação de Gás Natural		Bom		Instalação de Ventilação		Razoável	
	Sala Polivalente		Razoável			Instalação Elétrica e de Iluminação		Razoável		Instalação de Climatização		Razoável	
						Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão		Razoável		Wi-Fi		Razoável	
	Recreio Coberto		Razoável			Instalação de Segurança Contra Incêndio		Razoável		Instalação de Drenagem de Águas Residuais		Razoável	
	Recreio Descoberto		Razoável			Instalação de Evacuação de Lixo		Razoável		Instalação de Meios e Cuidados de Saúde		Razoável	
	Centro de Recursos / Biblioteca		Razoável		Esgotos		Razoável						
	Mediateca		Razoável		Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos		Neutra (Manutenção do consumo)		Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética		Não	
	Pavilhão Desportivo		Razoável										
	Campo de Jogos Exterior		Razoável										
Balneários		Razoável											
Sanitários		Razoável											
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES													
Edifício(s)	Graves problemas de infiltração salas com chão levantado Rachas nas paredes Casas de banho danificadas balneários												
Espaços Exteriores	Chão levantado Buracos no pavimento												
Comentários adicionais	A escola necessita de obras.												

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente
-----------	-----	----------	------------	-------------

